

CLÁUDIA TELES DA SILVA

**A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO ACERCA DA
INTERDISCIPLINARIDADE NA POLÍTICA NACIONAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dissertação de Mestrado
apresentado ao Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em
Serviço Social, sob orientação da
Prof.^a Dr.^a Liliane Moser

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Teles, Cláudia

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO ACERCA DA
INTERDISCIPLINARIDADE NA POLÍTICA NACIONAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL / Cláudia Teles; orientador,
Liliane Moser, 2018.

146 p.

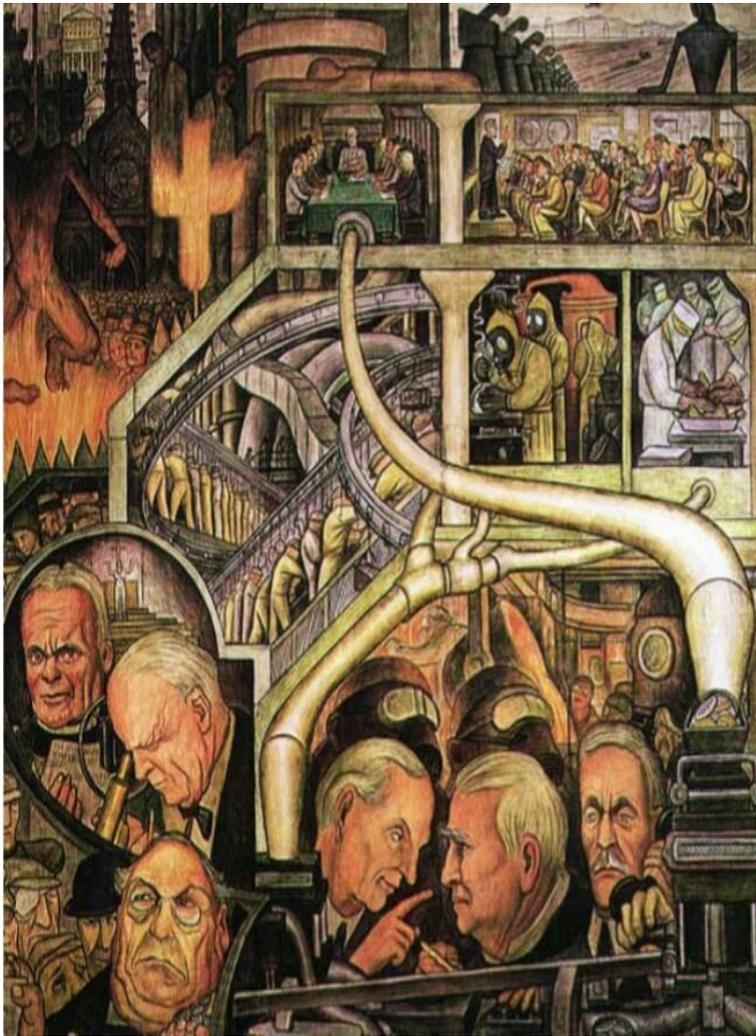
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal
de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico,
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social,
Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Interdisciplinaridade.
3. Política de Assistência Social. 4. Produção
de Conhecimento. I. Moser, Liliane. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa
de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

Hoje, véspera da revolução
Concretização da emancipação
Satisfação em ampla medida
Haverá no mundo
Liberdade
Encontraremos, sobretudo, a absoluta emancipação
universalmente humana
Que confraterniza o seu coração social
Libertação da opressão
Amplitude da alma popular
Que lança o lema desafiador:
Nada sou, e deveria ser tudo.
Cláudia Teles¹

¹ Poesia de Blackout com base no livro “Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel/Introdução. São Paulo: Expressão Popular, 2010.



Indústria Moderna – Diego Rivera, 1933.

AGRADECIMENTOS

Pensar é um ato. Sentir é um fato. Os dois juntos – sou eu que escrevo o que estou escrevendo (LISPECTOR, 1977, p.14). Considero esse trecho de Clarice Lispector, essa escritora mulher que tanto me cativa, brilhante. No entanto, me atrevo a acrescentar a esse trecho, “que escrever o que se pensa e o que se sente”, também é um ato político, um ato de posicionar-se e defender aquilo que “sonhamos”. Por essa compreensão, que eu não poderia iniciar esses agradecimentos, por outras pessoas, que não fossem as mulheres de minha vida, são muitas, então, de forma geral, agradeço à todas. Mas, claro, aqui irei nomear algumas.

Começo então, por aquela que me deu a vida, Maria do Carmo da Silva, mais conhecida como “minha mãe”. Essa mulher, que desde muito cedo me ensinou o “valor” das letras, me alfabetizando em casa, tornando o ato de conhecer uma brincadeira. E que sempre me incentivou a buscar meus sonhos, ser “independente”, não queria que eu vivesse, de forma alguma, as opressões machistas vivenciadas em sua história. Ela, que na simplicidade, nos mostra cotidianamente que o amor é mesmo transformador, e que amar um outro, é o caminho da felicidade. Muito obrigada.

Sigo agradecendo as minhas irmãs, Josiele Mayure da Silva e Tayná Cristina Rodrigues, que me inspiram, pela coragem de sonhar seus sonhos e sobretudo, pela coragem e determinação em realiza-los. Mayure, que me ensina diariamente “a arte” de amar a si, e em sua estética, exala o amor pela vida. Tayná, que em sua “sede” pela maternidade, pela casa cheia de filhos, me lembra o quanto foi bom a infância rodeada de irmãos, e especialmente, o quanto somos mais fortes vivendo em comunidade. Muito obrigada.

Comunidade que aumenta com a chegada das cunhadas, que claro, são mulheres que admiro, ainda mais por elas amarem meus irmãos. Schaianny Lima Rios, Bianca Ramos da Silva, e a mais recente, porém não menos especial, Lara Marques Giordani, que além de cunhadas se tornaram grandes amigas. Schan, que para além da vida familiar, foi minha companheira de mestrado, no qual, compartilhamos disciplinas, seminários, trabalhos e algumas angustias, porém, nesse processo não faltou amor nem cumplicidade. Bi, que em sua disposição para cozinhar, se coloca sempre pronta a nos alimentar, ou melhor, a nos amar, pois, cozinhar para um outro, também é um ato de afeto. E Lara, com quem tenho partilhado, além de grandes momentos de alegria, as descobertas da paixão.

Segundo Paulo Leminski, “Nesta vida, pode-se aprender três coisas de uma criança: estar sempre alegre, nunca ficar inativo e chorar com força por tudo o que se quer. As minhas sobrinhas, Maria Clara Ramos da Silva, Maria Beatriz Ramos da Silva, Laura Rios, e Théó Rodrigues (a exceção de um homem nessa primeira parte dos agradecimentos se dá, por esse ainda ser uma criança), meus mais sinceros agradecimentos, por serem a materialidade desses ensinamentos diariamente em minha vida.

Também não poderia deixar de agradecer a todas as minhas amigas, essas que me fortaleceram, que em suas palavras, abraços, mensagens, carinhos, festas me mostram o quanto viver é mágico. Seria um longo texto se eu fosse falar de todas, mas, em meu coração, amigas, vocês têm meu reconhecimento e amor. Muito obrigada, Ariani, Adriana, Andressa, Aline, Camila, Carla, Eduarda, Lívia, Mônica, Simere, Soraya, Tayná. Agradeço aqui também, as companheiras de trabalho, que principalmente na reta final, foram solícitas as minhas necessidades, bem como, otimizistas a essa realização, me fortalecendo com muito afeto. Muito obrigada Cláudia Mattos, Graciela, Leily, Iavana e Jennifer, pelo companheirismo compartilhado. Todas essas companheiras me fortalecem e fortaleceram de diversas formas em minha trajetória.

Como já disse, daria um longo texto se eu fosse relatar as muitas histórias de amor com essas mulheres. No entanto, preciso fazer algumas ressalvas a duas dessas amigas, Aline Tassiane e Soraya, essas duas, que me “aturam” mais de perto nesse processo. Aline, que não só dividimos as angústias do mestrado, mas, o pão e o teto. Muito obrigada por todos os momentos vivenciados, pelas grandes trocas humanas, por me presentear com a alegria da companhia. A Soraya, que antes mesmo do ingresso ao mestrado me incentivou a realizar algumas leituras, que me convidou a brincar da brincadeira mais gostosa que hoje tenho na vida: “poetizar a vida”. Obrigada, tem sido uma alegria ser sua amiga, poder ler seus poemas e aprender tanto do humano com você, sou sua fã, e amo nossas trocas.

E claro, um agradecimento mais que especial a minha orientadora Liliane Moser, que além de me orientar, me inspirou enquanto mulher, essa mulher dos olhos verdes de amor. Foi uma alegria lhe ter nesse processo, agradeço as trocas de saberes e de afeto. Agradeço a minha banca composta por grandes mulheres, intelectuais que desenvolvo a maior admiração e respeito. Muito obrigada pelas contribuições nesse meu processo formativo Marcela de Andrade Gomes, Michelly L. WieseeVania Maria Manfroi.

Agora passo aos homens, quero deixar claro que essa sequência não se trata de um posicionamento hierárquico, mas, como já dito no início, um posicionamento político. E aqui, eu não poderia começar por outra pessoa, a não ser o meu irmão Claudemir Osmar da Silva, o qual, durante toda a minha adolescência, com seus incessantes pedidos para que eu desligasse a televisão me orientava e influenciava a estudar, esse, que é minha inspiração nesse processo formativo, tão essencial em minha vida profissional quanto nessa minha, nessa nossa constante busca por mais humanidade, acreditando sempre, que o conhecimento pode transformar. Ele, que desde muito cedo me convenceu que o primeiro ato revolucionário da classe trabalhadora era o ato de conhecer, sobretudo, conhecer e desmistificar aquilo que tanto nos afeta, a condição de assalariados, de subalternos ao capital. Sou só agradecimentos a você meu irmão.

Mas, ele não foi o único em meu núcleo familiar a me despertar para o interesse em conhecer, em querer um mundo diferente, um mundo no qual a prioridade fosse a vida humana em suas múltiplas possibilidades. Meu pai, Claudio Osmar da Silva, ele também sempre nos incentivou a estudar, sempre nos incentivou a nos posicionar criticamente frente ao mundo, principalmente frente as injustiças desse mundo. Ele agradeço ao seu amor paterno, combustível indepassável a qualquer caminhada.

Sigo porque a família é grande, sorte a minha, por tê-los e sorte por eles serem artistas, pela música ser a trilha sonora das nossas alegrias. Então, ao meu irmão João Paulo Osmar da Silva, eu agradeço pelo companheirismo, por nos alegrar com a sua arte, pois, ao cantar com essa voz linda, nos enche de carinho. E ao Cleyton Osmar da Silva, esse meu parceiro de aventuras, onde na corrida, na bicicleta e nas festas compartilhamos ideias, sonhos e carinho. Obrigada pela sensibilidade da presença.

Agradeço aqui também, aos meus cunhados Adriano Rodrigues e Gabriel Vitor Santos, pelas risadas, partilhas e troca de afeto, e claro, pelas caronas (rs). Muito obrigada.

Agradeço ao Diego da Silva de Medeiros, essa pessoa linda, que chegou no finalzinho da dissertação para me trazer muita energia. A você lindo, meus mais inteiros e sinceros agradecimentos aos sentimentos de alegria, paixão e admiração que estamos compartilhando. E claro, também agradeço a sua família, que tem me recebido com tanto carinho e divertidos diálogos ao céu – estrelado- da Enseada.

Agradeço meus amigos, João, Rodrigo, Vicente, Cláudio, Ismael, Tiago e Matheus pelo companheirismo, pelas conversas, coorientações e

momentos de tanta alegria vivenciados. Aqui também me cabe fazer um destaque a dois amigos, um de longa data e de tantas histórias. Ismael, sou muito feliz por ser sua amiga, por compartilhar tantos momentos importantes da minha história ao seu lado, seguimos. E Matheus, esse amigo de tanta sensibilidade, cuidadoso com o amor, que não mede esforços para demonstrar seu carinho, obrigada, é uma felicidade o nosso encontro. Muito obrigada amigos.

Aqui, deixo registrado também, um agradecimento ao amigo e professor Ivo Tonet, que não só se constituiu como uma referência teórica essencial a esse processo, mas, que mesmo distante, se fez presente nos diálogos hora sobre a vida cotidiana, hora sobre os meus, os nossos dilemas teóricos. Meus sinceros agradecimentos.

Agradeço aos companheiros dos grupos de estudos e pesquisa que tive a oportunidade de participar, sendo, O Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade Família e Política Social - NISFAPS e Grupo de Estudos e Pesquisa em Ontologia Crítica - GEPOC, no qual, realizei significativas leituras e trocas nos encontros desenvolvidos pelos grupos.

Por fim, não menos importante agradeço ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social pela acolhida, a Universidade Federal de Santa Catarina e a CAPES, por proporcionarem as condições materiais para a realização desse processo. Agradeço também, a todos os professores do departamento pelas aulas, seminários e trocas pelos corredores. Agradeço aos demais funcionários, pelos auxílios com a vida burocrática. A todos, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar a produção científica sobre a interdisciplinaridade na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em três áreas profissionais, sendo, o Serviço Social, a Psicologia e a Pedagogia. Os objetivos específicos se configuraram na análise em torno da compreensão sobre a PNAS nas pesquisas localizadas, bem como, a identificação de práticas profissionais na perspectiva do trabalho interdisciplinar. Com a resolução nº 17, de 20 de junho de 2011, no qual, o Conselho Nacional de Assistência Social ratificou a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social, os debates sobre interdisciplinaridade - atuação interdisciplinar, trabalho interdisciplinar-se intensificaram, pois, a interdisciplinaridade se apresenta como um desafio para as diferentes categorias profissionais que atuam nos diversos serviços socioassistenciais dessa política. A interdisciplinaridade tem sido com frequência, apresentada como a “torre de babel” contemporânea, onde, por meio desse paradigma se pretende superar as adversidades das práticas sociais e chegar “aos céus”. Essa promessa, por sua magnitude, impede, em alguns debates, uma problematização que coloque na pauta das discussões sobre essa temática o conhecimento nas suas mediações com a produção e reprodução da vida social. Desse modo, com a intencionalidade de se desenvolver uma análise crítica sobre tal fenômeno, se partiu da compreensão que o trabalho é o ato fundante do ser social, e assim, a partir dessa categoria, realizou-se uma exposição sobre os fundamentos ontológicos da problemática do conhecimento, para assim, compreender as origens e razões sociais tanto das especializações, bem como do processo de fragmentação do conhecimento. A exposição realizada contribui para compreendermos, a partir do trabalho, que o ato de complexificação e conseqüentemente de especialização é um processo do próprio desenvolvimento social do ser, que ao se objetivar e se modificar em cada ato, vai se tornando cada vez mais complexo. No entanto, por meio dessa categoria também constatamos que a fragmentação é decorrência da consolidação da propriedade privada e da sociedade de classes, no qual, se instaura uma significativa cisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, assim, sua superação necessariamente exige a superação dessa sociedade. Tais constatações contribuíram para uma análise crítica sobre a produção científica encontrada. Porém, tal análise se concentrou apenas no Serviço Social, já que não foram encontradas produções correspondentes ao recorte feito

por esta pesquisa, nas demais áreas. A partir do material analisado, destacou-se que as pesquisas trazem significativas reflexões tanto a interdisciplinaridade como ao trabalho interdisciplinar, no entanto, tais categorias, em grande parte das exposições, são tratadas como sinônimos, ou seja, se compreende que ao falar de interdisciplinaridade, necessariamente está se descrevendo o trabalho o interdisciplinar. Outra questão importante identificada trata-se da teorização da interdisciplinaridade, na qual, por mais que tenha uma problematização crítica da mesma, nas considerações sobre a interdisciplinaridade se matem os pressupostos fundados na filosofia do sujeito. Assim, consideramos que ao se debater sobre interdisciplinaridade e trabalho interdisciplinar, a problemática do conhecimento a partir de uma fundamentação ontológica deve ser acionada, bem como, a defesa por um conhecimento que reconheça a categoria totalidade em seus processos de apreensão do real.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Política de Assistência Social. Produção de Conhecimento.

ABSTRACT

The aim of this research was to analyse the scientific production over the interdisciplinarity in the National Policy on Social Assistance – PNAS in three professional fields: the Social Work, Psychology and Pedagogy. The specific objectives was the analysis of the understanding about the PNAS in the localized searches, and the identification of professional practices on the perspective of interdisciplinary work. With the Resolution nº 17, of June 20, 2011, in which the National Council of Social Assistance ratified the reference team defined by the Basic Operacional Standard of Human Resources of the Unified Social Assistance System, the discussions about interdisciplinarity - interdisciplinary action, interdisciplinary work - were intensified, because the interdisciplinarity is presented as a challenge to the different professional categories that act on the various social assistance services of this policy. The interdisciplinarity has been frequently presented as the contemporary “Babel Tower”, where from this paradigm it is intended to overcome the social practices adversities and to “reach the skies”. Given its magnitude, this promise prevents in some debates a problematization that puts the knowledge in their mediations with the production and the reproduction in the social life on the agenda of the discussions about this thematic. In this way, with the intentionality of to develop a critical analysis about this phenomenon, this work begin from the understanding that the work is the founding act of social being, and from this categorie an exhibition about the ontological foundations of the knowledge problem was held, to understand the origins and social reasons both from specializations to the knowledge fragmentation process. The exhibition held contributes to understand, from the work, that the act of increase of the complexity, and consequently of specialization is a process of the own social development of being, that is becoming more and more complex whenever he is objectified and modified in each act. However, from this category, it was also found that the fragmentation is consequence of the private property and the class society consolidation, in which a significant spin-off between handwork and brainwork is established. So, its overcoming is necessarily the overcome of this society. This findings contributes to a critical analysis about the scientific production found. However, this analysis was focused only on the Social Service, since the

productions correspondents to the clipping of this research was not found in other areas. From the analyzed material, shows up that the researches bring significant reflections both from interdisciplinarity to the interdisciplinary work, however this categories are treated as synonym in most works, that is, by talking about interdisciplinarity, necessarily the interdisciplinary work is described. Another important question identified was the interdisciplinarity theorizing, in which the assumption based on the subject's philosophy is killed by the interdisciplinarity considerations, although there is a critical issue on it. So, it was considered that when discussing interdisciplinarity and interdisciplinary work, the knowledge problem from the ontological foundation must be triggered, as well as the defense by a knowledge that recognizes the entirety category in its process of apprehension of the real.

Keywords: Intedisciplinarity. Social Welfare Policy. Knowledge Production.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Teses e dissertações selecionadas, por modalidade, título, ano e área.....	101
Quadro 2 - Artigos encontrados na busca, por revista, título, ano e área.....	102
Quadro 3 – Trabalhos selecionadas por modalidade e quantidade.....	102
Quadro 4 - Roteiro de leitura para o estudo dos materiais selecionados.....	104
Quadro 5 - Autores e os respectivos objetivos de pesquisa.....	110
Quadro 6 - Conceituação da interdisciplinaridade e do trabalho interdisciplinar nas pesquisas analisadas.....	135

LISTA DE SIGLAS

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

SUAS - Com a implementação do Sistema Único de Assistência Social

NOB-RH/SUAS - Norma Operacional Básica

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social

NFL -National Football League

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

IBCT - Instituto Brasileiro de informações em ciência e tecnologia

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 POLÍTICA SOCIAL ENTRE CONTRADIÇÕES: POSSIBILIDADES E LIMITES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 18	
2.2 AS POLÍTICAS SOCIAIS NO CAPITALISMO: AVANÇOS E RETROCESSOS	23
2.3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	30
2.4 A INTERDISCIPLINARIDADE NA PNAS	35
3 A PROBLEMÁTICA DO CONHECIMENTO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE UMA ABORDAGEM ONTOLÓGICA	47
3.1 O TRABALHO ENQUANTO CATEGORIA FUNDANTE DO SER SOCIAL	49
3.2 FUNDAMENTOS PARA A COMPREENSÃO DA PROBLEMÁTICA DO CONHECIMENTO	54
3.3 A CATEGORIA DECADÊNCIA IDEOLÓGICA: BREVE APROXIMAÇÕES PARA COMPREENDER A CIÊNCIA MODERNA	74
4 INTERDISCIPLINARIDADE E TRABALHO INTERDISCIPLINAR: PRESSUPOSTOS PARA O TRABALHO DAS DIFERENTES CATEGORIAS PROFISSIONAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	91
4.1 O DEBATE SOBRE A INTERDISCIPLINARIDADE NO ÂMBITO DA PNAS: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	92
4.2 PRODUÇÕES TEÓRICAS SOBRE A INTERDISCIPLINARIDADE NA PNAS.....	97

4.3 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A INTERDISCIPLINARIDADE.....	105
4.4 INTERDISCIPLINARIDADE E TRABALHO INTERDISCIPLINAR: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICAS.....	109
4.4.1As produções científicas e o objeto de pesquisa: interdisciplinaridade na PNAS	134
5 CONSIDERAÇÕES	139
REFERÊNCIAS	143

1 INTRODUÇÃO

*“E foste um difícil começo
Afasta o que não conheço”
(Caetano Veloso)*

Como dito por Paracelso (1951, p.181), “a aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato quase até a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender”. Que somos seres “aprendizes” disso não há dúvidas, no entanto, a nossa apropriação da realidade, ou seja, o nosso conhecimento sobre a realidade, esse sim, é razão para diversos dilemas.

A interdisciplinaridade prescreve-se como um “novo” paradigma de conhecimento da realidade, e isso implica reflexões sobre essa categoria e suas possibilidades de contribuição ao processo de apropriação do real. Sendo assim, essa pesquisa teve como objetivo analisar a produção de conhecimento sobre a interdisciplinaridade, a partir da proposta apresentada na Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Com a implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, se consolida uma expressiva abertura para diferentes campos profissionais na área da assistência social, intensificando nestapolítica, o debate sobre a interdisciplinaridade e o trabalho interdisciplinar.

As discussões do trabalho interdisciplinar não se inauguram com a PNAS, já que, no campo da assistência social tal temática já circulava os debates sobre a atuação profissional nesses espaços. Mas, é com a implementação dessa política que esse paradigma ganha visibilidade, sendo debatido em conferências, seminários e produções de conhecimento na área do Serviço Social, Psicologia e em certa medida na Educação. No entanto, mesmo com essas iniciativas, os dilemas, dúvidas e incompreensões em torno da temática ainda são muitos.

Em 2011 o Conselho Nacional de Assistência Social, por meio da resolução nº 17, de 20 de junho de 2011, ratificou a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social. Após essa resolução observa-se uma intensificação no campo da produção teórica e nos debates sobre a atuação interdisciplinar, visto que a interdisciplinaridade se apresenta como um desafio para as diferentes categorias profissionais que atuam nos diversos serviços socioassistenciais dessa política.

Sendo assim, a Política Nacional de Assistência Social, desperta, a partir de sua demanda de implementação, para os diferentes profissionais - assistentes sociais, psicólogos/as, pedagogos/as, advogados/as - que constituem as profissões mais comuns no SUAS, reflexões para compreender e efetivar um “trabalho interdisciplinar” que considere a construção coletiva de saberes e que permitam desenvolver ações que tenham direção política na perspectiva da garantia de direitos (BRASIL, 2011).

A escolha em trabalhar com esses três profissionais, se dá, no caso dos assistentes sociais e psicólogos, por estes, configurarem obrigatoriamente, dentro das orientações da NOB-RH/SUAS, as equipes de referências. E no que se refere ao pedagogo, porque segundo dados do documento “O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional” (2011), em 2006 se contabilizavam 19 mil pedagogos/as², 5.707 assistentes sociais, 5 mil psicólogos/as (BRASIL, 2011, p.80). Não encontramos dados mais recentes para apresentar esses números no momento presente. Mas, a partir desse cenário, elegemos tais profissionais, ou melhor, a área de produção teórica desses profissionais, para compor o objeto investigativo da pesquisa realizada.

Desse modo, nosso objeto de análise se constituiu na produção de conhecimento do Serviço Social, da Psicologia e Pedagogia, sobre interdisciplinaridade na PNAS (2004), sendo que o trabalho interdisciplinar é uma prática, ao qual tem provocado, entre os profissionais do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, diversos dilemas, impasses, dúvidas e debates. Em nossas análises, buscamos compreender, destacar e refletir as minúcias e conexões que envolvem tal temática, tentando em última instância, compreender o todo complexo que este debate/fenômeno se constitui. Para então, sem perder a particularidade do objeto em estudo, contextualizá-lo situando-o na luta político-econômica, como também, na luta das ideias.

Compete a essa introdução também, manifestar que o interesse pela temática em tela, resulta em grande parte, pelas experiências³ de trabalhos em “equipes interdisciplinares”, as quais provocaram questionamentos sobre as contradições existentes nessas experiências, a saber: o que seria de fato um trabalho interdisciplinar? Ou ainda, como

² O número elevado de Pedagogos se dá, por esses ocuparem também, os abrigos, casa lar, casa de passagem, etc.

³ Atuei como Pedagoga do setor de Pedagogia do Hospital Infantil Joana de Gusmão, setor esse que compõe a equipe interdisciplinar do referido hospital.

construir um trabalho coletivo? Quais elementos em comum precisariam para juntos conhecer e agir na realidade?

Além disso, convém dizer que embora tenha cursado uma graduação com enfoque predominante na licenciatura escolar⁴, os espaços não escolares consecutivamente me despertaram interesse e curiosidade. Assim, durante a graduação em pedagogia, buscava conhecer outros espaços de atuação não escolares do pedagogo, como por exemplo, a política de assistência social, pedagogia hospitalar e carcerária, etc. São esses elementos e experiências que me mobilizaram e despertaram indagações para, no âmbito acadêmico, realizar as discussões e análises apresentadas nessa pesquisa.

Adotada a decisão de pesquisar a produção de conhecimento sobre a interdisciplinaridade na PNAS, nas primeiras aproximações e buscas sobre a temática, foi se concretizando o quanto a mesma pulsava nos diversos dilemas profissionais das categorias elencadas pelo SUAS. Desse modo, a escolha em caminhar pela produção de conhecimento do Serviço Social, Psicologia e Pedagogia sobre a interdisciplinaridade, tomando-o como objeto de análise para o desenvolvimento desta pesquisa, se dá, em parte por compreendermos que as produções teóricas devem se constituir como instrumentalidade para compreender e agir na sociedade, e por outro lado, por constatarmos que, apesar das incompreensões vivenciadas, há esforços por parte das produções teóricas realizadas, em apreender tal temática.

De tal modo, a partir deste fato que é apresentado, e dentre as opções existentes para conhecê-lo, empregamos nesta pesquisa os fundamentos do método materialista histórico e dialético, presente na perspectiva marxista. Sendo assim, a seguir apresentamos uma exposição sobre algumas considerações importantes dessa perspectiva, que foram e são relevantes ao estudo realizado e apresentado nesse processo de conhecimento.

Com base nas indicações deixadas por Marx (2001), sabemos que, “[...] o ideal não é mais que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado” (MARX, 2001, p. 28). No prefácio da 2ª edição do livro *O Capital*, Marx, ao falar do método, expõe esse movimento de conhecimento do fenômeno, no qual afirma que:

⁴ Graduação em Pedagogia Plena, concluída em 2014 pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de pesquisar a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhado, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori (MARX, 2001, p. 28).

Essa citação tão conhecida de Marx (2001) se faz necessária para compreendermos que, ao considerar tal teoria, parte-se do pressuposto que o fenômeno existe independente desta pesquisa, não incumbindo “construir” o fenômeno, mas, tomá-lo de maneira crítica, sendo que na perspectiva marxista, isso implica a busca dialética dos fundamentos históricos e sociais que deram origem ao fenômeno social, possibilitando assim, apreender para além de sua aparência, ou seja, chegar de modo dialético a sua essência, elevando este fato a totalidade.

É importante ressaltar que ao considerar o fenômeno existente independente da pesquisa, não se desconsidera o papel do pesquisador na apreensão da matéria, de seus pormenores e suas intrínsecas conexões, sendo que, no processo de pesquisa:

[...] o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais especificamente para aprendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimento, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação (NETTO, 2011, p.25).

Enquanto sujeito ativo, para “apoderar-se da matéria”, no processo de pesquisa, fará uso de “instrumento e também técnicas de pesquisa [...] desde análise documental, até as formas mais diversas observações, recolha de dados, qualificação, etc.” (NETTO, 2011, p.26). Tendo como pretensão, aproximar-se do que Marx (2001) denomina de “movimento real”.

Assim, o conhecimento teórico para Marx (apud NETTO, 2011, p. 20), “*é o conhecimento do objeto – de sua estrutura dinâmica- tal como*

ela é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independente dos desejos e aspirações e das representações do pesquisador”. É importante pontuar que “a orientação essencial do pensamento de Marx era de uma natureza ontológica e não epistemológica” (LUKÁCS, 1979, apud NETTO, 2011, p.27). Lembrando assim, que a “ontologia é apenas a captura das determinações mais gerais e essenciais do ser (geral ou particular) e não, ainda, da sua concretude integral”. Portanto, compreender o objeto “implica o pressuposto de que ele não se resume aos elementos empíricos, mas também, e principalmente, àqueles que constituem a sua essência” (TONET, 2013, p.14).

Diante do que foi dito, vale esclarecer que:

Para Marx, a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento (outras modalidades são, por exemplo, a arte, o conhecimento prático da vida cotidiana, o conhecimento mágico-religioso – cf. MARX, 1982, p. 15). Mas a teoria se distingue de todas essas modalidades e tem especificidade: o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto (NETTO, 1997, p.05).

Desse modo, o que intentamos demonstrar nessa breve exposição acerca do método marxista, trata-se do compromisso científico ao qual Marx fundamentou sua teoria social, assim, segundo Lara (2017), “é um método de investigação que parte de questionamentos, observações sistemáticas da vida social, descrições minuciosas da especificidade do objeto estudado e sua relação com a formação socioeconômica” (LARA, 2017, p.11).

Por fim, a escolha da perspectiva marxista – materialismo histórico e dialético- justifica-se, sobretudo, por compreendermos que a mesma apresenta os elementos/instrumentos necessários para a compreensão da realidade em movimento, tomando a produção social do conhecimento

sem dissociar da produção social da vida. E assim, a partir de categorias como a “totalidade”, “contradição” e “mediação”, nos ajudam a conhecer a realidade e refletir as possibilidades de intervenção na mesma. Além disso, essa perspectiva está vinculada a um projeto revolucionário, já que, para além de apresentar caminhos de apreensão do mundo em sua concretude histórica, também comunga com uma transformação social que supere a lógica da exploração do homem pelo homem, ressaltando sempre que “o saber é sobre o mundo e o mundo carece de transformação” (LARA, 2008).

Portanto, a concepção materialista do mundo, defende um conhecimento e necessariamente uma produção de conhecimento que tenha como base a compreensão da realidade social em seu movimento histórico, pois, como já dito, para o método dialético “a transformação da realidade constitui o problema central” (LUKÁCS, 1981, p.63).

Com a compreensão apresentada acima que intentamos descortinar o objeto aqui apresentando, tendo como objetivo geral na orientação do processo de pesquisa analisar a produção de conhecimento do Serviço Social, Psicologia e Pedagogia sobre a interdisciplinaridade na Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Os objetivos específicos elencados foram: demonstrar como a Política Nacional de Assistência Social e a interdisciplinaridade vêm sendo compreendida em produções teóricas dessas áreas; evidenciar as principais bases teóricas utilizadas para dialogar sobre o trabalho interdisciplinar na Política Nacional de Assistência Social e; identificar as estratégias, planos e ações do trabalho interdisciplinar relatados nas produções teóricas analisadas.

Para tal, desenvolveram-se três capítulos que buscam apresentar uma exposição dos estudos investigativos desenvolvidos em torno da temática proposta. A determinação desses capítulos se deu em medida que se realizavam os estudos em torno do objeto proposto e identificavam-se os nexos determinantes de seu desenvolvimento. Cabe esclarecer que os estudos realizados, se constituem uma exigência do próprio objeto, no qual, na medida em que realizávamos aproximações ao mesmo, se revelavam as contradições imbricadas nas relações do objeto. Certamente não conseguimos responder a todas as questões que se abriram no processo de desenvolvimento dessa pesquisa, tanto pela necessidade de maior amadurecimento teórico e tempo disponível dentro do percurso formativo do mestrado, quanto ao próprio processo de conhecer o mundo que é infundável, ou seja, sempre surgem novas questões e dimensões do objeto a serem compreendidas.

Assim, os nexos que se apresentam no decorrer dos três capítulos que seguem, são aqueles que se mostram determinante na compreensão desse recorte, fazendo correspondência as proposições dessa pesquisa. Reafirmamos ainda, que o processo de conhecimento acerca de um objeto nunca será esgotado, de modo que a produção do conhecimento é sempre dialética e processual. Deste modo, o desenvolvimento e acumulação do conhecimento cabe a várias gerações que a seu tempo e condições históricas deixam suas contribuições.

É indispensável, ao nosso juízo, ao se abordar uma política social, necessariamente situá-la nos debates mais amplo sobre política social. Assim, no primeiro capítulo, buscou-se localizar a Política Nacional de Assistência Social no contexto histórico político-econômico. Partindo do debate de emancipação política e emancipação humana, buscou-se pontuar fatos que constituíram as políticas sociais, intentando assim, demonstrar sua dependência ontológica aos interesses de classe. Para tal, num diálogo com autores referência tanto do estudo marxista quanto da política de assistência social, tratou-se de, para além de apresentar os limites das políticas sociais na sociedade capitalista, alertar para o papel ativo da classe trabalhadora nas lutas sociais.

Nesse capítulo, também foram abordadas questões históricas da trajetória de constituição da PNAS, bem como, uma apresentação da compreensão sobre interdisciplinaridade presente nos documentos da aludida política. Nessa exposição, além de se destacar as compreensões, também se sublinhou as principais categorias elegidas pela política para orientar sua definição de interdisciplinaridade e consequentemente de trabalho interdisciplinar.

Sendo que a interdisciplinaridade se apresenta como necessária a partir da constatação de uma fragmentação na produção de conhecimento, fragmentação que será compreendida de diferentes maneiras. Compreendemos que o segundo capítulo, compõe a espinha dorsal dessa pesquisa, já que, apresenta a fragmentação do saber não apenas como uma consequência da ampla produção de conhecimento, explicação mais comum. Mas, a partir da categoria decadência da ciência, traz os fatos históricos que resultaram numa produção de conhecimento descolada da realidade social, e, sobretudo, descolada da luta de classe e das possibilidades de uma transformação rumo ao fim da exploração do homem pelo homem.

A partir dessa categoria, buscou-se ressaltar uma das grandes teses de Lukács (1959), “nenhuma ciência é neutra”, assim, vamos compreendendo que mesmo a fragmentação tão “indesejada” pela

ciência, tem seu fundamento nos interesses da sociedade de classe e que dessa forma, sua superação dentro dessa lógica, está atrelada a um posicionamento crítico radical ao modo de produção da vida nessa sociabilidade, bem como, a superação do mesmo. No entanto, tal constatação não deseja levar ao imobilismo, ou até mesmo a crença de que não é possível uma produção teórica comprometida com a verdade e com a possibilidade de transformação, mas, sim, reforçar a necessidade de uma produção de conhecimento que leve em conta, além das questões epistemológicas, as questões ontológicas, no qual a segunda tem prioridade, já que essa coloca o trabalho no centro dos debates. Lembrando que “quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria com relação a outra, entendemos simplesmente o seguinte: a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível” (LUKÁCS, 2012, p.307). Questão essa que fica claro na tese central do materialismo, no qual, “[...] o ser tem prioridade ontológica com relação a consciência. Do ponto de vista ontológico, isso significa simplesmente que pode haver ser sem consciência, enquanto toda consciência deve ter como pressuposto, como fundamento, algum ente” (LUKÁCS, 2012, p.307). O terceiro e último capítulo dessa atividade dissertativa, apresenta, juntamente com o material analisado, uma exposição propriamente dita sobre a interdisciplinaridade e o trabalho interdisciplinar. Parte dos eixos de análises, esses que foram elaborados tanto a partir dos objetivos geral e dos objetivos específicos demarcados por essa pesquisa, como também pela base teórica apresentada, por meio dos quais se desenvolveu um diálogo a fim de, para além de apresentar os trabalhos selecionados e suas compreensões, tecer considerações sobre o trabalho interdisciplinar e reflexões em torno dessa prática. Após essa breve apresentação, que objetivou além de realizar a introdução da temática, mapear a organização dessa pesquisa, segue-se para o desenvolvimento dissertativo da mesma.

2 POLÍTICA SOCIAL ENTRE CONTRADIÇÕES: POSSIBILIDADES E LIMITES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

*“Do povo oprimido nas filas, nas vilas, favelas
Da força da grana que ergue e destrói coisas belas
Da feia fumaça que sobe, apagando as estrelas
Eu vejo surgir teus poetas de campos, espaços
Tuas oficinas de florestas, teus deuses da chuva”
Caetano Veloso*

Para debater sobre a interdisciplinaridade na PNAS, mais especificamente a produção de conhecimento do Serviço Social, Psicologia e Pedagogia em torno desta temática, é coerente que ao menos, sumariamente, localizemos esta política social e pública, nos debates sobre a política social. Não se pretende aqui, fazer uma gênese da política social, mas, objetivando a historicidade do objeto em análise, demarcar os principais acontecimentos históricos-estruturais no processo de sua constituição, apresentando uma exposição sobre seus limites e possibilidades pautados principalmente no movimento da sociedade capitalista.

Segundo Behring e Boschetti (2010, p.44), para a análise das políticas sociais é necessário o esclarecimento de três elementos essenciais, sendo que, “o primeiro é a natureza do capitalismo, seu grau de desenvolvimento e as estratégias de acumulação prevalentes. O segundo é o papel do Estado na regulamentação e implementação das políticas sociais, e o terceiro é o papel das classes sociais”. Não seguimos necessariamente essa ordem de apresentação dos elementos, no entanto, no decorrer do texto, buscou-se apontar reflexões sobre essas determinações.

Para tanto, pontuamos primeiramente, com o objetivo de ir delimitando a perspectiva da qual trataremos a política social, a diferença entre emancipação política e emancipação humana, já que estas, na tradição marxista, são explanadas com sentidos diferentes. Além de demarcar a perspectiva teórica, consideramos de suma importância o esclarecimento destas categorias, por compreendermos que essas, constituem a pauta essencial de nossas lutas por uma transformação, seja elas em menores escalas, ou em sua totalidade. Para tanto, na primeira seção segue o desenvolvimento desse debate.

Já na segunda seção, nos dedicamos a apresentar um diálogo sobre os marcos histórico da constituição da Política Nacional de Assistência Social. O objetivo é trazer para o debate os principais determinantes que configuraram tal política em seu atual desenho. Assim, a partir dos principais documentos oficiais e de autores referência da área, se desenvolveu um texto que além de apresentar os fatos históricos, também ilustra uma tomada de posicionamento e compreensão frente a Política de Assistência Social.

Na última seção deste capítulo que se destina a elucidar a Política Social, e especificamente da Política Nacional de Assistência Social, se discorreu sobre a interdisciplinaridade na PNAS. Assim, a partir também de alguns documentos tanto de orientação como de formação, se buscou desenhar o que essa política vem compreendendo por interdisciplinaridade, sendo que esse paradigma faz parte de suas diretrizes para o trabalho em equipe nos equipamentos do SUAS.

2.1 EMANCIPAÇÕES NA SOCIEDADE DE CLASSES: BREVES CONSIDERAÇÕES

No dicionário da língua portuguesa, o significado dado à palavra emancipação é: qualquer libertação; alforria, independência; ou ainda, instituto jurídico que, no Brasil, concede aos maiores de 18 anos e menores de 21 seus direitos civis. Ou seja, em grosso modo, emancipação no dicionário se relaciona ao direito à liberdade.

Sabemos que o modo de produção capitalista se organiza sob o lema da liberdade e da igualdade, no qual, se compreende que exista uma liberdade civil e uma igualdade jurídica entre os cidadãos, já que, perante a lei todos são iguais. Mas, também sabemos que as garantias legais não foram suficientes para transformarem a realidade cotidiana, onde as exacerbadas diferenças se expressam, pois, “em curso cada vez mais veloz e ampliado, a acumulação de capital torna o horizonte da igualdade e da liberdade inatingível, na medida em que o acesso do povo ao usufruto da riqueza coletivamente construída mantém-se aprisionado sob o signo da negação e da impossibilidade” (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p. 148). Isso, porque o conjunto de aparato legal, civil e jurídico não se trata de uma simples relação entre os indivíduos, mas, tem seu fundamento no trabalho. Dito isso, consideramos necessário, dentro de debate proposto por essa pesquisa, explicar algumas considerações sobre a emancipação.

Partiremos do debate que Marx (1884) desenvolve sobre emancipação política e emancipação humana. Em sua obra “A questão Judaica” (2009), esse debate recebe uma significativa ênfase, assim, além das considerações destacadas nessa obra, usaremos também como base para conceituar tais categorias, um dos autores intérpretes de Marx, sendo Ivo Tonet (2016). Não se pretende aqui, realizar uma apresentação da obra, mas, apresentar algumas considerações importantes para o debate que se desenvolve nessa pesquisa.

Marx (1884) inicia a obra com a seguinte indagação “Os judeus alemães buscam a emancipação. Que emancipação desejam eles? A emancipação civil, política” (MARX, 1884, p.03), tal indagação é feita para problematizar os limites da emancipação política, ou seja, os limites do cidadão dentro da estrutura burguesa.

Segundo Tonet (2016), em Marx, “a emancipação política é um processo que ocorre na transição do feudalismo ao capitalismo”. No qual, ocorre uma “reconfiguração das relações entre as dimensões econômicas e política existentes no sistema feudal” (TONET, 2016, p. 1). Essa reconfiguração se dá, na medida em que no feudalismo tinha-se, segundo Marx (1886), o Estado como regulador das atividades econômicas, ou seja, um caráter político, com a consolidação da sociedade capitalista opera-se:

[...] uma cisão entre essas duas dimensões. A nova forma de produção da riqueza, fundada na produção e reprodução do capital, implica que já não seja o Estado o regulador da atividade econômica, nem o eixo da vida social, mas o mercado, com suas leis próprias (TONET, 2016, p.01).

Com essa cisão, o Estado em sua nova configuração se coloca subordinado à lógica do mercado, ou seja, a lógica da reprodução capitalista. Constituindo assim, “uma forma de sociabilidade dividida, mas ao mesmo tempo articulada, entre o momento privado, representado pela atividade de produção da riqueza e o momento público, representado pelo Estado” (TONET, 2016, p.01). No entanto, como já dito, o “momento público” está subordinado à “produção da riqueza”.

Como também é sabido, na configuração do capitalismo o trabalhador torna-se um sujeito livre e proprietário de sua força de trabalho, sendo assim, está em “igualdade” para negociar com os

proprietários dos meios de produção. Dessa relação, nascem os proletários e também muitas lutas sociais, sendo que:

Essa luta entre capital e trabalho também foi responsável pela emergência de ações, por parte do Estado e de outras instituições, para amenizar a desigualdade social que brota, necessariamente, da exploração do capital sobre o trabalho (TONET, 2016, p.02).

Tal explanação intenciona também, demonstrar a “dependência ontológica do Estado em relação à economia” (TONET, 2016, p. 02), ou seja, o papel do Estado na regulamentação e implementação das políticas sociais e assim, consequentemente, seus limites. Não se quer aqui, reduzir a emancipação política a política social, mas, compreendendo essa como parte dessa emancipação, elucidar o quanto, por se movimentar dentro dos interesses da sociedade burguesa, é parcial e limitada, pois, como dito por Marx, “os limites da emancipação política surgem imediatamente no facto de o Estado pode se libertar de um constrangimento, sem que o homem se encontre realmente liberto; de o Estado conseguir ser um Estado livre, sem que o homem seja um homem livre” (MARX, 1884, p.10).

Assim, segundo Tonet (2016), Marx também deixa claro a diferença absoluta entre emancipação política e emancipação humana, no qual, compreende que:

Coerente com a constatação de que o trabalho é a categoria fundante do mundo social, Marx afirma que assim como a emancipação política tem como fundamento um ato de trabalho – o trabalho assalariado – a emancipação humana tem como seu fundamento outra forma de trabalho, o trabalho associado. Este se caracteriza por ser uma forma de trabalho livre, consciente, coletiva e universal. E, por sua natureza, elimina, pela raiz, toda forma de exploração e opressão do homem pelo homem, possibilitando a todos os indivíduos serem plenamente livres e realizar, da forma mais ampla possível, as suas potencialidades (TONET, 2016, p.03).

Na lógica do capital não é possível se concretizar a emancipação humana, sendo que essa se fundamenta num outro ato de trabalho, o associado, diferente do trabalho assalariado que fundamenta a ordem de produção e reprodução capitalista. Porém, tais constatações não negam a necessidade de busca pela perspectiva da emancipação humana. No entanto, tais compreensões são indispensáveis para desmitificar como se concretiza na sociedade capitalista a política social, tendo claro principalmente, seu fundamento nas mais variadas formas da contradição entre os que vendem a sua força de trabalho e os que compram, ou seja, os donos dos meios de produção.

Além disso:

[...] para os trabalhadores, o objetivo maior deve ser a emancipação humana. Ora, por sua natureza e consideradas isoladamente, as políticas sociais, que têm no Estado seu sujeito fundamental, não podem extrapolar a órbita da sociedade burguesa. Ainda que possam chocar-se, de alguma maneira, com o capital, este choque não é radical e, portanto, não aponta para a sua superação. No entanto, é preciso levar em conta que elas fazem parte de uma totalidade social maior. É no interior dessa totalidade social que elas adquirem o seu sentido. Este sentido é determinado por sua conexão com um objetivo que não é posto pelas próprias políticas sociais, mas pelas classes fundamentais dessa sociedade – burguesia e proletariado. Por sua vez, a conexão com um desses objetivos dependerá da maior ou menor força que cada uma dessas classes tenha na condução do processo de luta social e na atração de segmentos de outras classes (TONET, 2015 p.292).

A longa citação acima se faz necessário para sublinharmos que, sendo a história um movimento dialético, mesmo com a impossibilidade da consolidação da emancipação humana, essa deve servir como “horizonte” das disputas diárias da classe trabalhadora, pois, “não há dúvidas de que as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores, a que o Estado, por vezes, responde com antecipações estratégicas” (NETTO, 2011, p. 33). Daí a necessidade de se pensar principalmente como as políticas sociais estão atreladas a classe

trabalhadora? Como essas contribuem para as possibilidades de protagonismo do proletariado na relação entre capital e trabalho? Não se pretende responder tais questionamentos, mas, com eles, indagar reflexões sobre o trabalho em equipe interdisciplinar nos equipamentos da Política de Assistência Social.

Desse modo, tal conquista – emancipação política – como já dito por Marx (1884), “[...] representa um grande progresso. Embora não seja a última etapa da emancipação humana em geral, ela se caracteriza como a derradeira etapa da emancipação humana dentro do contexto do mundo atual” (MARX, 1991, p. 28). Logo, a política social deve ser compreendida em seu processo histórico dialético, ou seja, apreendida não como um processo linear, mas, como resultado de uma correlação de forças (PEREIRA, 2011).

Assim, nesta seção, destacamos que há sim uma significativa diferença entre emancipação política e emancipação humana, sendo que a segundo não se concretiza numa sociedade no qual está fundada sobre o trabalho assalariado. Também reconhecemos os limites da primeira, já que essa está atrelada aos interesses do capital. Porém, tais limitações não significam cessar as lutas por direitos sociais e melhores condições de vida e trabalho para a classe trabalhadora, mas, sim, reconhecendo seus limites, compreender tais demandas na relação com o todo, e assim, contribuir para um fortalecimento da luta de classe, principalmente num reconhecimento do fazer histórico da classe trabalhadora.

2.2 AS POLÍTICAS SOCIAIS NO CAPITALISMO: AVANÇOS E RETROCESSOS

As políticas sociais se manifestam de diferentes formas nas fases de desenvolvimento do capitalismo, pois, as relações econômicas e sociais regidas pelo capital alteraram-se significativamente em suas fases de desenvolvimento, e conseqüentemente, alteram as ações políticas do Estado, sendo que, as políticas sociais estão, principalmente, “dentro” desses dois complexos, o econômico e o político.

O econômico direciona as funções do lucro, assim seu objetivo está voltado para a diminuição dos custos e aumento da produtividade. O complexo político volta-se para a legitimação do modo de produção capitalista, tendo como objetivo, adequar os trabalhadores a esse modelo social. Por isso,

[...] as políticas sociais não podem ser analisadas somente a partir de sua expressão imediata como fato social isolado. Ao contrário, devem ser situadas como expressão contraditória da realidade, que é a unidade dialética do fenômeno (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p.39).

Mesmo considerando que antes da consolidação e desenvolvimento mais avançado do capitalismo já havia algumas legislações referentes ao trabalho, segundo Behring e Boschetti (2011, p. 47), é no capitalismo monopolista que a política social toma forma, tendo sua origem:

Comumente relacionada aos movimentos de massa social- democratas e ao estabelecimento dos Estados-nação na Europa ocidental do final do século XIX, mas sua generalização situa-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, em especial em sua fase tardia, após a Segunda Guerra Mundial (pós-1945).

O capitalismo monopolista é compreendido como “período histórico em que o capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios” (NETTO, 1996, p.15). Segundo Netto (1996), esse período, após os estudos leninistas, também ficou conhecido como período imperialista. Não se pretende aqui entrar em todas as implicações desse período, como também a chegada a esse estágio de desenvolvimento, autores com significativa autoridade intelectual já apresentam essas questões (NETTO, 1996; MANDEL, 1969). Nossa intenção é principalmente apresentar os impactos dessas configurações na relação entre Estado e políticas sociais. Assim, destacamos que:

O mais significativo, contudo, é que a solução monopolista – a maximização dos lucros pelo controle dos mercados – é eminentemente problemática: pelos próprios mecanismos novos que deflagra, ao cabo de um certo nível de desenvolvimento, é vítima dos constrangimentos inerentes à acumulação e à valorização capitalista. Assim, para efetivar-se com chance de êxito, *ela demanda mecanismo os de intervenção extra-econômicos*. Daí a funcionalização e o

redirecionamento da instância por excelência do poder extra econômico, o Estado (NETTO, 1996, p.20).

Se antes do período monopolista, o Estado desenvolvia a função de “guardião das forças externas da produção capitalista”, agora

Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômicas *desde dentro*, e de forma contínua e sistemática. Mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções *políticas* do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas (NETTO, 1996, p.21).

Como bem apresentado por Netto (1996), esse desenvolvimento do capitalismo monopolista não encontra na objetividade todas as condições para a sua realização hegemônica global, e assim:

A sua realização em todos os quadrantes, é mediatizada pela correlação das classes e das forças sociais em presença – onde não se defrontou com um movimento democrático, operário e popular sólido, maduro, capaz de estabelecer alianças sócio-políticas em razão dos objetivos determinados, a burguesia monopolista jogou em sistemas políticos desprovidos de qualquer flexibilidade e inclusividade. Com efeito, as alternativas sócio-política do capitalismo monopolista, sem configurar um leque infinito, comportam matizes que vão de um limite a outro – do *welfarestate* ao fascismo (NETTO, 1996, p. 24).

Desse modo, é importante ressaltar que há uma correlação de forças, e como já foi dito, o desenvolvimento das políticas sociais dependem também do “nível” da capacidade de luta da classe trabalhadora, pois:

É no capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação

política através do jogo democrático, é permeável a demandas da classe subalternas [...]. E somente nestas condições que as sequelas da “questão social” torna-se – mais exatamente: podem tornar-se – objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado (NETTO, 1996, p.25).

Segundo Netto (2006), o período do capitalismo monopolista, também denominado de capitalismo imperial se apresenta em três significativas fases, sendo, a primeira a fase “clássica” que vai do ano de 1890 a 1940, a fase dos “anos dourados”, que tem início no fim da segunda guerra e se prolonga até os anos setenta, e o capitalismo “contemporâneo”, iniciado em meados dos anos setenta e que se mantém até os dias atuais.

No capitalismo contemporâneo se concretiza o fim de todas as ilusões idealistas do período dos anos dourados. Nessa fase, se acompanha uma “onda longa recessiva”, e com ela, graves consequências aos trabalhadores, já que, para reverter a queda das taxas de lucro, o capital impõe novas condições de trabalho, ou seja, expande a exploração da força de trabalho.

Cabe sinalizar, que essas novas imposições reverberam também na implementação das políticas sociais, no qual, se configuram novas demandas de performance dos profissionais, e aqui, podemos chamar atenção para a exigência do trabalho em equipe, ou, do trabalho interdisciplinar. Pois, como vimos na exposição acima, [...] ao longo de sua existência, o capitalismo moveu-se (move-se) e transformou-se (transforma-se); mobilidade e transformação estão sempre presentes nele: mobilidade e transformação constituem o capitalismo, graças ao rápido e intenso desenvolvimento de forças produtivas que é a sua marca. (NETTO & BRAZ, 2012, p.182). Tais mudanças exigem novas configurações da mão de obra, ou seja, dos trabalhadores. E dessa forma torna-se importante:

[...] constatar que apoiado na pós-modernidade e sua crítica aos “especialismos” nas ciências modernas e nas mudanças nas relações de trabalho, com a entrada do trabalhador polivalente, que a organização do trabalho em equipes interdisciplinares é também apreendida e incentivada pelo capitalismo (REZENDE, 2016, p.77).

Desse modo, o trabalho em equipe, como também o trabalhador flexível, não são apenas expressões da necessidade de uma intervenção coletiva nas políticas sociais, mas, é importante ressaltar que o mercado contemporâneo reconhece a necessidade do trabalhador multifuncional e a capacidade para o trabalho em equipe, pois essas “configurações” correspondem às necessidades atuais do capitalismo.

Sendo que:

Com o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho, sob a égide do capital, o processo de trabalho passa a ser efetuado sob a forma de cooperação de muitos trabalhadores livres e de máquinas no interior da fábrica. Verifica-se, ao mesmo tempo um parcelamento das atividades necessárias a realização de um produto, sem precedentes em épocas anteriores, agora executado por diversos trabalhadores diferentes e por um sistema de máquinas. Cria-se o trabalhador parcial, efetuando-se o parcelamento do próprio indivíduo no ato de produção (IAMAMOTO, 2013, p.64).

Desse modo, as forças produtivas são capturadas pelo capital e colocadas a serviço de seus interesses, ou seja, ao interesse da classe dominante, a burguesia. O trabalhador agora “livre” é fatiado na nova dinâmica de produção. Cabe lembrar, também, que, “a própria ciência é apropriada pela classe capitalista e posta a seu serviço, como força produtiva do capital e não do trabalho” (IAMAMOTO, 2013, p.65).

É importante pontuarmos também, que no capitalismo contemporâneo, em seu grau de desenvolvimento, as estratégias de acumulação prevalecem acompanhadas ao um movimento de um verdadeiro desmonte das conquistas da classe trabalhadora, no qual, objetiva “romper com todas as barreiras sociopolíticas”, e, “para legitimar essa estratégia, o grande capital fomentou e patrocinou divulgação maciça do conjunto ideológico que se difundiu sob a designação de neoliberalismo” (NETTO; BRAZ, 2006, p.216).

Sendo que, as exigências neoliberais se direcionam para a construção de um “Estado mínimo”, para a diminuição dos gastos estatais, ou melhor, o:

[...] objetivo real do capital monopolista não é a “diminuição” do Estado, mas a diminuição das funções estatais coesivas precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um “Estado mínimo”, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um Estado mínimo para o Trabalho e máximo para o capital (NETTO, BRAZ, 2006, p.227).

E assim, o neoliberalismo não deve ser compreendido apenas como uma nova fase do capitalismo baseada no livre comércio e no Estado mínimo, que recua de sua intervenção nos assuntos econômicos. O neoliberalismo constitui a intensificação da intervenção estatal à acumulação de capital indispensável para assegurar a produção e reprodução de sistema capitalista. Em resposta à crise estrutural do capital, a burguesia representativa do capital monopolista coloca em prática políticas neoliberais cada vez mais regressivas, sendo essas indissociáveis das funções econômicas, pois:

É a política social do Estado burguês no capitalismo monopolista [...] configurando a sua intervenção contínua, sistemática, estratégica sobre as seqüelas da “questão social”, que oferece o mais canônico paradigma dessa indissociabilidade de funções econômicas e políticas que é própria do sistema estatal da sociedade burguesa madura e consolidada. Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes (NETTO, 2006, p. 30).

O que dissertamos até o momento sobre política social e suas determinações, não servem para que a política social seja “considerada como decorrência natural do Estado burguês capturada pelo monopólio” (PAIVA; ROCHA; CARRARO; 2010, p. 159). Mas, sim, tem a intenção de minimamente historiar a política social no complexo das relações de produção e reprodução da vida e também para localizar a Política

Nacional de Assistência Social, componente da temática desta pesquisa, no campo das políticas sociais, pois:

[...] a assistência social de que falam a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – que regulamenta os artigos 203 e 204 da referida Constituição – e, mais recentemente, a PNAS é uma política social pertencente ao gênero político público. É, portanto, uma política social pública, como o são a saúde, a previdência, a educação etc. (PEREIRA, 2007, p. 222).

Sendo assim, é importante ressaltar que na sociedade capitalista “as políticas de proteção social expressam as contradições e os antagonismos de classes”. E desse modo, vão depender “tanto do nível de socialização da política, conquistados pelas classes trabalhadoras, como das estratégias do capital, na incorporação das necessidades do trabalho consideradas as particularidades históricas que definem cada formação social” (MOTA, MARANHÃO, SITCOVSKY, 2010, p.181), pois, quando “falamos de uma sociedade capitalista, temos de falar de um proletariado e, dentro dele, de um setor produtivo que está sendo explorado para que seja possível extrair mais-valor (IASI, 2017, p.42).

Novamente nesta sessão ressaltamos o quanto o reconhecimento da luta de classe se faz necessário na compreensão das políticas sociais, essas que se desenvolvem no movimento dialético e histórico das relações sociais. Por hora, pode até parecer repetitivo, no entanto, ter clareza que há uma disputa de sociedade, que há interesses antagônicos entre as classes e que principalmente, é entre esses interesses que se desenvolvem as políticas sociais, se faz de extrema importância para o estudo crítico de uma determinada política. Considerando as indagações que suscitaram as considerações desenvolvidas nas duas sessões anteriores, finalizamos com uma longa, mas, profícua citação de Mauro Iasi (2017), que frente as adversidade e contradições da sociedade capitalista, nos adverte que:

Nesse cenário é que uma questão polêmica se apresenta: nós, que estamos comprometidos com a emancipação humana, devemos nos mobilizar para defender as fronteiras da emancipação política ameaçada pela revisão civilizatória do capitalismo imperialista? Essa é, ao mesmo tempo, uma

questão simples e difícil de ser respondida. Evidente que devemos mobilizar nossas forças na resistência contra a regressão de direitos e patamares civilizatórios alcançados, simplesmente porque temos por dever defender a vida e os trabalhadores contra os ataques do capital, mas, isso não pode se converter numa defesa da sociedade capitalista, ou dos “aspectos positivos” dessa sociedade, pelo simples fato de que é a ordem burguesa, a mesma que produziu a emancipação política, que agora a ameaça. Não nos cabe defender o capitalismo contra ele próprio, pois desde o início apontamos para o fato que o seu desenvolvimento caminhava no sentido da desumanização e que a verdadeira emancipação ia, necessariamente, além de seus limites societários (IASI, 2017, p.216).

2.3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A assistência social com a promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988 é estabelecida como direito do cidadão e dever do Estado. Compõe o tripé da seguridade social, juntamente com a saúde e a previdência social, no entanto, ainda exige enfrentamentos e desafios importantes para sua consolidação enquanto direito. Cabe ressaltar que é:

[...] somente com a Constituição de 1988 a sociedade brasileira teve, em tese, as suas necessidades de proteção reconhecidas pelo Estado através da instituição de um sistema público de proteção social (integrado pelas políticas de saúde, previdência e assistência social); contudo mal foram regulamentadas, essas políticas passaram a ser objeto de uma ofensiva perversa e conservadora, materializada em propostas e iniciativas de contra – reformas restritivas de direitos, serviços e benefícios (MOTA, MARANHÃO, SITCOVSKY, 2010, p.184).

Em 1993, inaugura-se um novo momento histórico para a assistência social com a aprovação da lei n. ° 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Essa que constituiria

a primeira fase de um longo processo de lutas pela implantação da assistência social como um direito do cidadão e dever do Estado. Um projeto que propõe romper com uma longa tradição cultural e política fundada no assistencialismo, que não indica apenas desafios, mas possibilidades de avanços na direção da consolidação da assistência social como política pública.

A LOAS define a assistência social como “[...] Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. (BRASIL, 1993). É importante ressaltar que a consolidação, ou seja, a constituição e aprovação da LOAS foi permeado por contradições, sendo que “o projeto original não foi aprovado, vindo a sofrer inúmeras alterações que deformaram, em muitos aspectos, a proposta original que contemplava as históricas demandas da sociedade por Assistência Social” (MOTA, MARANHÃO, SITCOVSKY, 2010, p.187).

Contudo, com a LOAS alguns avanços são conquistados no campo da assistência social, porém, ainda necessitavam melhorias tanto na implantação como na implementação da Assistência Social para efetivá-la como direito de todos e dever do Estado, já que, essa própria configuração legal desencadeava novas demanda de reflexão e ação para a Assistência Social. Assim, é importante reconhecer que são por meio de ações participativas, essas manifestadas em Conselhos, Conferências que, tais necessidades e demandas foram pensadas, quando:

[...] na IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003, novos paradigmas foram lançados, dentre eles deliberou-se a criação e implementação de um sistema que unificaria as ações da assistência social orientando-se pelos princípios e diretrizes da LOAS (BRASIL, 1993), dessa forma, em pleno governo Lula - 2003-2010, aponta-se a construção do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que vai se efetivar somente em 2005, mediante aprovação pelo Conselho Nacional de Assistência Social (FRITZEN, 2014, p.33).

É em 2004 em consonância com a LOAS (BRASIL, 1993), que temos como significativo marco legal do reconhecimento do campo da assistência social, a aprovação da Política Nacional de Assistência Social,

que concebe o Sistema Único de Assistência Social - SUAS e reforça os direitos promulgados na Constituição, ressaltando o caráter não contributivo e o dever do Estado de garantia de direitos a todos que dela necessitem. Para essa política, a proteção social deve garantir a segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar. Organizando-se por serviços em níveis de complexidade (Proteção Social Básica e Especial de Média e Alta complexidade). (BRASIL, 2004).

No entanto, mesmo com esses significativos “acontecimentos” legais, “a descontinuidade e fragmentação são uma das características históricas da Assistência Social no Brasil” (MOTA, MARANHÃO, SITCOVSKY, 2010, p.186). Já que, como ressaltado por Sitcovsky (2010), a política de “Assistência Social brasileira tem passado, nos últimos anos, por transformações [...]”, porém, essas “transformações não podem ser compreendidas longe da dinâmica mais geral da sociedade”.

Desse modo, buscaremos nessa exposição, situar, mesmo que sumariamente, os movimentos ocorridos no desenvolvimento da Política de Assistência frente aos movimentos econômicos e políticos ocorridos no Brasil. Não se pretende realizar uma gênese desse fenômeno, mas, apresentar elementos que possibilitem compreender as determinações gerais do desenvolvimento da Política Nacional de Assistência Social no Brasil.

Há clareza que com o SUAS, se concretizou uma significativa expansão da Assistência Social brasileira, porém, essa expansão “ocorreu concomitantemente à ampliação do mercado como mediação para o atendimento às necessidades sociais” (SITCOVSKY, 2010, p.157).

Como já dito na seção anterior, as políticas sociais estão atreladas aos movimentos do capital, assim é “[...] fato que o Brasil não esteve imune as turbulências que marcaram a economia e a política mundial a partir dos finais dos anos 1970 e que redefiniram os mecanismos de ajustes dos países periféricos ao sistema capitalista mundial”. Tais reajustes se intensificaram na década de 1990 “sob as injunções do movimento de internacionalização do capital” (MOTA, MARANHÃO, SITCOVSKY, 2010, p.184). Reajustes esses, que direcionaram:

[...] os países periféricos a adotarem um modelo de desenvolvimento amparado no endividamento externo, sob o discurso da retomada do crescimento econômico, da necessidade de inserção do país na economia globalizada e da também preeminente

redefinição das funções do Estado (MOTA, MARANHÃO, SITCOVSKY, 2010, p.185).

O Brasil enquanto país periférico, na metade da década de 1990, inicia o mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), no qual “observa-se um hercúleo movimento de abertura da economia brasileira e de reestruturação do aparelho estatal, numa verdadeira operação de *desmonte da nação*” (MOTA, MARANHÃO, SITCOVSKY, 2010, p.185). Segundo os autores, os desmontes na seguridade social se estabeleceram de diversas formas:

Contudo, ao lado da reforma da Previdência, a Assistência Social foi palco de um dos mais destacados retrocessos na esfera da proteção social quando, se superpondo aquela política, foi instituído o Programa Comunidade Solidária. Claro que tal não ocorreu sem a resistência de forças progressistas que denunciaram o fisiologismo, o voluntarismo e a refilantropização da Assistência Social. Essa resistência [...] se deu nos espaços das conferências, dos fóruns, da atuação dos conselhos, dentre outros. Foi neste ambiente de resistência que surgiram propostas de redefinição das políticas de assistência e de seu modelo de gestão, o que veio a ser, em grande medida, incorporado ao SUAS [...] (MOTA, MARANHÃO, SITCOVSKY, 2010, p.185).

Tal processo se deu, como já citado aqui, num momento de significativas transformações no mundo da produção e reprodução, ou seja, no mundo do trabalho, no qual, para atender as exigências dos organismos internacionais se presencia “[...] abertamente a investida da classe dominante contra a seguridade social brasileira, momento em que se explicita a sua ideologia de enfrentamento da “questão social”: a mercantilização de serviços sociais vis-à-vis com a expansão de políticas sociais compensatórias” (MOTA, MARANHÃO, SITCOVSKY, 2010, p.185).

Processo esse que se prolonga nos governos seguintes de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2010-2015). No qual, as tendências neoliberais se fizeram presentes, culminando num movimento político que:

[...] a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais [...] em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, a qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 156).

Desse modo, é preciso uma leitura crítica da política, para assim criar condições de identificar suas ações pontuais e compensatórias e consequentemente as perdas da classe trabalhadora. Esse reconhecimento também se faz necessário como posicionamento político no enfrentamento diário com o capital, já que “é na conjuntura que podemos presenciar o encontro da vida cotidiana e as determinações históricas” (IASI, 2017, p17). Para assim, se superar compreensões focalizadas que acabam por culpabilizar os indivíduos.

É a partir de lutas sociais e intervenções políticas que a Política de Assistência Social vai se constituindo, lutas que contribuíram para a constituição do SUAS, sistema compreendido como uma gestão descentralizada e participativa. No entanto, como já apresentado no início deste texto, a dinâmica das políticas sociais é contraditória, assim:

[...] se por um lado, os avanços constitucionais apontam para o reconhecimento de direitos e permitem trazer para a esfera pública a questão da pobreza e da desigualdade social, transformando constitucionalmente essa política social em campo de exercício de participação política, por outro, a inserção do Estado brasileiro na contraditória dinâmica e impacto das políticas econômicas neoliberais coloca em andamento processos desarticuladores, de desmontagem e retração de direitos e investimentos no campo social (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p.57).

Desse modo, é preciso ter clareza que a Política de Assistência Social, como qualquer política social, não dá conta de superar toda

adversidade existente nesta sociedade de classes, organizada num modelo econômico capitalista. Portanto,

[...] a Política de Assistência Social que almejamos e que cabe ser fortalecida não é aquela que se coloca na manutenção da ordem nem com o mero objetivo da integração social. A Política de Assistência Social que defendemos é uma política de resistência, de inconformismo, de luta pela mobilização social e pela organização dos trabalhadores e trabalhadoras com vistas à construção do acesso a direitos. (BOSCHETTI, 2011, p.13).

Partindo dessa perspectiva, a compreensão da política social e aqui especificamente, da Política de Assistência Social, deve ganhar um movimento dialético, ou seja, ao mesmo tempo em que se defendem as ações da política, luta-se para o um inconformismo perante contradições existentes e desumanizadoras nesse modelo de sociabilidade capitalista.

2.4 A INTERDISCIPLINARIDADE NA PNAS

Nessa seção, o esforço maior se direcionou a desenhar, por meio dos documentos aqui selecionados, o que a Política Nacional de Assistência Social vem compreendendo e apresentando como interdisciplinaridade e trabalho interdisciplinar. E assim, a partir do levantamento de documentos que subsidiam a prática profissional, além de uma exposição das compreensões destacadas, também se desenvolveu o esboço de algumas reflexões que subsidiaram as análises proposta por essa pesquisa.

A incorporação de profissionais de outras ciências, ou campo profissional, como psicologia, sociologia, pedagogia, na implementação das políticas de assistência social, também é conquista importante para esse campo. Nessa perspectiva, a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS (BRASIL, 2006):

[...] representou um esforço político significativo de pactuação federativa nos espaços intergestores estaduais e federal, consideradas as resistências e dificuldades política que tiveram que ser aparadas para viabilizar a sua aprovação. Nesse sentido

podese afirmar que a NOB-RH não é a definição ideal e acabada frente às necessidades de recurso humanos para o funcionamento adequado do SUAS, mas é resultado do *viável histórico*, dentro da correlação de forças políticas que participam do processo de negociação (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2014, p.81).

A resolução nº 17, de 20 de junho de 2011, no qual, o Conselho Nacional de Assistência Social, ratificou a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, apresenta os profissionais que compõem obrigatoriamente às equipes de referência, sendo:

[...] da Proteção Social Básica: Assistente Social; Psicólogo; da Proteção Social Especial de Média Complexidade: Assistente Social; Psicólogo; Advogado; da Proteção Social Especial de Alta Complexidade: Assistente Social; Psicólogo (BRASIL, 2011).

No artigo segundo desta resolução, é reconhecido às demais categorias profissionais de nível superior que podem integrar as equipes de referências, também destaca algumas exigências, a saber:

§1º Essas categorias profissionais de nível superior poderão integrar as equipes de referência considerando a necessidade de estruturação e composição, a partir das especificidades e particularidades locais e regionais, do território e das necessidades dos usuários, com a finalidade de aprimorar e qualificar os serviços socioassistenciais. §2º Entende-se por categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços aquelas que possuem formação e habilidades para o desenvolvimento de atividades específicas e/ou de assessoria à equipe técnica de referência. §3º São categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão atender as especificidades dos serviços socioassistenciais (BRASIL, 2011).

Os profissionais reconhecidos a esta integração são: Antropólogo; Economista Doméstico; Pedagogo; Sociólogo. Essa abertura para as demais ciências no implemento da política de assistência social, instaura os debates sobre o trabalho interdisciplinar/interdisciplinaridade no SUAS. Temática, que em certa medida, vem ganhando corpo nos debates acadêmicos.

A abertura dessa inserção de outras ciências na implantação do SUAS, não se apresenta apenas como resultado de lutas históricas por essa incorporação, claro que essas lutas foram também responsáveis por essa conquista. No entanto, a interdisciplinaridade, o trabalho coletivo dentre outras novas formas de organização do trabalho (flexibilização, cooperação, etc.), como já visto nas seções anteriores, compõem o complexo das reconfigurações do trabalho na agenda neoliberal do capital.

O trabalho, e consequentemente as condições de trabalho estão significativamente num processo de precarização no capitalismo contemporâneo, gerando um contexto de flexibilização, terceirização e instabilidade aos trabalhadores. Além disso, a reforma neoliberal, também afetou o serviço público, no qual, se instaura uma imagem desfavorável a essa categoria profissional. Assim:

Em função deste quadro, a análise da gestão do trabalho e das possibilidades de sua aplicação e qualificação no âmbito da PNAS e do SUAS não pode ser desvinculado dessa dinâmica macrosocietária, nem pode ser tratada com uma responsabilidade individual do trabalhador, embora seja possível constatar diariamente a difusão de argumentos que proliferam nessa direção, ampliando a competição entre os próprios trabalhadores (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2014, p.83).

No entanto, isso não significa desconsiderar o trabalho em equipe e, consequentemente, os ganhos que a incorporação de outras ciências, no campo da assistência social, representa. Para tanto:

É preciso considerar assim a ótica do trabalho coletivo no SUAS, orientado por um projeto ético-político assentado no acúmulo das diferentes profissões e de suas contribuições [...]. Isto põe em debate a direção política do trabalho (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2014, p.84).

Atualmente, acompanhamos nos debates sobre o trabalho no SUAS, os desafios vivenciados pelas equipes, desafios esses que expressam principalmente a unidade de um projeto em comum, ou seja, uma “direção política do trabalho” que a partir dos saberes disciplinares possibilite uma intervenção profissional efetiva.

Na busca de uma orientação oficial para a interdisciplinaridade no SUAS, buscou-se o conceito de interdisciplinaridade nos principais documentos de orientação da assistência social, a saber: a) Lei Orgânica de Assistência Social (1993); (LOAS) b) Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004); c) Norma Operacional Básica – NOB/SUAS (2011, 2012); d) Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2013), e) Resolução de nº 17 de 20 de junho de 2011 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); e) Política Nacional de Capacitação do SUAS (2011).

O conceito de interdisciplinaridade não é citado em grande parte dos documentos, sendo referenciado apenas, em três passagens da NOB/SUAS (2011) e também em três passagens da Política Nacional de Capacitação do SUAS. Na NOB/SUAS (2011), é citada fazendo alusão a uma proposta de formação:

Além do princípio da educação permanente a Política Nacional de Capacitação do SUAS (PNC/SUAS) deve contemplar o princípio da interdisciplinaridade (BRASIL, 2011. p. 17).

A Política Nacional de Capacitação e os planos estaduais de capacitação devem pautar-se nos princípios da educação permanente e da interdisciplinaridade na perspectiva da produção e disseminação de conhecimentos. Os conhecimentos do SUAS são construídos tanto no cotidiano de trabalho social, quanto nas produções que resultam dos processos formativos (BRASIL, 2011, p.90).

Elaboração do conteúdo da Política Nacional de Capacitação do SUAS, com base nos princípios da educação permanente e da interdisciplinaridade em debate no CNAS (BRASIL, 2011, p.96).

Já na Política Nacional de Capacitação (2011), as passagens referenciadas a interdisciplinaridade, se direcionam a uma explicação da atuação interdisciplinar para a construção coletiva:

A crítica como recurso à análise das singularidades do cotidiano pressupõe a atuação interdisciplinar para a construção coletiva, qualificada e comprometida com os direcionamentos ético-políticos produzidos na assistência social (BRASIL, 2011, p. 19).

O princípio da interdisciplinaridade fundamenta-se no esforço para superar a visão fragmentada do conhecimento. O enfoque interdisciplinar é adotado como processo de trabalho no âmbito do SUAS, a partir da compreensão de que **o principal objeto de ação da política de assistência social - as vulnerabilidades e riscos sociais** - não são fatos homogêneos e simples, mas complexos e multifacetados, que exigem respostas diversificadas alcançadas por meio de ações contextualizadas e para as quais concorrem contribuições construídas coletivamente e não apenas por intermédio do envolvimento individualizado de técnicos com diferentes formações (BRASIL, 2011, p. 19-20).

A Política Nacional de Capacitação para o SUAS tem como objetivo promover a capacitação dos gestores, trabalhadores da rede pública e privada, dirigentes da rede socioassistencial e conselheiros da assistência social, fundada nos princípios da educação permanente e da interdisciplinaridade, visando o aprimoramento da gestão do SUAS e a qualificação dos serviços e benefícios socioassistenciais. Ainda, estabelecer patamares formativos progressivos para os trabalhadores do SUAS (BRASIL, 2011, p. 21).

Desse modo, é nos materiais de formação permanente e orientação para a atuação dos trabalhadores do SUAS, como por exemplo, nos “Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social” (2011), que se encontra com mais ênfase a temática do trabalho interdisciplinar, no qual, tal trabalho se apresenta como:

[...] uma intervenção interdisciplinar capaz de responder a demandas individuais e coletivas, com vistas a defender a construção de uma sociedade livre de todas as formas de violência e de exploração de classe, gênero, etnia e orientação sexual. Ao integrar a equipe dos/as trabalhadores/as no âmbito da política de Assistência Social, os/as profissionais podem contribuir para criar ações coletivas de enfrentamento a essas situações, com vistas a reafirmar um projeto ético e sociopolítico de uma nova sociedade, que assegure a divisão equitativa da riqueza socialmente produzida (BRASIL, 2011, p. 26).

A intervenção interdisciplinar “[...] deve ser orientada pela perspectiva de totalidade, com vistas a situar o indivíduo nas relações sociais que têm papel determinante nas suas condições de vida, de modo a não responsabilizá-lo pela sua condição socioeconômica (BRASIL, 2011, p. 26). O documento referenciado, também apresenta breves alusões para a atuação dos profissionais, sendo que:

A atuação interdisciplinar requer construir uma prática político-profissional que possa dialogar sobre pontos de vista diferentes, aceitar confrontos de diferentes abordagens, tomar decisões que decorram de posturas éticas e políticas pautadas nos princípios e valores estabelecidos nos Códigos de Ética Profissionais. A interdisciplinaridade, que surge no processo coletivo de trabalho, demanda uma atitude ante a formação e conhecimento, que se evidencia no reconhecimento das competências, atribuições, habilidades, possibilidades e limites das disciplinas, dos sujeitos, do reconhecimento da

necessidade de diálogo profissional e cooperação (BRASIL, 2011p. 27).

O excerto indica uma confusão na compreensão entre interdisciplinaridade e trabalho interdisciplinar, problema esse que será discutido no próximo capítulo. Além das competências internas da equipe, esses parâmetros para atuação no SUAS, também abordam as dimensões intersetoriais, no qual, apresenta que:

O trabalho de assistentes sociais, psicólogos/as e pedagogos/as, que constituem as principais profissões hoje atuantes no SUAS, requer interface com as políticas da Saúde, Previdência, Educação, Trabalho, Lazer, Meio Ambiente Comunicação Social, Segurança e Habitação, na perspectiva de mediar o acesso dos/as cidadãos/ãs aos direitos sociais (BRASIL, 2011, p.25).

Enfatizando também, que as decisões sejam baseadas em posturas éticas e políticas, o documento também ressalta a necessidade de se regularizar as competências de cada profissional, no qual, considera que “o trabalho em equipe não pode negligenciar a definição de responsabilidades individuais e competências, e deve buscar identificar papéis, atribuições, de modo a estabelecer objetivamente quem, dentro da equipe multidisciplinar, encarrega-se de determinadas tarefas (BRASIL, 2011, p.28).

Outro documento o qual é possível identificar indicativos para uma compreensão da interdisciplinaridade é o documento intitulado “Gestão do trabalho e educação permanente no SUAS em pauta” (BRASIL, 2014). Nesse, são apresentados dois artigos que abordam o trabalho interdisciplinar e os desafios da interdisciplinaridade no SUAS. Nas reflexões apresentadas, novamente o direcionamento ético e político é colocado em pauta, sendo ressaltado que, ao se

Discutir a Política de Assistência Social com a calibragem que tem hoje, exige um saber, um conhecimento para além do técnico apreendido na formação e do teórico assimilado pelo conteúdo da academia; exige ainda, uma compreensão de mundo e posicionamentos. Além da dimensão

técnica-operativa, exige uma intervenção profissional paramentada em atitude ético-política (BRAGA, 2014. p.43).

No segundo texto, apresentado em torno da interdisciplinaridade a autora, em síntese, sinaliza para uma compreensão crítica dos processos do trabalho interdisciplinar, e assim, adverte que:

Não há proteção social que se faça apenas por uma política pública, nem tão pouco por uma única categoria profissional ou um único tipo de trabalho técnico. Com esse olhar plasman-se os temas relacionados à complexidade do objetivo a que a política se propõe a cumprir; a diversidade de leituras de uma dada realidade a depender do caminho de formação profissional; as estruturas burocráticas nas quais se operam as políticas sociais; a capacidade do corpo de trabalhadores vencerem a tendência de divisão do trabalho e construir caminhos cooperados. Os profissionais nas equipes sofrem o reflexo de se constituírem profissões determinadas social e historicamente pelo processo da divisão sociotécnica do trabalho, portanto, têm condições definidas para o exercício de sua ação. Ao mesmo tempo, reservam o potencial de imprimir, ao seu trabalho, um caráter ideológico, político e técnico, mas necessariamente vinculados “organicamente” a uma das classes sociais (RIZZOTTI, 2014, p. 59).

Há outros dois documentos que também vão apresentar de forma mais sistemática o que a política de assistência vem compreendendo tanto como interdisciplinaridade como a efetivação do trabalho em equipe numa perspectiva interdisciplinar, sendo a “Referências Técnicas para atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS” de junho de 2008; e o “Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social” de 2007.

Nas “Referências Técnicas para atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS”, a interdisciplinaridade é compreendida como a possibilidade de “revisitar e aprimorar suas ações, com base no

conhecimento compartilhado com diferentes profissionais e usuários, realizam troca de saberes”, no qual, “constroem práticas interdisciplinares mais colaborativas, ricas e flexíveis” E desse modo, o trabalho interdisciplinar “é uma prática política, um diálogo entre pontos de vista para se construírem leituras, compreensões e atuações consideradas adequadas, e visa à abordagem de questões relativas ao cotidiano, pautadas sobre a realidade dos indivíduos em seu território (BRASIL, 2008, p.25).

Ao abordar os princípios que devem orientar a prática do psicólogo no CRAS, o documento expõe que esse deve “atuar de modo integrado à perspectiva interdisciplinar, em especial nas interfaces entre a Psicologia e o Serviço Social, buscando a interação de saberes e a complementação de ações, com vistas à maior resolutividade dos serviços oferecidos”. E assim, deve desenvolver sua “um plano de trabalho elaborado em conjunto com a equipe interdisciplinar” (BRASIL, 2008, p.26). Em outro fragmento novamente o trabalho em conjunto é reforçado, sendo fortalecido a esse profissional a necessidade de “realizar planejamento estratégico e plano de ação coletivos, para a consolidação do trabalho interdisciplinar no atendimento integral às famílias (BRASIL, 2008, p.38).

Já no documento “Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social”, é possível sublinhar diversas considerações, ou melhor, compreensões acerca da interdisciplinaridade e do trabalho interdisciplinar. Segundo o referido documento, os profissionais do SUAS devem “atuar inter e multiprofissionalmente, sempre que a compreensão dos processos e fenômenos envolvidos assim o recomendar” (BRASIL, 2007, p.35). Para tanto:

O trabalho de assistentes sociais e psicólogo/as na política de Assistência Social requer interface com as políticas da saúde, Previdência, educação, trabalho, lazer, meio ambiente, Comunicação Social, segurança e habitação, na perspectiva de mediar o acesso dos(as) cidadãos(ãs) aos direitos sociais. As abordagens das duas profissões podem somar-se com intuito de assegurar uma intervenção interdisciplinar capaz de responder a demandas individuais e coletivas, com vistas a defender a construção de uma sociedade livre de todas as

formas de violência e exploração de classe, gênero, etnia e orientação sexual (BRASIL, 2007, p. 38).

O referido documento considera também, que pautando a essa perspectiva, seja fundamental “assegurar a participação dos(as) profissionais das diferentes categorias que integram as equipes dos CRAS e CREAS e dos(as) usuários(as), nos Conselhos de Assistência Social, como forma de fortalecimento da contribuição das diferentes profissões para a construção do SUAS e para a qualificação dos espaços de controle social democráticos” (BRASIL, 2007, p.2007).

Desse modo, para a efetivação do trabalho interdisciplinar se faz necessário “aos (às) profissionais a realização permanente de reuniões e debates conjuntos de planejamento a fim de estabelecer as particularidades da intervenção profissional, bem como definir as competências e habilidades profissionais em função das demandas sociais e das especificidades do trabalho” (BRASIL, 2007, p. 39). Para tal e:

Em virtude dos desafios impostos na atuação interdisciplinar na política de Assistência Social, considera-se importante a criação de espaços, no ambiente de trabalho, que possibilitem a discussão e reflexão dos referenciais teóricos e metodológicos que subsidiam o trabalho profissional e propiciem avanços efetivos, considerando as especificidades das demandas, das equipes e dos (as) usuários(as)(BRASIL, 2007, p. 39).

Desse modo, segundo o documento:

É possível construir, a partir dessa ação interdisciplinar, um cenário de discussão sobre responsabilidades e possibilidades na construção de uma proposta ético-política e profissional que não fragmente o sujeito usuário da política de Assistência Social. O trabalho em equipe não pode negligenciar a definição de responsabilidades individuais e competências, e deve buscar identificar papéis, atribuições, de modo a estabelecer objetivamente quem, dentro da equipe multidisciplinar, encarrega-se de determinadas tarefas (BRASIL, 2007, p.41).

Porém, ainda é incipiente os espaços “de reflexão dos referenciais teóricos e metodológicos que subsidiam o trabalho da equipe interdisciplinar gera dificuldade na compreensão do papel e atribuições dos (as) profissionais, tanto por parte dos(as) gestores, quanto dos(as) próprios(as) trabalhadores(as). E assim, “ações de educação permanente devem ser planejadas com base na identificação das necessidades dos(as) profissionais, e levando em consideração as características das demandas locais e regionais” (BRASIL, 2007, p.42).

Os documentos estudados e analisados da Política de Assistência Social indicam que o trabalho em equipe interdisciplinar deve ser compreendido como uma possibilidade de uma melhor compreensão das contradições da sociedade capitalista e das políticas sociais nesse contexto. Sendo que, na equipe composta por diferentes profissionais, a partilha dos conhecimentos específicos de cada disciplina, pode então, contribuir para um estudo mais avançado sobre as expressões da questão social que se apresenta nos serviços socioassistenciais.

No entanto, cabe a observação de que os documentos são direcionados, quase exclusivamente, a dois profissionais, sendo, psicólogo e assistente social. Observa-se também, que o direcionamento ético-político permeia as orientações para as equipes, ou melhor, para o trabalho interdisciplinar, sendo reivindicado em vários dos documentos aqui aludidos.

Os documentos elucidam ainda, alguns dos desafios da prática interdisciplinar como:

- a) Superar a visão fragmentada do conhecimento”;
- b) Responder a demandas individuais e coletivas, com vistas a defender a construção de uma sociedade livre de todas as formas de violência e de exploração de classe, gênero, etnia e orientação sexual”;
- c) “À necessidade de diálogo profissional e cooperação”;
- d) “Uma compreensão de mundo e posicionamentos”;
- e) “Um caráter ideológico, político e técnico, mas necessariamente vinculados “organicamente” a uma das classes sociais”;
- f) “Compreensões na perspectiva da totalidade”.

Tais desafios demonstram a complexidade dessa temática, mas, também direcionam para uma reflexão que leve em conta as adversidades da sociedade capitalista e a necessidade de que as contradições do mundo do trabalho estejam orientando o debate em torno da interdisciplinaridade. Assim, essa breve exposição da interdisciplinaridade na Política de Assistência Social teve como intuito, além de conhecer o que a referida política vem compreendendo como interdisciplinaridade, contribuir para uma compreensão da complexidade dessa temática, como também, suscitar reflexão das mediações necessárias para o aprofundamento sobre esse fenômeno. Portanto, partindo de uma perspectiva crítica, pretende-se desvelar a múltiplas determinações que compõem o objeto em estudo. Desse modo, o capítulo que se segue a este, tem a intencionalidade de compreender as bases da problematização do conhecimento, abordando questões como a fragmentação do saber, conhecimento na perspectiva da totalidade, bem como a práxis, para então, pensarmos sobre a interdisciplinaridade.

3 A PROBLEMÁTICA DO CONHECIMENTO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE UMA ABORDAGEM ONTOLÓGICA

*“E quem vem de outro sonho feliz de cidade
Aprende depressa a chamar-te de realidade
Porque és o avesso do avesso do avesso do
avesso”*

(Caetano Veloso)

Visto que a interdisciplinaridade suscita em seus debates a problemática do conhecimento, a proposta desse capítulo é apresentar uma exposição sumaria dessa problemática que, ao longo da história se manifestou de diferentes formas nos debates da produção científica. Além disso, também se intencionou compreender os determinantes da produção da vida - especificamente no modo de produção capitalista - que, mesmo de forma indireta, determinam a produção científica. Assim, antes de iniciar a exposição sobre tal problemática, primeiramente, com o intuito de ilustrar a problemática do conhecimento, sobretudo na sociedade capitalista, como também apresentar essa, numa cena contemporânea, fazemos uso do filme lançado em março de dois mil de dezesseis, pelo diretor Peter Lendesman, tendo como título em português “Um homem entre gigantes”.

Esse filme desencadeou significativas críticas, tanto pela temática que aborda, como também por sua composição cinematográfica. No entanto, aqui não nos atentaremos especificamente em problematizar tais críticas, o que desejamos chamar a atenção é para a temática que o filme aborda, temática essa que reforça o que Lukács (1986), nos diz com tanta propriedade “nenhuma ciência é neutra”.

A trama gira em torno da descoberta Dr. Bennet Omalu (Will Smith), neuropatologista forense, que diagnostica um severo trauma cerebral em um jogador de futebol americano e, investigando o assunto, descobre se tratar de um mal comum entre os profissionais do esporte, ou seja, encefalopatia traumática crônica, uma doença que causa trauma cerebral em jogadores de futebol americano, resultado de concussões repetidas na cabeça. O cientista determinado a reverter o quadro, expõe

para o mundo a grave situação, travando assim, uma “guerra” contra a poderosa NFL⁵.

Na história cinematográfica, podemos ver um exemplo da dependência da ciência aos interesses do mercado, no qual, até mesmo uma descoberta diretamente ligada à sobrevivência física dos indivíduos, pode ser negligenciada ou até mesmo, como apresentado no filme, subordinada a ser dado como um erro da ciência, uma pesquisa fracassada. Na obra, o ator que representa o cientista segue até o fim com a sua verdade, ou melhor, com a verdade descortinada da realidade, no entanto, defender a sua pesquisa “lhe custa caro”, já que, afetando “grandes poderosos” desse negócio financeiro, “o mercado dos esportes”, teve sua vida completamente abalada, com perda de filho, casa e mudança de cidade.

Exemplificado a dimensão da problemática do conhecimento na sociedade capitalista, as sessões que compõem esse capítulo, trataram dessa problemática a partir de algumas categorias que contribuem para o entendimento histórico da mesma. Assim, tecemos uma exposição a partir das categorias de “trabalho”, “decadência da ciência/ideológica” e “totalidade”. Entendemos desta forma que, as categorias constituem uma representação da realidade, ou melhor, são o pensamento elaborado da realidade. Neste sentido, compreendemos que estas categorias podem contribuir para a desmistificação dos nexos que compõem o objeto de investigação aqui apresentado.

Sabemos que, a problemática do conhecimento “*do como conhecer a realidade e seus movimentos?*”, é um tema polêmico e complexo. Desde os gregos, fazemos perguntas sobre o conhecimento, indagando o que se poderia se conhecer? E, principalmente como se poderia conhecer? Cabe esclarecer, que não pretendemos aqui, aprofundar o debate sobre a problemática do conhecimento, considerando sua densidade, se constituiria assim, num outro objeto de estudo. Nossa intenção, foi pontuar algumas considerações importantes sobre essa problemática, pois compreendemos ser pauta contribuinte e indispensável para a discussão sobre interdisciplinaridade.

⁵ A National Football League é a maior liga de futebol americano do mundo, com trinta e dois times nos Estados Unidos. Em termos de renda e número de fãs, a NFL é a maior liga de esportes na América do Norte e uma das maiores do mundo.

3.1 O TRABALHO ENQUANTO CATEGORIA FUNDANTE DO SER SOCIAL

Em primeira ordem, cabe dizer que compreendemos que a problemática do conhecimento não é apenas de resolução da produção científica, ou seja, de ordem epistemológica. Desse modo, partimos do pressuposto que há um mundo que promove a fragmentação do conhecimento, as especializações, dentre outros limites da produção científica, e ao mesmo tempo, aciona, como por exemplo, um paradigma – interdisciplinaridade - que supere essas adversidades. Portanto, estamos compreendendo que “a crítica da interdisciplinaridade não é a crítica da interdisciplinaridade, mas a crítica do mundo que produz e necessita dessa forma de produção do saber. A questão inicial e fundamental, então é: que mundo é este?” (TONET, 2012).

Dito isso, que ao nosso juízo se apresenta como fundamental para a investigação sobre a problemática em tela, buscamos compreender minimamente esse mundo. Questão essa, que de início parece assustar, pois, o mundo é uma vastidão de muitas partes. No entanto, “essas partes” não se constituem isoladamente, mas, ao contrário, se desenvolvem de forma articulada umas às outras. Além disso, e aqui essa nos parece uma questão central, há uma dessas partes que se destaca como momento fundante dessa totalidade, ou seja:

[...] Trata-se do trabalho. Por ser aquela categoria que, ao produzir os bens materiais necessários à existência humana, dá origem ao mundo social, ela é a categoria matrizadora deste mundo. Deste modo, mundo significa, em primeiro e fundamental lugar, o intercâmbio dos homens com a natureza, ou seja, as operações necessárias a transformação da natureza para produzir os bens materiais necessários à existência humana (TONET, 2013, p.22).

O que estamos a dizer, é que o trabalho, por ser o marco da relação homem e natureza, constitui o complexo, o nexa fundante para os demais complexos sociais. Desse modo, se faz necessário compreender as relações de trabalho na sociedade capitalista para assim, compreender a

produção científica na mesma, pois, como dito, tais complexos se desenvolvem de forma articulada, com prioridade ontológica da primeira. Lembrando sempre que:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio deste movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2013, p. 255).

Mas, por trabalho, estamos, além de compreendê-lo como a relações homem e natureza, pensando-o:

[...] como a atividade exercida exclusivamente por homens, membros de uma sociedade, atividade através da qual – transformando formas naturais em produtos que satisfazem necessidade – se cria a riqueza social; estamos afirmando mais: que o trabalho não é apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mas é, também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o ser social. Em poucas palavras, estamos afirmando que foi através do trabalho que a humanidade se constitui como tal. É preciso que nos detenhamos, mesmo que brevemente, nessa questão essencial. [...] (MARX, 1985, 149).

Nessa enfática asseveração de Marx (1985), confirmamos a afirmativa da qual, foi e é pelo trabalho que o homem se constitui como ser social. O processo de transformação da natureza para a satisfação das necessidades do homem, ou seja, a objetivação dessas necessidades é um processo que, por um lado possibilita a satisfação imediata das necessidades, e por outro, imprime no próprio homem mudanças, já que, ao transformar a natureza o homem satisfaz uma necessidade primária e

ao mesmo tempo se modifica. Além disso, as necessidades saciadas possibilitam a criação de novas necessidades, como bem explica Marx e Engels, em “A Ideologia Alemã”:

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poderem 'fazer história'. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação dessas necessidades. [...] O segundo ponto é que, satisfeita essa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades - e esta produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico (MARX; ENGELS, 1984, p.40).

Nessa citação, além de reafirmar o trabalho como ato necessário para a produção e reprodução humana, Marx e Engels (1984), também fazem uma segunda afirmativa, a saber, o ser humano é histórico. Sendo esses seres históricos, suas relações, tanto com a natureza externa como entre si, ou seja, em sua própria natureza, se constituem a partir das compreensões e possibilidades históricas de cada época. Assim, sabemos que as formas de produção da vida humana se modificaram e se modificam ao longo da história, e essas mudanças na forma de produção, ou seja, no trabalho, trouxeram e trazem transformações a todos os demais complexos/dimensões, como por exemplo, a linguagem, a educação, o direito, a política, etc. Assim,

[...] podemos afirmar que o trabalho é uma categoria universal que existe na relação de transformação da natureza sobre a ação do homem com vistas a satisfazer alguma necessidade. Antes de realizar a ação, o homem tem a prévia-ideação do objeto que busca ter com a finalidade da ação, assim sendo, sua capacidade teleológica, que o diferencia da relação que os animais possuem com a natureza, e quanto mais transformam a natureza pelo trabalho, mais os homens se humanizam e se tornam ser social. A cada vez que realizam o trabalho, novas necessidades e objetos vão surgindo, mas para que isso seja possível, é preciso

que antes haja a passagem das atividades e dos conhecimentos pelas gerações, criando uma possibilidade de história, onde cada vez mais o objeto se complexifica (REZENDE, 2016, p.20).

O fato do ser se tornar mais complexo a cada nova objetivação, ou seja, o fato de que “satisfeita essa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades”, nos permite perceber “como a complexificação é uma característica ontológica, e por isso insuprimível, do ser social (TONET, 2013, 732). Pois:

Dos grupos primitivos e mais simples ao mundo atual, temos um processo ao longo do qual a realidade social vai se tornando cada vez mais complexa e universal. Por seu lado, a complexificação resulta, necessariamente, na especialização pois, de fato, é impossível a um único indivíduo abarcar a totalidade do fazer e do saber sociais (TONET, 2013, 732).

Porém, cabe ressaltar que a “divisão social do trabalho e da propriedade privada imprimem a essa complexificação uma especificidade própria e radicalmente diferente daquela que existia no interior da comunidade primitiva”. Já que há uma profunda divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, e essa divisão, apesar de receber carácter de naturalidade não é, além disso, “essa divisão ganha uma forma toda particular na sociedade burguesa através da fragmentação no interior do próprio processo de trabalho”(TONET, 2013, 732).

Daí a necessidade de conhecer como se organiza a produção – o trabalho- para aí compreender como se dá a produção científica. Pois, cada forma de produção exigirá um determinado desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, dos instrumentos de trabalho, dos indivíduos e das relações sociais estabelecidas nessa produção, pois “o modo de produzir os meios de vida refere-se não só à reprodução física dos indivíduos, mas à *reprodução de um determinado modo de vida*” (IAMAMOTO, 2013, p.65). E por isso:

Quanto mais desenvolvida, quanto mais social for uma formação econômica, tanto mais complexos são os sistemas de mediação que ela precisa

construir dentro e em torno de si, embora todos eles de algum modo se encontrem em interação com a autorreprodução do homem, com o metabolismo com a natureza, permanecendo relacionados com ele e sendo constituídos de tal modo que em resposta o influenciem simultaneamente no sentido de promovê-lo ou inibi-lo. Nesses casos, está igualmente claro que partes importantes da superestrutura, bastando pensar no direito ou na política, estão intimamente ligadas a esse metabolismo, encontrando-se numa inter-relação íntima com ele (LUKÁCS, 2013, p. 384).

Desse modo, cada complexo em sua singularidade, está direta ou indiretamente ligado ao metabolismo da produção da vida, a organização do trabalho. Assim, a realidade social compreendida a partir de Lukács (2013), é um complexo de complexos, ou seja, as diversas dimensões da vida humana compõem um conjunto de complexos. O trabalho não só é considerado categoria fundante do ser social, mas, recebe prioridade ontológica as demais categorias sociais, isso não significa reduzir o homem ao trabalho, mas compreender que:

A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual, não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência (MARX, 1982, s/p).

Sendo o modo de produção da vida material que condiciona o processo da vida social, política e espiritual, em cada modelo de produzir as necessidades materiais, teremos um conjunto de relações sociais que contribuem ao desenvolvimento dessa ordem, assim, o conhecimento, esse voltado às necessidades do homem, também esteve e continua ao longo da história indiretamente e diretamente relacionado aos interesses tanto de manutenção da ordem como de superação da mesma.

Poderíamos seguir argumentando sobre o caráter de universalidade da categoria trabalho, no entanto, esse debate, de certa forma, seguirá nas

demais seções que compõe esse estudo, sendo que aqui, se objetivou apenas demarcar essa categoria enquanto categoria fundante do ser social, ressaltando que “[...] a essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produto de sua autoatividade” (LUKÁCS, 2013, p. 43). Lembrando que aqui, buscamos expor, em certa medida, o caráter originário do trabalho, ou seja, a relação homem e natureza (sociedade), na busca da satisfação de suas necessidades, ou ainda, na produção de valor de uso.

Realizada essa breve exposição sobre a categoria trabalho, segue na próxima seção exposição que se propõe compreender a problemática do conhecimento a partir de uma abordagem ontológica.

3.2 FUNDAMENTOS PARA A COMPREENSÃO DA PROBLEMÁTICA DO CONHECIMENTO

Na primeira seção deste capítulo, tratamos do trabalho como categoria fundante do ser social, compreendendo, por meio da exposição realizada que, é o trabalho, ou melhor, que é pelo trabalho que se desencadeiam todas as demais dimensões sociais. O homem ao realizar o ato de transformação da natureza com a finalidade de manter a sua existência, além de modificar a natureza física externa, também modifica sua própria natureza. Processo esse, que possibilitou um crescente afastamento do estado animal e uma significativa intensificação do ser social. Lembrando sempre, que por mais que as barreiras naturais sejam cada vez “menores”, o homem sempre se constituirá na relação com a natureza, pois ele mesmo se constitui como tal.

Esclarecer o trabalho enquanto ato fundante do ser social justifica-se, sobretudo, para compreendermos que por mais que na aparência de um complexo, as relações com esse ato não estejam explícitas, todos os complexos de alguma maneira, estão ligados e influenciados pela categoria trabalho. Assim, juntamente com o debate estabelecido neste capítulo, também estaremos expondo algumas manifestações da complexidade do trabalho “que surgem no pôr econômico-social do valor de troca” (LUKÁCS, 2013, p.77).

Considerando o que foi dito até aqui, compreendemos que em segunda ordem, sendo que a interdisciplinaridade compõe o objeto de análise dessa pesquisa, seja necessário esclarecer – antes de adentrarmos na problemática do conhecimento propriamente dita -que essa categoria se manifesta em duas dimensões. Assim, ao menos nesse ponto, concordamos com a perspectiva no qual compreende que:

A interdisciplinaridade apresenta, hoje, duas dimensões bem demarcadas, embora interligadas e interdependentes, com determinações e procedimentos diferenciados: a dimensão relativa à construção do conhecimento e a que se refere à ação interventiva, em outras palavras, uma que diz respeito ao universo epistemológico e outra à práxis interventiva. (NOGUEIRA, 1998, p.42).

Desse modo, ao nosso juízo, se faz necessário esclarecer que uma questão é a interdisciplinaridade, essa que se situa no campo da problemática do conhecimento, fragmentação, método, etc., e outra questão, é o trabalho interdisciplinar, esse, que situa no campo da intervenção profissional. Vejam bem, não estamos separando teoria e prática, claro que a interdisciplinaridade e o trabalho interdisciplinar caminham concomitantemente. Porém, é preciso compreender que, por exemplo, podemos ter um trabalho interdisciplinar – ou seja, vários profissionais de diferentes áreas atuando juntos- sem uma compreensão interdisciplinar- dentro dos princípios da interdisciplinaridade - de seus objetos de compreensão. Outra hipótese a ser considerada, essa de grande impacto para o desdobramento dessa pesquisa, é o fato de que podemos ter um trabalho interdisciplinar - incluindo aí uma compreensão interdisciplinar do objeto – dentro dos princípios da interdisciplinaridade, mas, sem elevá-lo de fato os objetos de análise a totalidade. Cabe aqui demarcarmos que a categoria totalidade não é apenas uma junção de partes, no decorrer dessa exposição, nos atentarmos melhor a essa categoria. Porém, cabe ainda ressaltar, que é neste ponto que discordamos que o problema do conhecimento esteja apenas na falta de comunicação entre as disciplinas, essas, as disciplinas, entendidas como ciências.

Compete então, atentarmos ao fato da possibilidade de uma ação interdisciplinar, ou seja, um trabalho interdisciplinar, sobre os princípios da interdisciplinaridade, não se constituir uma compreensão, ou melhor, uma apreensão da totalidade do real. Pois, é esse um dos principais fatos que justifica tecermos algumas aproximações a problemática do conhecimento. Lembramos aqui, que há uma intensa fragmentação do conhecimento e que tal fragmentação é reconhecida, praticamente, por todas as disciplinas/ciências. No entanto, a raiz dessa fragmentação, ou seja, as causas dessa fragmentação, não apresentam consenso nos debates sobre tal problemática.

Assim, se exibem explicações desde o desenvolvimento e aumento da produção do conhecimento, como também, o reconhecimento histórico das necessidades específicas da divisão sócio técnica do trabalho na sociedade capitalista. Porém, mesmo algumas perspectivas que apresenta a fragmentação a partir de fatos históricos, não chegam a explicitar o problema no movimento de apreensão da realidade, ou seja, na ação de conhecer, na produção científica.

No início dessa sessão, afirmamos que o trabalho é a categoria fundante do ser social, e que desse modo, compreendemos ser a partir dessa categoria a possibilidade de desmistificar a problemática do conhecimento e conseqüentemente a fragmentação, pois, o trabalho enquanto categoria universal possibilita descortinar os demais complexos sociais.

Dito isso, cabe então, compreendemos como a produção científica está relacionada à produção e reprodução da vida. Desse modo, o primeiro fato que nos parece ser importante esclarecer, trata-se de compreender que razão, tomada de forma ampla, é “a faculdade mental, nascida e construída ao longo do próprio processo social, de realizar os procedimentos teóricos operativos necessários à realização do processo de trabalho e, a partir daí, à elaboração do conjunto das ideias acerca dos fenômenos da natureza e da sociedade” (TONET, 2013, p.22). Assim, em cada época, a partir de sua organização de trabalho, ou seja, das formas materiais de produção da vida, surgiram, nas diferentes sociedades, formas de reprodução e elaboração das ideias acerca da natureza e da sociedade. Portanto, “em suma, o ponto no qual o trabalho se liga ao surgimento do pensamento científico e ao seu desenvolvimento é, do ponto de vista da ontologia do ser social, exatamente aquele campo por nós designado como investigação dos meios” (LUKÁCS, 2013, p.57). Sendo que, desse modo:

A própria história atual da ciência, embora aborde muito raramente esse problema com plena consciência, faz referência a numerosos casos nos quais leis gerais, extremamente abstratas, se originam da investigação referente a necessidades práticas e ao melhor modo de satisfazê-las, ou seja, de tentativa de encontrar os melhores meios de trabalho (LUKÁCS, 2013 p.60).

Desse modo, para compreender a problemática do conhecimento a luz da perspectiva marxista, desenvolveu-se uma exposição a partir das

contribuições de Ivo Tonet sobre o método científico⁶, no qual, o autor a partir dos fundamentos ontológicos da problemática do conhecimento, apresenta os aspectos históricos que conduziram a consolidação da ciência moderna e as necessidades históricas de sua superação, como também, apresenta a teoria de Marx como sendo a instrumentalidade teórica com maior condição para essa superação, já que, essa dispõe de significativas contribuições em resposta às demandas da classe trabalhadora.

Para o autor, o método científico moderno se tornou sinônimo de único caminho adequado à produção de conhecimento verdadeiro, acarretando significativas consequências para a compreensão e enfrentamento da realidade social. Assim, ressalta a necessidade de que a problemática do conhecimento “seja tratada sempre em sua articulação íntima com o conjunto do processo histórico e social, permitindo, assim, compreender a sua vinculação, mesmo que indireta, com determinados interesses sociais” (TONET, 2013, p.10). Pois, atualmente uma abordagem realmente crítica, ou seja, a busca dos fundamentos históricos e sociais que deram origem a determinado fenômeno, está dificultada, já que, os estudos, das metodologias científica, partem dos mesmos pressupostos que norteiam a cientificidade moderna. Isso revela a urgência em se desmistificar a ciência moderna nos debates sobre a problemática do conhecimento.

Para Tonet (2013), podemos classificar a abordagem do conhecimento em três grandes períodos, sendo “um primeiro que podemos chamar de greco-medieval; um segundo, de moderno e um terceiro de marxismo”. Sendo que cada período possui uma origem, uma natureza e uma função social, assim, segundo o autor não se trata de desqualificar uma ou a outra, mas, compreendê-los à luz dos processos históricos, e desse modo reconhecer tanto suas contribuições, como seus limites. Mesmo considerando que toda leitura há uma interpretação, pode-se reconhecer nas exposições do autor sobre a temática, significativas contribuições sobre o método em Marx, e conseqüentemente, o compromisso com uma produção científica comprometida com a compreensão e o enfrentamento da realidade social.

Dada a obviedade que a produção de conhecimento nasce a partir e com o objetivo de intervenção no mundo, de modo que, conhecer,

⁶ Os estudos sobre o método científica foram realizados em diversas obras do autor, no entanto, pode-se destacar o livro “Método Científico: uma abordagem ontológica”, obra de maior contribuição sobre a temática.

produzir conhecimento implica sempre “imediate ou mediatamente, um instrumento para a intervenção social, então, não há dúvida, de que isso tem largas consequências sociais” (TONET, 2013, p.12). Assim, cabe ressaltar que na investigação de qualquer fenômeno, e conseqüentemente da problemática do conhecimento há uma concepção do que seja realidade. Isso implica dizer que, há uma determinada ontologia. Desse modo, para o Tonet (2013), “[...] a abordagem da problemática do conhecimento pode ser feita de um ponto de vista gnosiológico ou de um ponto de vista ontológico. Por sua vez, a abordagem de caráter ontológico pode ser feita a partir de uma ontologia metafísica ou de uma ontologia histórico-social” (TONET, 2013, p.12). E compreendendo que:

[...] gnosiologia é o estudo da problemática do conhecimento. Nesse caso, portanto, o conhecimento é o objeto a ser estudado, assim como poderia ser qualquer outro objeto. Deste modo, o próprio conhecimento (gnosis, em grego) pode ser abordado de um ponto de vista gnosiológico ou de um ponto de vista ontológico. Por sua vez, a ontologia é o estudo do ser, isto é, a apreensão das determinações mais gerais e essenciais daquilo que existe. A ontologia pode ter um caráter geral, quando se refere a todo e qualquer existente ou um caráter particular, quando diz respeito a uma esfera determinada do ser, como, por exemplo, o ser natural ou o ser social (TONET, 2013, p.12).

Ora, na gnosiologia a produção científica, ou seja, o conhecimento se torna objeto de investigação, no qual pode ser abordado apenas no campo gnosiológico, a partir de uma determinada concepção de realidade, como também, a partir dos princípios ontológicos, no qual a busca se dará em torno do ser, sendo os processos históricos que desmistificam esse ser. Assim, para Tonet:

A problemática do conhecimento se resume, em seus termos mais essenciais, à relação entre um sujeito e um objeto. Simplificando, ainda, podemos dizer que, nessa relação, o peso maior (prioridade) pode estar do lado do sujeito ou do objeto. No primeiro caso teremos um ponto de vista

gnosiológico. No segundo caso, um ponto de vista ontológico. Trata-se, portanto, aqui, da resposta à pergunta: quem é o polo regente do processo de conhecimento? (TONET, 2013, p.13).

Essa mudança de polo regente acarreta significativas mudanças para o processo de apreensão da realidade, ou seja, para produção de conhecimento. Sendo que, quando a prioridade está no sujeito, é ele que rege e que constrói teoricamente o objeto, significando assim, que é o sujeito que “colhe os dados, classifica, ordena, organiza, estabelece as relações e, desse modo, diz o que o objeto é” (TONET, 2013, p.13). Para que o sujeito (razão) compreenda como ele deve organizar os dados e assim construir o objeto, nesta perspectiva, a problemática do conhecimento vai partir do exame da razão. E aqui nos cabe chamar a atenção para os fundamentos da interdisciplinaridade, sendo essa constituída em meio à ciência moderna, tem em suas bases teóricas essa perspectiva ao qual prioriza o sujeito no desenvolvimento da apreensão do real, essa questão será aprofundada no decorrer dessa pesquisa, aqui, objetivou-se apenas sinalizar essa problemática na interdisciplinaridade.

Quando a prioridade está no objeto (ontologia), “não cabe ao sujeito criar - teoricamente - o objeto, mas traduzir, sob a forma de conceitos, a realidade do próprio objeto” (TONET, 2013, p.14). Nesta perspectiva, a problemática do conhecimento não parte:

[...] do exame da razão, uma vez que a resposta às questões relativas às suas possibilidades e limites só pode ser dada após a captura daquelas determinações mais gerais e essenciais do ser. Ou seja, numa perspectiva ontológica, a primeira pergunta a ser respondida não diz respeito ao conhecer, mas ao ser. Em primeiro lugar responde-se à pergunta “o que é o ser, o que é a realidade?” Só em seguida se responde as questões relativas ao modo de conhecer o ser (TONET, 2013, p.14).

No entanto, como já dito, não se trata de desqualificar uma ou outra perspectiva de apropriação do conhecimento, mas, compreendê-las no cerne do processo histórico, e assim, “sob essa luz, poderão ser melhor compreendidas a sua origem, a sua natureza, a sua função social e, com, tanto os seus aspectos positivos como as suas limitações” (TONET, 2013, p.15).

A fim de compreendermos algumas implicações do modo de reprodução ao logo da história e as exigências dessas configurações a cientificidade, apresentaremos, brevemente os três períodos demarcados por Tonet (2013). Iniciamos então com o mundo greco-medieval, no qual, a forma de produção da vida “se dava sob a forma do trabalho escravo e do trabalho servil, respectivamente”. Essas formas de trabalho não exigiam grandes compreensões, pois, se encontravam num estágio bem precário das forças produtivas. Cabe dizer também, que nesses modos de produção, se instaurava uma significativa divisão do trabalho manual e do trabalho intelectual, e assim, um estágio também bem limitado da acumulação de conhecimento (TONET, 2013), pois, nessas formas de produção:

[...] o trabalho de transformação da natureza não requeria um conhecimento científico dela, isto é, um conhecimento sistematizado e empiricamente fundamentado. Bastava, para isso, um conhecimento adquirido no próprio processo prático. Aos escravos e servos cabiam o trabalho de produção de bens materiais. Aos homens livres, no modo de produção feudal, à nobreza, incluindo aí a nobreza clerical, cabia a tarefa de organizar e dirigir a sociedade e as atividades voltadas ao cultivo do espírito (TONET, 2013. p.24).

Vale lembrar que essas formas das forças produtivas se apresentavam a essas comunidades como uma relação natural, ou seja, a hierarquia na produção da riqueza era compreendida como algo dado pela própria natureza humana. E dessa forma “os gregos e medievais elaboram concepções nas quais o mundo tinha uma estrutura e uma ordem hierárquica definida e imutável” (TONET, 2013, p.24). Cabendo principalmente ressaltar, que tais compreensões não tratavam o mundo como resultado das atividades dos homens, e, portanto, desconsideravam os fatos como fatos históricos.

Dessa compreensão, deriva a necessidade de adaptação a esse mundo, no qual, o homem desenvolve um posicionamento de passividade, e uma busca de adaptar-se a “ordem cósmica” da sociedade, ordem essa, como já dita, inalterável, de modo que o conhecimento se constituía numa atividade muito mais contemplativa do que ativa, e assim, a busca pela verdade e o desvelamento do ser se dava de maneira objetiva ao processo de apreensão. Assim, “tanto o conhecimento como a ação

tinham como pólo regente a objetividade (mundo real), sendo está marcada por um caráter essencialmente a-histórico. Esta posição face ao mundo e à problemática do conhecimento não sofrerá alterações essenciais até final da Idade Média (TONET, 2013, p.24).

Além de ressaltar que das forças produtivas desses períodos nasciam as necessidades de conhecimento, também observamos o “posicionamento” frente à realidade estabelecido nessas épocas, ou seja, a objetividade se apresentava aos indivíduos, mesmo desconsiderando as necessidades de transformação radical, o caminho para o conhecimento. Destaca-se também, que a busca pela verdade partia da compreensão que a mesma estava para além da aparência, ou seja, a verdade seria encontrada na essência. Sendo a essência o verdadeiro conhecimento, “as questões relativas ao conhecimento só poderiam ser respondidas após a elucidação da natureza do ser”. Por isso, nesse período, mais que saber “como conhecer” ou “quais as possibilidades do conhecimento”, havia uma necessidade maior em conhecer o ser, desvelar o “ser enquanto ser”, tais considerações nos leva a indagação do que seria então:

[...] conhecer, para esses pensadores? Certamente apreender a essência das coisas. Como a essência era imutável, estivesse ela no mundo das ideias platônico ou no interior das coisas deste mundo, como pensava Aristóteles e Tomás de Aquino, conhecer significava apreender a essência das coisas. Desse modo, a verdade não era algo construído pelo sujeito, mas algo que se encontrava no próprio objeto, isto é, no ser (TONET, 2013, p.27).

Desse modo, o desenvolvimento do conhecimento se dava a partir da compreensão que “o caminho para o conhecimento, isto é, o método, significava exatamente esse percurso que a razão, norteada pela lógica, devia percorrer para, superando os obstáculos da aparência, alcançar a essência das coisas” (TONET, 2013, p.27). Método esse, de fundamento ontológico, pois, tinha como princípio para a constituição do conhecimento a objetividade, ou seja, “o ser enquanto ser”, a busca do objeto em si. No entanto, cabe destacar que nesse período “o mundo natural, como também o mundo social, não eram percebidos como históricos e muito menos como resultado da atividade dos homens” (TONET, 2013, p.24). Dado a esses entendimentos, ao homem cabia uma atitude de contemplação e adaptação a esse mundo.

Essa exemplificação do mundo grego-medieval se torna necessária principalmente para compreendermos que antes do método moderno de ciência houve outra forma de compreender o desenvolvimento da produção científica, e que dessa forma, o método moderno não é único, mas, sim, uma forma constituída dentre uma configuração histórica de sociabilidade e seus interesses. Outra questão importante se trata do direcionamento social dado ao conhecimento, como se tratava em conhecer para melhor organizar a pólis, e não transformá-la, a cientificidade estava voltada para uma produção de conhecimento em torno “da ordem universal e dos valores mais sólidos, universais e imutáveis, tais como a verdade, o bem, a justiça, o belo, etc.” (TONET, 2013, p.25), pois, eram esses conhecimentos que possibilitariam uma melhor estabilidade da organização da sociedade, ressaltamos aqui também, o compromisso em alcançar a verdade.

Assim, cabe agora, compreender quais formas históricas e com quais interesses/objetivos a cientificidade moderna se constituiu, visto que a passagem ao mundo moderno traz largas consequências tanto para o mundo do trabalho, como para a produção científica. No campo da produção de conhecimento, podemos adiantar que nessa passagem, “verifica-se o abandono da centralidade do objeto e a instauração da centralidade do sujeito. Essa mudança de paradigma prevalece, sob formas diversas, até os nossos dias” (TONET, 2013, p.29) e assim, acarretou e continua acarretando profundas consequências em todas as atividades, tanto teóricas como as práticas. Lembramos que nesse período se tem um alargamento da produção de conhecimento que hoje fundamenta o que conhecemos como “filosofia do sujeito”.

De forma bem resumida, podemos dizer que essa passagem⁷ se dá no momento que o trabalho servil – esse já em um dinamismo melhor que o trabalho escravo – possibilita aos servos, o acesso de uma parte maior da riqueza, melhorando assim, as condições de trabalho, intensificando o comércio e a produção do excedente. Essas relações intensificam os intercâmbios, o qual passou “por diversas fases – artesanato, manufatura, grande indústria – a acumulação de capital vai criando as bases materiais de uma nova forma de sociabilidade” (TONET, 2013, p.30). Sendo que:

⁷ Essa passagem também será abordada na exposição sobre a categoria “decadência ideológica”, como também na exposição sobre Política Social, exposições essas que retornaram ao debate sobre a constituição da sociabilidade capitalista.

Esta nova forma de produzir a riqueza é intensamente dinâmica. Ao contrário da riqueza dos modos de produção escravista e feudal, constituída por terras mais escravos ou servos, respectivamente – no capitalismo a riqueza toma forma de capital e este, pela sua própria natureza, implica um enorme dinamismo, a intervenção ativa dos indivíduos e a possibilidade, em princípio, de uma acumulação sem limites (TONET, 2013, p.30).

É importante pontuar que nessa relação e:

[...] ao longo deste processo, também vão se constituindo as duas classes fundamentais desta nova sociedade: a classe burguesa e a classe proletária. A primeira através de alguns servos em camponeses e comerciantes e depois em industriais e a segunda através da transformação da maioria dos servos em força de trabalho livre. Deste modo, vai se constituindo a célula mater da nova forma de sociabilidade: o ato de compra-e-venda de força de trabalho, com todas as suas exigências e consequências (TONET, 2013, p.30).

Nasce aí, não apenas uma nova relação da produção da riqueza, mas, uma nova compreensão da vida em sociedade e conseqüentemente dos indivíduos frente a essa sociedade. A nova organização do modo de produção da riqueza – capitalismo - como já dito, traz conseqüências e novas exigências aos indivíduos. Pois, para que se desenvolva esse novo dinamismo social, são necessários além dos novos instrumentos e organização do trabalho, indivíduos que possuíssem as capacidades necessárias a esse desenvolvimento. Daí a necessidade de um conhecimento que oferecesse “autoridade científica” de verdade a esses processos e assim afirmasse essa sociabilidade como à melhor e mais evoluída.

Essas transformações no campo econômico culminaram em profundas modificações nas demais dimensões do ser social. Na qual, com autorização da classe burguesa se acompanha a constituição do Estado moderno, processo que permitiu a manifestação das artes, ciências, como também novas relações com essas manifestações, marcadas assim, pelo Renascimento. Nesse período, também se destacam

as significativas elaborações do Iluminismo, principalmente no que se diz respeito às suas afirmativas a “capacidade de conhecer verdadeiramente a realidade tanto natural como social” (TONET, 2013, p.31).

Dentre tantas modificações, cabe destacar a relação indivíduo e comunidade, relação essa, que sofre significativas transformações. Pois, se nas formas sociais anteriores o indivíduo se constituía na comunidade, sendo que seus interesses estavam voltados a organização desta, nesse período:

[...] a relação entre o ser singular e a comunidade sofre uma profunda modificação. [...] o capitalismo exige indivíduos livres, isto é, que tenham a possibilidade de realizar aquele ato de compra-e-venda de força de trabalho com todas as consequências que dele brotam. Deste modo, a busca do interesse particular se torna o eixo dessa sociabilidade. Como, porém, esta é uma sociedade muito mais complexa do que as anteriores, ela também exige indivíduos mais complexos. Porém, não apenas isso, mas, indivíduos que, na busca do seu interesse particular, sobreponham esse interesse ao da comunidade. Temos aí, portanto, uma forma particular do processo de individuação. Um processo no qual o ser humano singular se torna o eixo da vida social, sendo o interesse comum subsumido ao interesse individual. Trata-se, pois de um processo de individuação individualista (TONET, 2013, p.33).

Esse posicionamento dos indivíduos frente às manifestações sociais, no qual, o indivíduo tem prioridade, ou seja, essa constituição do indivíduo individualista acarretará em grandes impactos na constituição da cientificidade moderna. Assim, a cientificidade moderna nasce da emergência dessa nova estruturação da sociedade, já que essa nova organização também exige uma nova forma de produzir conhecimento, pois:

Como se sabe o conhecimento não é um fim em si mesmo, mas uma mediação para a intervenção sobre o mundo, tanto natural quanto social. Então quem estabelece, no sentido ontológico, os objetivos do conhecimento é o mundo (social),

especialmente a partir da sua base material (TONET, 2013, p.35).

A cientificidade moderna nasce, então, juntamente com a consolidação do modo de produção capitalista, modo esse, instaurado sobre a produção de mercadorias que geram lucros, lembrando que:

A lógica desta nova forma de produzir mercadorias implica por sua própria natureza, um desenvolvimento intenso, amplo, rápido e insofreável das forças produtivas. Daí porque, a partir de agora, a articulação de conhecimento e produção passou a ser de máxima importância. O conhecimento científico vai se tornando uma condição cada vez mais importante para a expansão da base material dessa nova forma de sociabilidade (TONET, 2013, p.36).

No entanto, para que um novo paradigma de conhecimento se constituísse se tornava necessária uma crítica ao antigo, e assim, a ciência moderna tece severas críticas ao modo de produção de conhecimento dos gregos e medievais. Sobre o argumento de que esses não produziam a verdade, já que, se fundamentavam em especulações metafísicas, e, sobretudo, sem a possibilidade de verificação, experimentação. Como também, não priorizavam e possibilitavam a transformação da natureza, as contribuições desse período são desqualificadas. Constata-se que, a “experimentação e verificação empírica são duas características essenciais desta nova forma de cientificidade, qualquer conhecimento que se pretenda verdadeiro tem que passar pelo crivo da experimentação e da verificação empírica” (TONET, 2013, p.36), sendo que, os que não atenderem esses critérios, serão tratados, ou melhor, considerados como mera opinião.

Porém, ao abandonar as crenças de uma ordem universal e imutável dos gregos e medievais, também se abandonou os fundamentos da verdade, pois, como as novas emergências do mundo do trabalho, sobre a égide do capital, de agora em diante, não interessava mais buscar a essência das coisas, mas, sim, dominar a natureza para colocá-la a serviço do homem, ou seja, transformá-la em mercadorias. Vejamos que essas exigências colocam o homem como ativo no processo de constituição da sociedade, e assim, cabe compreender como esse pode transformá-la. Como já dito, nessa passagem teríamos a mudança da prioridade entre

objetividade e subjetividade, sendo que já não é mais na objetividade a busca pelo conhecimento.

Não sendo mais na objetividade que se encontraria o conhecimento, essa busca se deslocou para o sujeito, tanto que nesse período se tem significativas obras que tratam sobre a problemática do conhecimento, ou seja, a pergunta não é mais no sentido de conhecer “o ser enquanto ser”, mas, passa a ser “como conhecer o ser”, ou seja, a pergunta se desloca da objetividade para a subjetividade, cabendo ao sujeito um exame da razão para tecer as possibilidades de conhecimento da objetividade. Além disso, como cabe ao sujeito a escolhas dos dados a serem selecionados, esta escolha fica sujeita a singularidade dos sentidos de cada sujeito, no entanto, um conhecimento científico necessita de um estabelecimento com leis gerais, ao qual possam se valer para todos os casos. Assim, o debate que se instaura nesse novo paradigma é a relação entre a razão e os dados empíricos, sendo o sujeito que extrai e organiza esses dados, essa relação acaba por acarretar em alguns problemas, a saber, “como se relaciona os dados colhidos pelos sentidos e razão? Se os dados empíricos são sempre singulares, parciais, diversos e heterogêneos, como chegar a leis gerais, que não se refiram apenas a casos particulares, mas que sejam válidas universalmente?” (TONET, 2013, p.36).

Segundo Tonet (2013), “resumidamente, podemos dizer que foram três os caminhos trilhados para resolver esta problemática da relação entre razão e os dados empíricos. Com inúmeras variantes no interior de cada um deles, estes caminhos são conhecidos como Racionalismo, Empirismo e Criticismo Kantiano” (TONET, 2013, p.36). Além disso, ainda para o autor, podemos considerar que esses caminhos tiveram como representantes principais “Bacon, Descartes e Kant”.

Para avançarmos no debate e expor minimamente esses caminhos, podemos dizer de grosso modo que, no racionalismo temos uma predominância da racionalidade sobre a sensibilidade empírica, ou seja, no racionalismo a razão deve ser o ponto de partida para o desenvolvimento da verdade. Já a tradição empirista, é nos dados empíricos que se encontra a possibilidade de verdade, no qual, é preciso por meio das sensações, elaborar hipótese na qual, por meio de experiências poderão ser confirmadas ou negadas. Lembramos que todas essas elaborações partiam da necessidade da criação de novos fundamentos para o conhecimento científico. De tal modo que Kant buscou “estabelecer novos fundamentos, realmente sólidos e produtivos para o conhecimento”. Sendo que, para o autor, nem o racionalismo nem

o empirismo deram uma resposta satisfatória a esse problema (TONET, 2013, p.39).

É importante lembrar que Kant parte do exemplo das ciências exatas, que nesse período tiveram as grandes contribuições de Newton, Galileu, etc. Assim, a partir das elaborações dessa área, busca seguir seus passos na construção de um exame da razão, objetivando compreender quais as possibilidades e limites da razão, e desse modo, superar os descaminhos da metafísica, como também, os impasses do empirismo, para então, alcançar o desenvolvimento de um conhecimento necessário e universal. Desse modo, para Kant:

[...] antes de conhecer, é preciso examinar o processo de conhecimento em sua forma mais geral e abstrata. Por isso, a primeira pergunta para Kant, é: o que posso saber? Somente após ter determinado as possibilidades e os limites da razão é que se pode proceder a efetivação do conhecimento sem cair nas armadilhas do racionalismo ou empirismo (TONET, 2013, p.40).

Verifica-se assim, que em Kant o sujeito tem prioridade no processo de conhecimento científico, no qual, tanto pela razão, quanto pela sensibilidade se chegará à verdade do objeto. De modo que, “na verdade, a produção do conhecimento não é uma relação entre um sujeito e um objeto externo a ele, mas, entre dois momentos do próprio sujeito” (TONET, 2013, p.42), já que, são as sensações organizadas pela razão que resultaram na elaboração do conhecimento sobre o objeto. No entanto, verifica-se que Kant vai superar tanto o racionalismo como o empirismo, na medida em que:

[...] o conhecimento não é simplesmente a colheita de dados a partir dos quais e sobre os quais a razão trabalharia para lhe imprimir uma forma, a própria razão, partindo das suas estruturas – as formas da sensibilidade e as categorias do entendimento – produz interrogações – hipóteses. Serão, então, os dados colhidos pelos sentidos que terão a tarefa de corroborar ou não essas hipóteses. Portanto, o método proposto por Kant, ao contrário do empirismo, que é simplesmente indutivo, será hipotético-dedutivo (TONET, 2013, p.42).

Como é sabido, Kant conclui que a essência das coisas não é possível de ser conhecida cabendo ao sujeito, apenas o conhecimento da aparência e de como essa se apresenta para si. Assim, temos a partir de Kant, a conhecida revolução copernicana, que trata da solução dada por Kant à problemática do conhecimento, sendo que “ao invés de o sujeito girar ao redor de um mundo dotado de uma ordem objetiva e essencialmente imutável, é o mundo que gira ao redor do sujeito, isto é, que é construído ativamente, de modo teórico pelo sujeito” (TONET, 2013, p.43). É preciso destacar que nessa nova formulação do processo de conhecimento, se verifica a perda de duas categorias essenciais a produção de conhecimento do período Greco-medieval, sendo a categoria de essência e de totalidade, lembrando ainda, que tais categorias no período Greco-medieval “tinha um caráter ontológico, isto é, eram consideradas determinações da realidade mesma” (TONET, 2013, p.43). Já na:

[...] tradição moderna, a primeira desaparece porque, coerentemente, Kant afirma que nós não podemos conhecer a essência (o número), mas apenas a aparência (o fenômeno). A segunda, porque se torna uma categoria puramente lógica. Como não podemos saber como é a realidade em si mesma, pois dela só capturamos dados singulares e parciais, não há como afirmar que a realidade é uma totalidade em si mesma. A categoria da totalidade é uma categoria subjetiva. E, portanto, o sujeito quem “totaliza”, quem atribui uma ordem ao caos dos dados empíricos (TONET, 2013, p.43).

Como já dito anteriormente, todas essas transformações se deram concomitantemente ao processo de consolidação do projeto capitalista de sociedade. Além disso, as consequências das elaborações esboçadas acima acarretaram e continuam acarretando significativas consequências a ciência, rebatendo até os dias de hoje. Pois, cabe ressaltar que embora se afirme o sujeito enquanto primacial no processo científico, sendo ele mesmo o responsável por elaborar seus critérios, “esses critérios não brotam simplesmente da interioridade pura do sujeito, pois ele mesmo já está configurado a partir de uma determinada realidade social objetiva” (TONET, 2013, p.64). Sendo assim, qualquer processo científico, mesmo que em alguns casos, de maneira inconsciente e isso não quer dizer neutra,

todo processo epistemológico se fundamenta numa ontologia, ou seja, numa compreensão de realidade, numa compreensão do ser.

Bom, no início desta exposição dissemos que a abordagem do conhecimento podia ser classificada em três grandes períodos, denominados “greco-medieval”, “moderno” e “marxismo”. Acima, buscamos apresentar uma exposição dos fatos históricos dos dois primeiros períodos, seguiremos a exposição, agora com o intuito de uma exposição do terceiro período.

E a partir também das emergências da sociedade capitalista que Marx vai desenvolver suas elaborações teóricas. Como já vimos, na consolidação da sociedade capitalista, no qual a partir do século XIX, essa atinge sua maior estabilidade, se acompanha um movimento na produção científica, no qual, pela própria natureza da sociedade burguesa, verifica-se que há um processo que “permite e, ao mesmo tempo, interdita a compreensão científica da realidade” (TONET, 2013, p.66). Movimento esse, que vai possibilitar a abertura de dois caminhos para a compreensão da realidade, sendo, “de um lado a elaboração de um conhecimento que contribua para a reprodução desta forma de sociabilidade. De outro lado, uma teoria que possibilite uma compreensão que articule a crítica radical com a transformação também radical da sociedade” (TONET, 2013, p.66).

Cabe ressaltarmos também, que para Marx, frente às exigências postas pelo capital aos proletários, era emergente a produção de um conhecimento que dessa conta de compreender essas demandas e suas consequências, pois:

Esta classe, que produz a riqueza material e que é objeto de exploração do capital, necessita, para poder ter acesso à riqueza que ela mesmo cria e da qual é expropriada, superar completamente toda exploração do homem pelo homem. Para isso, porém, ela demanda uma explicação acerca da origem do ser social, da natureza do processo histórico e da desigualdade social (TONET, 2013, p.67).

O desenvolvimento desse conhecimento implicaria então, a demonstração de duas categorias, sendo, a de totalidade e a de historicidade. Ou seja, era preciso compreender que o mundo é composto por diferentes partes, mas, que essas são interligadas, ou seja, articuladas

entre si. Como também, era necessário compreender que em meio às mudanças, existem as permanências, assim, cabia apreender o que permanecia e porque permanecia, e ainda, compreender as relações entre as mudanças e permanências, em última análise, tratar os fatos como fatos históricos. Assim, “somente uma teoria geral do ser social (ontologia do ser social) poderia responder a essas questões. Por isso, o pensamento de Marx teria que se instaurar como uma ontologia do ser social (TONET, 2013, p.68).

Tanto que em Marx, “totalmente diferente dos pensadores modernos, seu pensamento não se instaura como gnosiologia, mas como uma ontologia. Isto porque ele compreende que as questões relativas ao conhecimento só podem ser resolvidas após a elaboração de uma teoria geral do ser social” (TONET, 2013, p.70). Alguns fundamentos dessa ontologia podem ser encontrados nas obras de juventude de Marx.

Deste modo:

A crítica da Economia Política, que era exatamente a pretensão de Marx ao escrever O Capital, não seria possível sem a resposta prévia à pergunta: o que é o ser social? O Capital, - obra predominante de ciência – pretende ser a resposta à pergunta: quais são as relações sociais que constituem como base material da sociedade capitalista? Ora, da construção dessa base material faz parte a criação dos próprios indivíduos e das relações humanas. Assim, a leitura apenas econômica e política é que elimina os elementos filosóficos, amputa da obra de Marx uma parte imprescindível a compreensão mais profunda do seu pensamento e, portanto, do mundo (TONET, 2013, p.71).

Como vimos anteriormente, o processo de conhecimento estava imbricado pelas relações entre subjetividade e objetividade, ou seja, sobre as relações de polaridade entre o sujeito e o objeto. Veremos que em Marx, essa relação se dará de forma completamente diferente das anteriores, já que “seu ponto de partida não é uma forma avançada e determinada de sociedade. Este, pela sua natureza, levou a um exame isolado da subjetividade, da razão. Marx, parte da gênese do ser social, do ato que funda a sociabilidade” (TONET, 2013, p.74). E é por esse ato, que o mesmo irá descortinar a função social do conhecimento científico. Daí se entende porque sua primeira pergunta não foi “o que é o

conhecimento e quais suas possibilidades”, mas, “o que é o ser social? Pois:

Da resposta a esta questão – o que é o ser social – dependerão as respostas às questões relativas ao conhecimento: a possibilidade do conhecimento, o que é o objeto (a realidade externa), quem é o sujeito, como se dá a relação entre sujeito e objeto, o que é a verdade, como deve preceder o sujeito para conhecer o objeto, qual a relação entre ciência, ideologia, etc. (TONET, 2013, p.74).

Desse modo, partindo de uma compreensão do ser social, e compreendendo esse em sua prática, é que Marx, desenvolverá a busca pelas soluções as questões referentes ao conhecimento. Além disso, verifica-se em sua teoria, que a ciência não está separada da filosofia, lembrando que:

[...] na perspectiva gnosiológica, moderna, foi estabelecida uma profunda cisão entre filosofia e ciência. A autonomização das diversas ciências retirou da filosofia o papel primordial que ela exercia desde a Antiguidade até quase o final da Idade Média. A produção de conhecimento verdadeiro, isto é, empiricamente comprovável, passava a ser tarefa das diversas ciências particulares. A filosofia reservou-se, apenas o papel de discutir a problemática relativa aos fundamentos do conhecimento, ou, então, a tarefa de fazer um resumo geral a partir dos conhecimentos obtidos pelas ciências particulares (TONET, 2013, p.75).

Na esteira de Marx, segundo Tonet (2013), essa cisão só pode ser superada a partir de uma ontologia, e desse modo, uma ontologia do ser social se torna indispensável para a busca de soluções aos problemas relacionados ao conhecimento. Sendo que, a partir dos princípios ontológicos:

Marx constata que materialismo e idealismo, as duas grandes concepções acerca da realidade, tem uma lacuna fundamental. Ambas reduzem a

realidade a determinados elementos, que certamente a integram, mas que são tomadas abstratamente. Para o materialismo, a realidade é vista apenas como algo exterior ao homem, como algo despido de subjetividade. Para o idealismo, ao contrário, a verdadeira realidade é a realidade da ideia, do espírito. Ambos foram incapazes de identificar o princípio que confere unidade a estes dois momentos. Para Marx, este princípio é a práxis, a “atividade humana sensível”, a “atividade real, sensível”. Espírito e matéria, consciência e realidade objetiva, subjetividade e objetividade são dois momentos que constituem uma unidade indissociável. E a práxis é esta atividade mediadora que faz com que a conjunção desses dois momentos se origine toda a realidade social (TONET, 2013, p.78).

E é partir dessas compreensões que Marx elabora a célebre conclusão de que “o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência” (MARX, 1973, p.29). Assim, para Tonet (2013), quem resolve a problemática do conhecimento:

É Marx, e não Kant, quem verdadeiramente supera as unilateralidades do racionalismo e do empirismo, quem realiza a síntese superadora entre razão e dados da sensibilidade. E faz isto porque, [...] ao contrário de Kant, vai encontrar no ato que dá origem ao ser social a natureza própria da relação entre subjetividade e objetividade e a unidade originária entre esses dois elementos (TONET, 2013, p.78).

A partir da exposição tecida até o momento, podemos verificar que duas categorias se apresentam como essenciais e determinantes a problemáticas do conhecimento, sendo a categoria totalidade e a categoria práxis. Essas categorias serão melhores apresentadas no decorrer da exposição desta pesquisa. Cabe primeiramente, reproduzirmos um questionamento pertinente de Tonet (2013): porque após a concretização do projeto burguês de sociedade, no qual, já haviam se constituído as condições sociais suficientes para o domínio da realidade natural, os

pensadores burgueses continuaram nos caminhos abertos pela modernidade? Segundo o próprio autor, tal questionamento não é de difícil resposta, sendo que para o mesmo, as razões são:

De um lado, porque os mesmos pressupostos que haviam fundado a centralidade da subjetividade, que tinha como eixo o indivíduo singular – especialmente a divisão social do trabalho (Manual versus intelectual) e a compra-e-venda de força de trabalho – continuaram a paramentar o campo no interior do qual se davam os debates. De outro lado, porque as novas condições do capitalismo, que ampliavam e aprofundavam a retificação da realidade social, tendiam a contribuir para aprofundar a continuidade dessa dissociação entre subjetividade e objetividade (TONET, 2013, p.73).

De modo que:

Pode-se dizer que hoje vigora não apenas a centralidade, mas a hipercentralidade da subjetividade, que se manifesta sob as mais diversas formas e nas mais variadas áreas. Na esfera do conhecimento, desde a sua forma mais extrema que é o irracionalismo, tônica das chamadas concepções pós-modernas, até as formas mais moderadas, como o neoliberalismo, o pragmatismo e outros. Todas elas têm em comum ênfase na subjetividade face a uma face a uma objetividade que se recusa – total ou parcial- a compreensão (TONET, 2013, p.61).

A partir desta exposição que parte de uma compreensão ontológica da problemática do conhecimento, pode-se acompanhar que ao longo do processo de desenvolvimento das forças produtivas, das novas configurações do trabalho, novas demandas são colocadas aos indivíduos, que frente às transformações sociais, buscam tecer respostas aos questionamentos que essas transformações suscitam. Porém, poderíamos nos perguntar: o que de fato toda essa longa e até em alguns momentos exaustiva exposição, tem a ver com a interdisciplinaridade? O que se tentou expor aqui, em última análise, pode-se dizer que é um

esclarecimento da problemática do conhecimento na sociedade capitalista, obviamente, com muitos limites. Mas, visto que nos debates da interdisciplinaridade, mesmo os que fazem o devido reconhecimento dos fatos históricos que culminaram na fragmentação, especialização, etc da ciência, não se encontra uma problematização que reconheça a ausência da compreensão ontológica do ser, ou seja, do reconhecimento de suas determinações mais gerais.

Assim, a categoria trabalho, aquela que compreendemos como o complexo fundante do ser social, em muitos estudos é desconsiderado no processo de análise. E como exposto acima, o processo de conhecimento, bem como a relação sujeito e objeto nesse processo, são indiretamente e em alguns casos, diretamente influenciados pelas determinações do processo de produção da vida – trabalho.

Frente às essas considerações, na seção que se segue, buscaremos compreender a partir da categoria “decadência ideológica” os movimentos para o desenvolvimento do irracionalismo e algumas dessas consequências a racionalidade burguesa e a produção científica moderna. Compreendendo que é a partir desse cenário que se materializa a fragmentação do conhecimento, categoria essa, essencial para a compreensão do objeto desta pesquisa.

3.3 A CATEGORIA DECADÊNCIA IDEOLÓGICA: BREVE APROXIMAÇÕES PARA COMPREENDER A CIÊNCIA MODERNA

Compreendemos que o conceito de “decadência ideológica” oferece significativos elementos para o entendimento das contradições existentes nas ideologias. Ideologias essas que propagam a fragmentação em todos os níveis da dimensão humana, e principalmente, disseminam o esquecimento da relevância das lutas de classe na análise das expressões da questão social.

Desse modo, pode proporcionar uma compreensão histórica para com os processos de produção e reprodução de conhecimento e consequentemente sobre o fenômeno da interdisciplinaridade. Já que, segundo Lukács (1959), o período da decadência da ciência é marcado, por um lado com a “perda da razão”, na qual, ocorre uma troca de posição entre sujeito e objeto, assim o objeto deixa de ser central na busca do conhecimento e o sujeito torna-se preponderante na análise científica. Por outro lado, o parcelamento das ciências onde cada discurso científico, intenta dar conta de uma determinada parcela do conhecimento. Assim, tendo como objetivo, uma proposta de análise crítica aos debates sobre

interdisciplinaridade/trabalho interdisciplinar, desenvolvemos esta breve aproximação a categoria “decadência ideológica”.

Em Gyorgy Lukács, encontramos um consistente debate sobre a categoria teórica “decadência ideológica”. Categoria essa que oferece suportes para pensar a produção de conhecimento na sociabilidade do capital, sendo que, segundo Lara:

[...] a categoria decadência ideológica oferece importantes elementos para a compreensão das ideologias que se propõem neutras e antiontológicas, presentes no pensamento social com seus apelos ao fragmentário, ao efêmero e, principalmente ao esquecimento das análises sobre a luta de classe, o trabalho alienado, a propriedade privada dos meios fundamentais de produção, a revolução social (LARA, 2013, p.92).

Cabe aqui, sumariamente, apresentar e ressaltar que Lukács, parte de uma compreensão ontológica do homem, sendo assim, ele busca – apoiado na teoria social de Marx - a partir do que considera o ato fundante do homem, desvelar os processos de produção e reprodução da realidade humana, buscando apontar as categorias fundamentais e as relações do ser. Ato este, o trabalho, que por sua dinâmica e dialética torna-se fundante do ser social, pois é por meio do trabalho - atividade de transformação da natureza – que o homem se consolida como ser social, “cuja a essência é posição teleológica dos homens, isto é o trabalho. Esta é a categoria nova mais decisiva, porque compreende tudo em si” (LUKÁCS, 2017, p.182).

Por isso, segundo Lukács (2017, 182), “Marx elaborou principalmente – e essa eu considero a parte mais importante da teoria marxiana- a tese segundo a qual a categoria fundamental do ser social, isto vale para todo ser, é que ele é histórico”. Ora, afirmar que o ser social é teleológico - que relaciona um fato com sua causa final – e que ele é histórico é atribuir a esse “ser” movimento e possibilidade de transformação, e isso é algo muito importante a se sublinhando, principalmente em tempos de consideradas descrenças na possibilidade de mudança, nas possibilidades de ação da classe trabalhadora, essa que em toda a história, tem sido expropriada de seus “direitos” mais essenciais.

Essas breves considerações sobre o trabalho se fazem necessário para passarmos adiante nas contribuições de Lukács sobre a categoria “decadência ideológica”, demarcando que, ao partir do ato fundante do ser social o “trabalho”, o autor não busca uma solução epistemológica para o desenvolvimento do conhecimento, mas em sua compreensão ontológica, apresenta tal desenvolvimento sobre os processos materiais que os possibilitaram.

Em sua obra “*El Asalto a La razón*”, Lukács (1959), além de apresentar os movimentos que constituíram o nascimento e desenvolvimento do irracionalismo moderno, o autor se propõe também, a deixar demarcado que não há ideologias inocentes.

Para o autor:

La historia de la filosofía, lo mismo que la del arte y la de la literatura no es - como creen los historiadores burgueses - simplemente la historia de las ideas filosóficas o de las personalidades que la sustentan. Es el desarrollo de las fuerzas productivas, el desarrollo social, el desarrollo de la lucha de clases, el que plantea los problemas a la filosofía y señala a los derroteros para su solución (LUKÁCS, 1959, p. 03).

E assim, compreendendo a dinâmica fundamental da historicidade humana, que Lukács apresenta uma compreensão dos processos que levaram a decadência ideológica. Exibindo os movimentos materiais que possibilitaram a elaboração de algumas das principais ideias da modernidade. Sendo assim, uma das teses básicas defendida pelo autor, é de que não existe filosofia inocente, ou seja, nenhuma ciência é neutra.

Segundo Lukács, a decadência da ciência inicia com a tomada de poder político da burguesia, no qual “a luta de classe entre ela e o proletariado se coloca no centro do cenário histórico” (LUKÁCS, 2016, p. 100). Para o autor da obra “*O assalto da Razão*”, é partir de 1848 que nasce o irracionalismo com ação reacionária aos problemas da luta de classe. Essa data, marca a “passagem” das lutas progressistas da burguesia contra o feudalismo para uma relação de combate contra o proletariado. E assim “o irracionalismo moderno nasce da grande crise econômico-social, política e ideológica que marca a transição do século XVIII ao XIX (LUKÁCS apud NETTO, 1978, p.43).

Aqui faremos uso de uma longa, mas necessária citação de Tonet (2013), para explicar melhor o atrelamento da produção social a nova conjuntura social que se estabelecia nessa passagem, no qual:

A emergência de uma nova sociabilidade, de um novo mundo, impunha também a estruturação de uma nova forma de produzir conhecimento. Como se sabe, o conhecimento não é um fim em si mesmo, mas uma mediação para a intervenção sobre o mundo, tanto natural quanto social. Então, quem estabelece, no sentido ontológico, os objetivos do conhecimento é o mundo (social), especialmente a partir da sua base material. O mundo da comunidade primitiva, a partir do trabalho de coleta, põe determinadas demandas para o conhecimento. Do mesmo modo, o mundo fundado no trabalho escravo, no trabalho servil e no trabalho proletário. Os indivíduos traduzem, direta ou indiretamente, as possibilidades postas pelo mundo. Ora, o objetivo primordial posto pela matriz de novo mundo, que é essa nova forma de produzir a riqueza material – capitalista – é a produção das coisas como mercadorias de forma a gerar lucros. Juntamente com isso, trata-se de organizar a sociedade a partir e em função desta forma de produzir riqueza material, pois ela é considerada a forma mais adequada a convivência humana (TONET, 2013, p.35).

Cabe destacar que, com a consolidação do projeto burguês de sociedade, sendo o capitalismo, e com sua nova forma de produção da riqueza, também se consolida “uma intensa divisão social do trabalho resultado da lógica auto expansiva do capital” (TONET, 2013, p.08). É dentro dessa lógica, ocorre uma:

[...] naturalização dessa divisão social do trabalho, por sua vez, esteve na origem das chamadas ciências humanas, cada uma delas surgindo a partir da delimitação de um território específico. Essa delimitação partia do pressuposto de que a realidade social não era um conjunto intimamente articulado, mas uma soma de partes sem conexão essencial entre si. Daí porque cada uma das

disciplinas – economia, sociologia, ciência política, psicologia, antropologia, etc – poderia reivindicar o tratamento isolado de uma parte da realidade (TONET, 2013, p.08).

Antes dos processos de decomposição da ciência, tínhamos uma produção de conhecimento “preocupada com a totalidade da vida social, interessada em descobrir a verdade do mundo”. Esta perspectiva é substituída pela apologética, como já dito, tal processo “ocorre com a tomada do poder político pela burguesia” (LARA, 2013, p.94). No qual, “não se tratava mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, se contrariava ou não as ordens policiais” (MARX, 2013, p. 86).

Sendo assim, a partir da tomada de poder, a burguesia manifesta:

[...] a noção correta de que todas as armas que ela havia forjado contra o feudalismo começavam a ser apontadas contra ela própria, que todos os recursos de formação que ela havia produzido se rebelavam contra a sua própria civilização, que todos os deuses que ela havia criado apostaram dela (MARX, 2011, p.80).

É nesse cenário histórico que a categoria “decadência ideológica” desenvolve-se e apresenta seu momento predominante com “a conclusão dos esforços revolucionários da burguesia e o início da sua hegemonia, da sua *localização no comando da estrutura do capital*” (PINASSI, 2009, p.16). Esse processo é constituído de uma apropriação imediatista e a-histórica da realidade, no qual, na “[...] concepção científica da decadência, a objetividade social é ignorada”. (LARA, 2013, p. 96).

Esse afastamento da atividade humana, da práxis social e suas determinações na produção de conhecimento é “denúncia” essencial para se pensar a produção de conhecimento, assim, o resgate a categoria decadência ideológica é um grande desafio necessário, já que:

A decadência ideológica denunciada por Marx e Engels e interpretada por Lukács, é um período claramente marcado pela tentativa de os ideólogos burgueses produzirem conhecimento que tem como premissa a evasão da realidade social, com explícita intencionalidade de conservação da ordem capitalista (LARA, 2013, p.93).

Para Lara (2013), fundamentado em Lukács (1967), o desenvolvimento do pensamento moderno, ao qual a decadência ideológica faz parte, pode ser compreendido em três significativos períodos. Sendo que o primeiro vai até 1848, sendo um período marcado pela “filosofia e economia clássica burguesa”, além disso, se tinha um compromisso com a elaboração de um conhecimento verdadeiramente científico, sendo que “a filosofia e a economia política tinham na vida social e no progresso as referências para a elaboração teórica” (LARA, 2013, p. 95).

O segundo período se dá a partir de 1848, ou seja, no período aqui já referenciado da decadência ideológica. Como já apresentado anteriormente, “a apreensão imediatista e a-histórica é o mote da concepção científica da decadência, sendo que a objetividade social é ignorada” nesse período. Além disso, se consolidam perspectivas de produções teóricas, no qual:

As relações de produção e reprodução da vida social, o desenvolvimento histórico, social e econômico, não são considerados no seu percurso transitório na elaboração das categorias teóricas. A atividade humana, a práxis social, em todas as suas determinações, é progressivamente afastada do domínio da racionalidade (LARA, 2013, p.96).

Já o terceiro período, “ocorre com a entrada do capitalismo em sua fase imperialista”, – fase que foi abordada no capítulo sobre política social- onde se tem um acirramento das contradições sociais. Acirramentos esses, que por intensificar as contradições, possibilitam “tanto uma diminuição da percepção da brutalidade da chamada crise geral do sistema, como também, por outro lado, congregam esforços na tentativa de reação à teoria social que responde pela práxis do proletariado” (LARA, 2013, p.96). Além disso, nesse período:

[...] sobre os limites do agnosticismo anterior, floresce uma estruturação filosófica em torno do irracionalismo que mostra sua impossibilidade social e teórica de defesa da ordem social dominante, e que também não questiona o modo de produção capitalista, mas

faz emergir uma falsa solução, a terceira via: nem materialismo, nem idealismo (LARA, 2013, p.96).

Ou seja, se antes do irracionalismo tínhamos uma “estrutura” teórica positivista, que buscava consolidar a sociedade burguesa, agora, se tem uma “estrutura” de questionamento e inconformidades para com a realidade social, porém, distantes da verdadeira objetividade, do movimento real. E assim:

Os filósofos do terceiro estágio da concepção social burguesa, fase do imperialismo, conhecem cada vez menos as relações sociais e econômicas da sociedade, desconsideram a realidade sócio-histórica como pressuposta à reflexão teórica, negam radicalmente o caráter revolucionário do proletariado, ignoram a teoria do valor-trabalho. O caráter antiontológico da ideologia decadente consiste principalmente no combate à dialética, à historicidade e à totalidade; as concepções e interpretações se restringem ao fenômeno e desconsideram as suas conexões reais (LARA, 2013, p.97).

Nessa perspectiva, ao se tratar de reflexões sobre a produção de conhecimento na sociedade capitalista, principalmente quanto aos esforços que buscam uma perspectiva crítica, torna-se essencial considerar tais processos históricos que culminaram em teorias nas quais apresentam a “evasão da realidade social”, objetivando a “conservação da ordem capitalista”, ocasionando, conseqüentemente, na fragmentação do conhecimento. Pois, não basta a constatação desta fragmentação e seus aspectos negativo, é preciso evidenciar suas raízes materiais, principalmente para superar o pressuposto que a fragmentação do conhecimento “se trata de um problema meramente epistêmico e que, portanto, pode ser superado também no plano epistêmico” (TONET, 2013, p.09).

As aproximações realizadas até aqui, sobre a fragmentação do conhecimento e categoria decadência ideológica, estão direcionadas numa busca de construir uma base teórica que, possibilite compreender a produção de conhecimento e a fragmentação do conhecimento em sua relação histórica com a produção e reprodução da vida social, ou seja, a

partir do fundamento material de produção da vida, o trabalho. Desse modo, sua superação não se dá apenas no plano da produção de conhecimento, ou seja, na esfera científica/epistemológica, mas, numa compreensão ontológica do ser enquanto ser.

Porém, em relação à problemática do conhecimento, se faz necessário destacar outra questão: a possibilidade da verdade. Para o materialismo dialético, o objeto em estudo existe em sua dinâmica independente que esse seja elevado a ideia, ao pensamento. Partindo de tal constatação, um: “aspecto a destacar diz respeito ao problema da “verdade”. Diferentemente das posições “pós-moderna” e relativistas, um objeto, ou seja, a realidade é possível de ser conhecida objetivamente”. Isso implica dizer que “conhecer um objeto é apreender, através da razão, seu movimento real. Portanto, o conhecimento é a reprodução mental do movimento real” (FILHO, 2003, p.116).

Compreendendo que nessa perspectiva, a relação entre objeto e sujeito na produção de conhecimento:

[...] o objeto tem papel fundante por dois motivos: devido a poder de subsistir sem a consciência, o que é impossível o contrário – pois a consciência não pode existir sem matéria-; e porque as operações da consciência encontram na matéria, na realidade objetiva, no objeto do conhecimento, as possibilidades e os limites para o processo de conhecimento (TONET, 1993, apud FILHO, 2003, p.116).

Ao se considerar o objeto como primacial no processo da produção de conhecimento, elege-se a abordagem ontológica como orientadora desse processo. E assim “conhecer é revelar as conexões internas, as contradições e o movimento do objeto; é reproduzir mentalmente a dinâmica real” (FILHO, 2003, p.117), ou ainda, nas palavras do próprio Marx, conhecer é “se apropriar do concreto para reproduzi-lo como concreto pensado” (MARX, 1996, p.40).

Sendo assim:

[...] o conhecimento não é estruturado através de um modelo elaborado pelo pensamento, no qual a realidade deverá ser encaixada, mas sim o resultado de um procedimento que procura captar o

movimento real e adequar as formulações intelectivas a ela (FILHO, 2003, p.117).

Lembrando que “a primeira perspectiva se enquadra numa abordagem apenas epistemológica – pois, confere ao objeto uma legalidade produzida pela razão -, enquanto a segunda, numa abordagem ontológica – pois, está voltada para a apreensão da essência intrínseca ao objeto” (NETTO, 1989, p.144, apud FILHO, 2003, p.117). Portanto para se chegar ao conhecimento do objeto, é necessário um longo esforço, para então, elevá-lo a totalidade. Considerando que elevar a totalidade é compreender que:

[...] a realidade social não é feita de partes autônomas, que possam ser compreendidas isoladamente. A realidade social é uma totalidade, ou seja, um conjunto de partes que, tendo o trabalho como sua matriz, vai se configurando ao longo do processo histórico-social. O que significa que nenhuma dessas partes pode ser compreendida sem que seja apreendida a sua relação com os outros momentos da realidade social (TONET, 2009, p.15).

É importante ressaltar que elevar a totalidade não significa criar a verdade absoluta, de modo que na perspectiva marxista, a realidade será o critério de verdade de uma teoria. Para tanto:

A postura ontológica leva o sujeito a um processo contínuo de investigação para se apropriar do real em seus elementos mais complexos, do real enquanto tal, entretanto, o sujeito nunca se apropriará do real enquanto tal, apenas conseguirá reproduzir idealmente o objeto tratado, pois a realidade está sempre em movimento e é sempre mais rica do que nossa capacidade de apreendê-la [...]. Por isso o conhecimento será sempre aproximativo, nunca definitivo (FILHO, 2003, p.118).

Contudo, não se apropriar do real como tal, não significa considerar a possibilidade de duas ou mais verdades, a realidade é uma só, em suas múltiplas dinâmicas e interfaces, portanto:

Em síntese, numa perspectiva ontológica, o saber tem como fundamento o ser, a verdade está no ser, ela não é uma construção autônoma da subjetividade, do mesmo modo como os critérios de verdade e, portanto, de cientificidade, não são um produto subjetivo, mas uma imposição do objeto. Deste ponto de vista, é absurdo que possam existir várias verdades a respeito do mesmo objeto. “A verdade é o todo”, já dizia Hegel, como todo acerto. A verdade do objeto é a sua reprodução integral, processo sempre aproximativo, dada a infinitude do objeto (TONET, 1995, p.50).

Desse modo, como já dito, o processo de conhecer será essa busca por elucidar a dinâmica do objeto, seu movimento histórico na realidade social. Para assim, a partir das singularidades em estudo, seja possível identificar por meio das particularidades os processos universais que compõem determinado fenômeno. Entendo que, nas palavras de Lara (2013), fundamentadas na perspectivalukacsiana (LUKÁCS, 1970):

Quando nos aproximamos da crítica marxiana, as categorias da dialética – universalidade, particularidade e singularidade – ganham significado materialista. A dialeticidade entre a universalidade, a particularidade e a singularidade confere a possibilidade autêntica de extrair “da própria realidade as condições estruturais e as suas transformações históricas” e, se há formulação de leis, estas abraçam a universalidade do processo, mas de um modo tal que deste conjunto de leis pode-se sempre retomar – ainda que frequentemente através de muitas mediações – aos fatos singulares da vida (LARA, 2013, p.222).

A partir dessa exposição, e como já exposto anteriormente, duas categorias se fazem essenciais no processo de extrair da própria realidade as condições estruturais e as suas transformações históricas, ou seja, o processo de conhecer a realidade, de saber sua verdade. Sendo as categorias totalidade e práxis, assim, na próxima sessão seguiremos a exposição sobre tais categorias. Lembrando que tais reflexões contribuem

para pensarmos a problemática do conhecimento, e conseqüentemente, a interdisciplinaridade, essa compreendida como um paradigma comprometido em superar as adversidades do processo de conhecimento. Lembramos ainda, que essas reflexões fazem também, referência as considerações – sobre a interdisciplinaridade e o trabalho interdisciplinar - extraídas dos documentos estudados da PNAS, pois buscam compreender categorias lá aludidas, como a fragmentação do conhecimento, e totalidade.

3.4 CATEGORIA TOTALIDADE: A TEIA REAL PARA A APREENSÃO DO CONHECIMENTO

Nas seções que antecederam a essa, vimos então, que a chave heurística a ser empregada para apreensão da realidade é a fundamentação ontológica do ser, por onde chegamos na produção e reprodução da vida social, no qual, o trabalho é o complexo que dá origem aos demais complexos do ser social, ou seja, “no processo de produção e reprodução da existência humana, o trabalho é o nexos causal de todas as relações humanas” (LARA, 2013, p.224).

Considerando que na sociedade capitalista o trabalho está dividido entre duas classes principais e antagônicas (burguesia e proletariado), tanto o trabalho quanto a luta de classe se tornam, desse modo, determinantes na produção de conhecimento, ou seja, se tornam determinantes no processo de apreensão do real.

Daí a necessidade da categoria totalidade, essa que como já dito, não é apenas a inter-relação dos complexos, mas, além disso:

A categoria de totalidade nos permite desvelar os nexos, nem sempre visíveis na aparência, das diferentes expressões particulares das contradições da ordem capitalista e isso nos impõe a necessidade de buscar os meios de superá-la, além de, o que nos parece essencial, permitir que compreendamos que o todo não é a mera soma das partes (IASI, 2017, p.35).

Não sendo apenas a soma das partes, essa categoria revela mais do que apenas relações, e sim, relações complexas, com interesses ideológicos e políticos, os quais estão entrelaçados com os interesses de uma determinada classe, com um projeto de sociedade. Isso porque assume o trabalho como categoria ontológica, sendo que, essa categoria é imprescindível em qualquer estudo que se compromete com a perspectiva da totalidade histórica. Lembrando que o trabalho compreendido na perspectiva ontológica é a atividade universal, livre na qual, o homem cria, produz e transformando conforme suas necessidades e tempo histórico a si e natureza.

Desse modo, essa categoria contribui nos esforços de apreender as contradições existentes no cotidiano, possibilitando assim, descortinar os

interesses ideológicos de classe nem sempre visíveis na aparência. Para tanto, essa categoria deve estar em relação com a mediação, pois, a:

[...] “totalidade social” sem “mediação” é como “liberdade sem igualdade”: um postulado abstrato – e vazio. “A “totalidade social” existe por e nessas mediações multiformes, por meio das quais os complexos específicos – isso é, as “totalidades parciais” – se ligam uns aos outros em um complexo dinâmico geral que se altera e modifica o tempo todo (MESZÁROS, 2013, p.58).

É por meio da mediação entre “totalidades parciais” e “totalidade social” que se constrói uma espécie de teia, no qual, se revelam os complexos das relações sociais e suas contradições – econômicas, políticas e ideológicas – dentro, da luta de classe travada na sociedade capitalista, ou seja, é na busca histórica das “totalidades parciais” e suas inter-relações, seus nexos e hierarquia com a “totalidade social” que vamos dialeticamente compreendendo determinado objeto. Não nos dedicaremos aqui em explicar a categoria de contradição, mas, basicamente estamos compreendendo-a como a qualidade dialética da totalidade, para o qual:

A totalidade, numa compreensão dialética, não é apenas espacial, mas temporal. Não se trata de ampliar apenas a lente para que abranja mais ou menos elementos, mas de procurar na história os movimentos e formas passadas que constituíram o presente e que estão abertas ao devir. Assim, a compreensão de uma conjuntura nos exige a mediação da teoria, da abstração como o meio que permite ao conhecimento captar o movimento do real (IASI, 2017, p.17).

E assim, para além de apreender o real por essa atividade intelectual, podemos desbravar o devir, ou seja, as possibilidades de transformação, as possibilidades e comprovações históricas do movimento social. Contribuindo desse modo, para uma afirmativa da classe trabalhadora, que necessariamente, ao longo da história se coloca como a mais “carente” de transformação, sobretudo, na transformação

dessa sociedade regida pelos interesses capitalista, no qual, tão bem apresentado por Marx (1986), limitam as potencialidades humanas.

Compreendemos então, que a totalidade se constitui categoria essencial nas análises sobre a problemática do conhecimento, já que, a mesma, proporciona a compreensão dos complexos sociais em seus movimentos, tanto, singulares como universais. Sendo que nessa relação, “a mediação aparece neste complexo categorial com um alto poder de dinamismo e articulação. É responsável pelas moventes relações que se operam no interior de cada complexo relativamente total das articulações dinâmicas e contraditórias entre as estruturas sócio - históricas (PONTES, 2002, p.76). E nessa perspectiva, para Sousa (2016), Pontes atribui:

[...] à particularidade a mesma ênfase, sendo que este campo de mediações vitaliza, na esfera da singularidade, as leis tendenciais da universalidade ou, em termos claramente lukacsianos: “o particular representa aqui, precisamente, a expressão lógica das categorias de mediações entre os homens singulares e a sociedade” (SOUSA, 2016, p.258).

E sendo enfática, mas aqui, num intuito didático, reforçamos que a:

Totalidade, portanto, como princípio metodológico, significa que nada pode ser compreendido de modo isolado. O sentido de cada parte, de cada fato, de cada dado só emerge na medida em que ele for apreendido como momento de um conjunto, como resultado de um processo através do qual cada um dos elementos parciais vai adquirindo a sua natureza e a sua especificidade. Trata-se, pois de apreender o processo através do qual vão se constituindo, ao mesmo tempo, a totalidade de determinado objeto e as partes que o compõem, a hierarquia e a ordem entre os diversos momentos, o modo como se relacionam entre si o todo e as partes, sob regência do primeiro, as relações das diversas partes entre si e a passagem de um momento a outro (TONET, 2013, p.116).

Tomar essa categoria na apreensão do real é concomitantemente, defender uma investigação ontológica da realidade, que se declara também, num “enfrentamento ídeo-teórico mais comprometido com o conceito (ontológico) de verdade” (NETTO, apud, SOUSA, 2016, p.03). Aqui, mesmo que sumariamente, debruçamos sobre essa defesa, ou seja, em defesa de um conhecimento comprometido com o humano em suas múltiplas possibilidades, e dada à luta de classe estabelecida na sociedade capitalista, um conhecimento comprometido com a classe trabalhadora e suas potencialidades revolucionárias.

Como vimos ao longo de toda a exposição feita até aqui, o trabalho é a categoria fundante do ser social, no entanto:

[...] o ser social não se reduz ou esgota no trabalho. Quanto mais se desenvolve o ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado *diretamente* ao trabalho. No ser social desenvolvido, verificamos a existência de *esferas de objetivação* que se autonomizam das exigências imediatas do trabalho – ciência, a filosofia, a arte, etc (NETTO, 2005, p.55).

Assim, o desenvolvimento do ser social acarreta no surgimento de novas objetivações, sendo que:

No ser social desenvolvido, o trabalho é *uma* das suas objetivações [...] o trabalho, porém, não só permanece como a objetivação fundante e necessária do ser social – permanece, ainda, como o que se poderia chamar de modelo das objetivações do ser social, uma vez que todas elas supõem as características constitutivas do trabalho (atividade teologicamente orientada, a tendência à universalização e a linguagem articulada) (NETTO, 2005, p.55).

Desse modo, para se confirmar que o ser social é mais que trabalho, ou seja, que há formas de objetivações que transcendem essa categoria há outra “categoria teórica mais abrangente: a categoria de práxis”, pois, a práxis “envolve o trabalho, que, na verdade, é o seu modelo – mas inclui muito mais que ele: inclui todas as objetivações humanas” (NETTO, 2005, p.55), pois:

A categoria práxis permite apreender a riqueza do ser social desenvolvido: verifica-se, na e pela práxis, como, para além das suas objetivações primárias, constituídas pelo trabalho, o ser social se projeta e se realiza nas objetivações materiais e ideais da ciência, da filosofia, da arte, construindo um mundo de produtos, obras e valores – *um mundo social, humano* enfim, em que a *espécie humana* se converte inteiramente em **gênero humano**. Na sua amplitude, a categoria de práxis revela o homem como ser criativo e *autoprodutivo*: ser da práxis, o homem é produto e criação da sua autoatividade, ele é o que (se) fez e (se) faz (NETTO, 2005, p.56, grifos dos autores).

Por isso, nas palavras de Lukács (2013):

[...] toda práxis está diretamente orientada para a consecução de uma finalidade concreta determinada. Para tanto, deve ser conhecida a verdadeira constituição dos objetos que servem de meio para tal posição de finalidade, pertencendo a dita constituição também as relações, as possíveis consequências etc. (LUKÁCS, 2013, 56).

Isso explica também, o fato de a práxis “está inseparavelmente do conhecimento; por isso o trabalho é [...] a fonte originária, o modelo geral, também o modelo geral da atividade teórica humana” (LUKÁCS, 2013, p.56). O homem, pela práxis, assim como no trabalho, se projeta e se realiza nas objetivações materiais.

Toda essa exposição pode parecer extremamente densa e até mesmo repetitiva, porém, esclarecer tanto as implicações da produção de conhecimento da sociedade capitalista, quanto às possibilidades de superação desses limites, se faz necessário para compreendermos e debatermos sobre o paradigma – interdisciplinaridade – que se prescreve nessa direção, ou seja, na superação das barreiras que impossibilitam o conhecimento.

Assim, da concepção exposta acima, decorrem três afirmativas a serem destacadas:

- a) O trabalho tanto é o ato fundante do ser social, como é também o modelo de toda práxis, ou seja, de todo ato teleológico;

b) O conhecimento está, mesmo que de forma indireta, interligado as formas de produção e reprodução da vida e assim, a um modelo econômico consolidado, desse modo, nenhuma ciência é neutra;

c) O conhecimento na perspectiva da totalidade não só exige uma abordagem ontológica do ser, como também, uma compreensão que essa categoria não é apenas a junção de várias perspectivas, mas, sim, em resumo, uma investigação dialética dos movimentos históricos que constituem determinado objeto.

4 INTERDISCIPLINARIDADE E TRABALHO INTERDISCIPLINAR: PRESSUPOSTOS PARA O TRABALHO DAS DIFERENTES CATEGORIAS PROFISSIONAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A interdisciplinaridade é apresentada, em alguns debates acadêmicos, como a “torre de babel” contemporânea, no qual, por meio desse paradigma, se pretende superar as adversidades das práticas sociais e chegar “aos céus”. No entanto, essa promessa, dada a sua magnitude, por vezes impede uma problematização que coloque na pauta das discussões sobre a interdisciplinaridade, o conhecimento e sua mediação com a produção e reprodução da vida social.

Neste capítulo, o objetivo se constitui na apresentação dos resultados obtidos com a pesquisa, os procedimentos e técnicas de apropriação e desenvolvimento desses resultados, bem como, expor considerações sobre o debate desenvolvido em torno da interdisciplinaridade, tecendo, concomitantemente, reflexões acerca das equipes interdisciplinares na Política Nacional de Assistência Social. Assim, brevemente, e fazendo interlocução com os capítulos apresentados anteriormente, ao qual dedicou-se a dissertar sobre as políticas sociais e a problemática do conhecimento, retornamos a algumas das implicações sobre a interdisciplinaridade na PNAS.

Considerando que diversas pesquisas já se dispuseram na busca de compreender o conceito de interdisciplinaridade, não nos atentamos em primeiro conceituá-lo, mas, dado que o objetivo é mais em problematizá-lo, buscamos debater sobre suas ponderações nas próprias interlocuções com as considerações destacadas nas pesquisas analisadas. Desse modo, o que se apresenta no primeiro momento do texto, são algumas considerações sobre uma localização geral dos debates sobre a interdisciplinaridade, para em seguida, iniciar exposição dos eixos de análise realizados em torno da produção teórica sobre a interdisciplinaridade na Política Nacional de Assistência Social, presente nas áreas de Serviço Social, Psicologia e Pedagogia.

4.1 O DEBATE SOBRE A INTERDISCIPLINARIDADE NO ÂMBITO DA PNAS: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Para iniciar as reflexões sobre a interdisciplinaridade, torna-se necessário minimamente, situar as raízes históricas da categoria interdisciplinaridade, esta que fundamenta o trabalho interdisciplinar. A origem etimológica da palavra interdisciplinaridade advém da composição de três termos: *inter* - que significa troca, reciprocidade; *disciplinar* – ao qual, refere-se à disciplina do latim *discere*, aprender; e o termo *dade* – sendo esse, o estado ou resultados da ação, qualidade recíproca. Nesta perspectiva, a interdisciplinaridade pode ser compreendida como relações qualitativas de troca, de reciprocidade entre as disciplinas, ou seja, interação entre as áreas do conhecimento⁸.

A interdisciplinaridade enquanto conceito teórico tem seu grande marco de debate e difusão no evento⁹ realizado na França no ano de 1970, no qual diversos intelectuais reuniram-se com o objetivo de esclarecer os conceitos de multi – disciplinar, inter – disciplinar, trans – disciplinar e pluri – disciplinar. Numa perspectiva epistemológica, os autores, como Jantsch, Heclhausen, Piaget, Michaud entre outros, buscavam conceituar tais terminologias. Mesmo com grandes semelhanças entre os estudiosos, não se chegou a um “denominador” em comum sobre tais conceitos (MANGINI; MIOTO, 2006, p. 208).

No Brasil, a interdisciplinaridade é inicialmente debatida pelos autores GeorfesGusdorfo e Jean Piaget. Sendo o marco inicial da divulgação do tema interdisciplinaridade em 1976, por meio de Hilton Japiassu, no qual em sua obra apresenta um arcabouço sobre os principais temas que envolvem o debate da interdisciplinaridade, seguido da exposição de uma metodologia interdisciplinar.

O autor define que:

A interdisciplinaridade visa à integração dos conceitos e da metodologia das disciplinas científicas, buscando a articulação entre os conhecimentos específicos, tendo como base a relação dialógica coerente entre o específico e o geral. A interdisciplinaridade tem como

⁸Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa> . Acessado em: agosto/2016.

⁹Seminário sobre interdisciplinaridade e transdisciplinaridade realizado de 7 a 12 de setembro de 1970 em Nice, França.

característica a intensidade das trocas entre as disciplinas e o grau de integração real entre as mesmas (JAPIASSU, 1976, p.87).

A partir desse marco que dá visibilidade ao debate sobre a temática, diversas pesquisas são elaboradas sobre a interdisciplinaridade, como, por exemplo, os estudos de Ivani Fazenda (1995), ao qual, trilhando Hilton Japiassu, desenvolve em seus trabalhos, uma obra sobre as fases das pesquisas em torno da interdisciplinaridade. Para Fazenda (1995, p. 91), a “interdisciplinaridade é uma exigência natural e interna das ciências, no sentido de uma melhor compreensão da realidade que elas nos fazem conhecer”.

Esses dois autores, não são os únicos, mas, se constituem as principais referências nos debates sobre a interdisciplinaridade no Brasil, tanto por serem pioneiros nos debates sobre o tema, como também, pela densidade de seus estudos. Da vertente defendida por essa corrente se faz necessário destacar que aqui o sujeito se faz predominante na produção de conhecimento. Estaremos demonstrando melhor essa centralidade no sujeito, nas exposições sobre a interdisciplinaridade destacadas nas pesquisas analisadas.

É preciso abordar que, desde o “nascimento” desse debate no Brasil, novos estudos foram realizados, uns corroborando com as ideias propagadas por esses autores e outros questionando, apresentando assim, novas perspectivas para os diálogos sobre a interdisciplinaridade e conseqüentemente para o trabalho interdisciplinar. Dentre os estudos realizados destacamos a obra dos autores Jantsch e Bianchetti (1995), na qual com o título “*Interdisciplinaridade para além da filosofia do sujeito*” vai discursar sobre a interdisciplinaridade numa busca de superar o caráter a-histórico, pois para os autores:

[...] as ideias predominantes no Congresso de Nice, e mais ainda sua difusão ampla no Brasil, assumem pressupostos próprios de uma filosofia do sujeito que, nos parece, não estão suficientemente claros para a maioria dos que se ocupam da teoria e da prática da denominada interdisciplinaridade, o que leva eventualmente a compreender a ciência de forma moralista (JANTSCH, BIANCHETTI, 1995, p 15).

Esses autores desenvolvem um estudo da interdisciplinaridade localizando-a no movimento da história, além de considerarem a fragmentação do conhecimento como um pressuposto para o movimento da interdisciplinaridade, problematizam a fragmentação do saber numa sociedade que estabelece a divisão técnica do trabalho, ou seja, que fragmenta as relações com o ato fundante do ser social, o trabalho. E aqui, destacamos o que o próprio título revela, “interdisciplinaridade para além da teoria do sujeito”, ou seja, se propôs a pensar a problemática do conhecimento na relação “sujeito/objeto”, ou ainda, “subjetividade/objetividade”, questões essas que, como vimos no primeiro capítulo, são determinantes para a produção do conhecimento científico.

Desse modo, para Jantsch e Bianchetti (1995), a interdisciplinaridade:

Não é, a nosso ver, um trabalho em equipe ou em “parceria” que superará a redução subjetivista própria da filosofia do sujeito. Isto posto, podemos dizer, também, que a “interdisciplinaridade” da “parceria”, ao contrário do que supõem os que se orientam pela filosofia do sujeito, não abarca, ordena e totaliza a realidade supostamente confusa do mundo científico. Ou seja, a fórmula simples do somatório de individualidades ou de “sujeitos” pensantes (indivíduos) – que não apreende a complexidade do problema/objeto – não é milagrosa nem redentora. Muito menos será o “ato de vontade” que leva um sujeito pensante a aderir a um “projeto em parceria” (BIANCHETTI, JANTSCH, 1995, p.12).

Para esses autores, a filosofia do sujeito que orienta hegemonicamente a teorização sobre a interdisciplinaridade não “se reduz as obras de Japiassu e Fazenda, nem deles é filha, embora assim possa parecer face a certa peculiaridade desta filosofia do sujeito no tocante à análise/compreensão do objeto em questão” (BIANCHETTI, JANTSCH, 1995, p.15). Mais à frente veremos algumas das vertentes da teorização acerca da interdisciplinaridade, porém, em relação a essa obra, cabe ainda destacar que frente as leituras de obras sobre a interdisciplinaridade com fundamento na filosofia do sujeito, os autores teceram alguns pressupostos a respeito. Mesmo se configurando numa longa citação, consideramos necessário apresentá-la na íntegra, já que esses tecem

importantes reflexões a respeito da interdisciplinaridade. Assim, seguem abaixo os cinco pressupostos elaborados pelos autores em referência:

1. A fragmentação do conhecimento leva o homem a não ter domínio sobre o próprio conhecimento produzido, o que se supõe perigoso pelo fato de que o sujeito (pensante) – também se supõe – não consegue ser mais o ordenador do caos do mundo (também suposição), especialmente o mundo do saber;

2. A fragmentação do conhecimento ou a especialização, em decorrência do exposto no item anterior, passa a ser assumido como uma “patologia”, ou, pior como uma “caracterização”, isto é, como uma doença que fatalmente compromete a produção do conhecimento. A fragmentação do conhecimento – processo e produto – é, pressupõe-se, um mal em si, só podendo ser superado pelo ato de vontade de um sujeito (pensante) que, por força interna e opção/decisão, faz a cirurgia extirpadora dos tumores (leia-se, entre outros, disciplinas) cancerígenas;

3. A soma de sujeitos pensantes que, com base em sua vontade, decidem superar o conhecimento fragmentado é, pressupõe-se, a fórmula acertada. Expressando-nos de outro modo, podemos dizer que a interdisciplinaridade só é fecunda no trabalho em equipe, onde se forma uma espécie de trabalho coletivo;

4. O sujeito coletivo é capaz de viver a interdisciplinaridade em qualquer espaço de atuação, não se diferenciando no ensino, na pesquisa e na extensão. Aparece, aqui, o pressuposto da *pam*-interdisciplinaridade. Ademais, pressupõe-se que o sujeito coletivo (entenda-se equipe) é capaz de curar qualquer mal e qualquer grau de enfermidade relativa ao conhecimento;

5. A produção do conhecimento estará garantida, uma vez satisfeita a exigência do trabalho em parceria, independente da forma histórica como se deu ou está se dando a produção

da existência (BIANCHETTI, JANTSCH, 1995, p.16).

Como exposto pelos autores, esses cinco pressupostos “são suficientes para um confronto prévio e fundamental com a concepção a-histórica de interdisciplinaridade” (BIANCHETTI, JANTSCH, 1995, p.17). Desse modo, o que objetivou destacar até aqui, é que, a teorização sobre a interdisciplinaridade está marcada pela filosofia do sujeito, essa que de grosso modo, podemos dizer que, na relação objeto e sujeito, o sujeito é o polo regente da produção de conhecimento. Além disso, pensar a interdisciplinaridade distante dos marcos históricos que determinam o desenvolvimento social e conseqüentemente o desenvolvimento do conhecimento, pode levar a reflexões “ingênuas” a respeito da produção do conhecimento.

Acima, o que se intentou expor foi, “o nascimento” da interdisciplinaridade, como também, as críticas a principal vertente teórica acerca da interdisciplinaridade, críticas essas que, ao nosso juízo, contribuem para as reflexões proposta nessa pesquisa. Além desses autores apresentados como já dito, desde o surgimento, a interdisciplinaridade vem sendo debate recorrente nos espaços acadêmicos das diversas ciências parcelares. Os esforços dos intelectuais ultrapassam os movimentos de conceituação e definição da categoria interdisciplinaridade, há uma busca por aprofundar as análises sobre tal categoria. Sendo assim, para Lenior e Hasni (2004 apud MANGINI; MIOTO, 2009), as pesquisas sobre interdisciplinaridade sinalizam para três perspectivas, a saber: a) A primeira, com base na epistemologia, que justifica a interdisciplinaridade pelo próprio saber, considerando o conhecimento como a busca das ciências. Este movimento está principalmente na Europa; b) A segunda, com raízes nos Estados Unidos, categoriza a interdisciplinaridade com um “meio”, e assim, o saber interdisciplinar se constitui como um recurso para se atingir algo; c) A terceira, de origem Latino-Americana, com forte influência brasileira, “captura a interdisciplinaridade como uma forma de realização humana”, justificada pela emancipação, ou seja, o sujeito do saber (MANGINI, MIOTO, 2006, p. 209).

Mais que essa demarcação de perspectivas, segundo Mangini e Miotto (2006), outras autoras como Almeida (2000), Melo e Almeida (2000) e Porto e Almeida (2002), vão delimitar as concepções de discussão sobre a interdisciplinaridade, também as classificando em três grandes vertentes: “a vertente humanista, a vertente da complexidade e a

vertente social crítica”. A primeira vertente, a humanista defende uma integração das ciências a partir de uma mudança de comportamento dos sujeitos. A segunda dirige sua crítica numa compreensão epistemológica do conhecimento, buscando uma integração entre as ciências, pontuando a temática da complexidade e da perspectiva sistêmica. Já a terceira vertente, nomeada de social crítica, tenciona suas análises numa “dimensão histórica e social da produção de conhecimento, consoante com a perspectiva marxista ao postular que a ciência moderna está subordinada à lógica da divisão sociotécnica do trabalho” (MANGINI; MIOTO, 2006, p. 209).

Cabe apresentar aqui também, mesmo que sumariamente, o debate sobre a interdisciplinaridade que a considera a partir de duas dimensões interligadas, sendo, “a dimensão relativa à construção do conhecimento e a que se refere à ação interventiva, em outras palavras, uma que diz respeito ao universo epistemológico e outra à práxis interventiva” (NOGUEIRA, 2003, p.42). Perspectiva ao qual corroboramos nesse estudo.

Lembramos que não há intenção neste primeiro momento, nem posteriormente, de esgotar o debate teórico sobre a interdisciplinaridade, mas apresentar minimamente a complexidade em que este se encontra, além de ir demarcando nossa perspectiva de análise. Pois, a intenção é de discutir o trabalho interdisciplinar pautado na interdisciplinaridade, pontuando a produção e reprodução de conhecimento e seu “lugar” na produção e reprodução da vida na sociedade capitalista. Desse modo, nossas análises, partem do entendimento que a “problemática do conhecimento implica que este seja tratado sempre em sua articulação íntima com o conjunto de processos históricos e sociais, permitindo assim, compreender a sua vinculação, mesmo que indireta, com determinados interesses sociais” (TONET, 2013, p.10), além, de não “perder de vista” o trabalho como ato fundante do ser social.

4.2 PRODUÇÕES TEÓRICAS SOBRE A INTERDISCIPLINARIDADE NA PNAS

Frente às exposições e considerações tecidas nos capítulos e seções anteriores, nos objetivos, geral e específicos, elencados para esta pesquisa, bem como, na questão de pesquisa que indagou como as produções científicas que apresentam como objetivo de estudo a interdisciplinaridade na PNAS, estão compreendendo a

interdisciplinaridade, realizou-se pesquisa de cunho documental, por meio da qual buscou-se em documentos oficiais da PNAS a compreensões sobre a interdisciplinaridade. Posteriormente, realizou-se busca bibliográfica sobre temática, ou seja, um balanço sobre a produção de conhecimento em torno da interdisciplinaridade na PNAS.

Dado que o método dessa pesquisa foi apresentado em suas primeiras linhas, aqui se faz necessário apenas ressaltar que “a produção do conhecimento se inicia por reconhecer a realidade social como uma totalidade ou um complexo de complexos sociais” (LÚKACS, 2013). Assim, para que possamos isolar o complexo do fenômeno aqui abordado, foram utilizados alguns procedimentos metodológicos. Compreendendo-se que:

A abstração é a capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável – aliás, no domínio do estudo da sociedade, o próprio Marx insistiu com força em que a abstração é um recurso indispensável para o pesquisador (NETTO, 2011, p. 44).

Para que assim, a partir da definição do método, e posteriormente dos procedimentos metodológicos, fosse possível alcance a essência do objeto. Sendo que atingir a essência do objeto é quando “capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a *reproduz* no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador *reproduz*, no plano ideal, a essência do objeto que investigou” (NETTO, 2011, p. 22, *itálicos no original*).

Desse modo, inicia-se essa seção, primeiro narrando a trajetória metodológica desenvolvida no decorrer dessa pesquisa. Trajetória que contempla não só os conteúdos apresentados neste capítulo, mas toda a estrutura teórica apresentada nos capítulos e seções anteriores, já que, a apresentação de uma pesquisa não corresponde necessariamente com a sequência didática de seu desenvolvimento.

Assim, se faz necessário registrar que a primeira etapa desse processo investigativo se deu na busca e organização dos documentos e bibliografias que oferecessem subsídios para uma compreensão da interdisciplinaridade na PNAS. No entanto, as análises se iniciaram com os documentos. Como exposto no primeiro capítulo, a partir desse

procedimento, foi possível demarcar uma compreensão geral do que a PNAS compreende por interdisciplinaridade e, conseqüentemente, como se dá a orientação para o trabalho interdisciplinar. Etapa essa, que também direcionou o desenvolvimento do segundo capítulo, pois a partir dos apontamentos destacados nos enxertos da PNAS, concepções teóricas foram colocadas e, assim, a necessidade de uma compreensão aprofundada dessas.

Para tanto, o segundo capítulo permite ser constituídas as condições teóricas necessárias para as análises apresentadas neste capítulo. Momento em que foram esclarecidos minimamente duas categorias essenciais neste debate, a saber: a problemática do conhecimento e a categoria de totalidade. Só após o desenvolvimento dos estudos apresentados nos dois primeiros capítulos, é que foi possível a elaboração dos elementos analíticos necessários a serem destacados e problematizados nas produções teóricas elencadas nesta pesquisa.

Esclarecida a sequência metodológica desenvolvida, seguimos a exposição do processo desenvolvido no balanço de produção que se iniciou com a busca e seleção das fontes de dados significativos aos objetivos da pesquisa, seguido de técnicas de leituras e análise. Nesse sentido, o primeiro passo foi o estabelecimento de quais produções teóricas nos debruçaríamos para análise. Definimos três qualidades de produção científica, a saber: teses, dissertações e artigos científicos. O recorte temporal compreendeu o ano de 2004 a 2017, justificado pela implantação da PNAS em 2004.

As buscas foram realizadas com combinações dos seguintes marcadores: *“Política Nacional de Assistência Social e interdisciplinaridade”*; *“Política Nacional de Assistência Social e trabalho interdisciplinar”* e *“Assistência Social e interdisciplinaridade”*. Apesar da similaridade entre os dois primeiros marcadores, optamos pelos dois por compreendermos que apenas o conceito de “interdisciplinaridade” não dava conta da nossa proposta de pesquisa, ou seja, o trabalho interdisciplinar na Política de Assistência Social. Ao pesquisarmos “interdisciplinaridade” encontramos um número infindável produções definindo esse conceito. Por esse motivo, a necessidade do marcador “trabalho interdisciplinar”, para captar também, as produções que apresentassem tanto, propostas de um trabalho interdisciplinar, como também relatos de experiências.

Em relação as plataformas de pesquisas, selecionamos duas para a pesquisa das teses e dissertações, a saber: Banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -

Catálogo de Teses e Dissertações - CAPES e; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de informações em ciência e tecnologia – IBCT.

Com os marcadores estabelecidos, foram encontradas, na modalidade de teses e dissertações, vinte e uma (21) produções, somando as duas plataformas, sendo que apenas cinco correspondiam ao objetivo da busca, ou seja, a interdisciplinaridade na Política Nacional de Assistência Social. Mesmo com marcadores tão específicos, foram selecionados trabalhos que tratavam da interdisciplinaridade em outras políticas, como educação, saúde, etc. Além disso, das cinco produções, três se repetiam nas duas plataformas.

Quadro 1–Teses e dissertações selecionadas, por modalidade, título, ano e área.

Modalidade	Título	Ano	Área
Dissertação	A prática interdisciplinar na política de assistência social: o caso dos CRAS de Abaetetuba- PA	2010	Serviço Social
Dissertação	Os psicólogos e os assistentes sociais nas políticas públicas: sentidos da interdisciplinaridade nos centros de referência de assistência social – CRAS, na cidade de São José dos Campos/SP	2011	Serviço Social
Dissertação	O trabalho socioeducativo no sistema único de assistência social: reflexões sobre o pensar e o agir dos trabalhadores.	2013	Desenvolvimento Humano: formação, política e práticas sociais
Dissertação	A interdisciplinaridade e o serviço social: estudo das relações entre profissões no	2016	Serviço Social

Fonte: Elaboração do autor.

Para a busca dos artigos, selecionamos as principais revistas em cada área, sendo, respectivamente, *Serviço Social*: a) Serviço Social & Sociedade; b) Katálysis; c) Texto & Contextos; d) Argumentum; e) Políticas Públicas; *Psicologia*: a) Estudos de Psicologia; b) Paidéia; c) Psicologia em Estudo; d) Psicologia: Reflexão e Crítica; e) Psicologia: Teoria e Pesquisa; e *Educação*: a) Ciência e Educação; b) Revista brasileira de Educação; c) Educação em Revista; d) Educação & Sociedade; e) Cadernos CEDES. Essas se constituem nas principais vias de publicação dos campos em estudo e todas pertencem ao extrato A1 e A2 definidos pelos órgãos de regulação como CAPES e CNPq.

Nessa modalidade, busca realizada nas revistas resultou em trinta e um (31) artigos, no entanto, apenas dois correspondia aos objetivos da nossa busca – interdisciplinaridade e PNAS. Além desses dois de interesse, outros dois encontrados na busca, são artigos usados nessa

pesquisa como base teórica, porém, não abordam em suas problematizações a PNAS.

Quadro 2- Artigos encontrados na busca, por revista, título, ano e área.

Revista	Título	Ano	Área
Textos&contextos	Trabalho Interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza?	2010	Serviço Social
Textos&Contextos	A interdisciplinaridade e o Serviço Social: estudo das relações entre profissões.	2017	Serviço Social

Fonte: Elaboração do autor.

Cabe observar, que obviamente as produções sobre interdisciplinaridade/trabalho interdisciplinar em qualquer uma das três áreas – Psicologia, Pedagogia e Serviço Social – é significativa e extensa, assim, o que determinou um número reduzido de produções, diz respeito ao fato de “cruzar” a interdisciplinaridade com a PNAS. Outra questão a ser destacada, é sobre os bancos utilizados. Sendo que nos limitando apenas a dois, por compreendemos que, por meio da Plataforma Sucupira, essa associada a Capes, já estaríamos acessando os bancos de dados das universidades. Consideramos ainda que, por meio da pesquisa realizada nas respectivas revistas, também fossem localizados artigos referentes a produções de teses e dissertações, situação que se concretizou com uma dissertação. Abaixo apresentamos o quadro quantitativo das produções teóricas selecionadas para a análise:

Quadro 3 – Trabalhos selecionadas por modalidade e quantidade.

Tipo	Quantidade
Teses	0
Dissertações	5
Artigos	2
Total	7

Fonte: Elaboração do autor.

Para o estudo e análise dos materiais encontrados, foram elaboradas algumas técnicas e sequências metodológicas para a realização da coleta, organização e leitura, sendo que a leitura se constituiu a principal técnica dessa pesquisa, já que a mesma se constitui uma pesquisa bibliográfica. Podemos dizer então, que as leituras das pesquisas selecionadas podem ser divididas em quatro fases (SALVADOR, 1986). Sendo que num primeiro momento buscou-se realizar uma leitura prévia, ou ainda “leitura de reconhecimento do material bibliográfico”, a fim de conhecer brevemente as produções e selecionar as que de fato correspondiam ao objetivo delineado por essa pesquisa.

O segundo momento, constitui-se na “leitura exploratória” das pesquisas já identificadas como correspondentes ao objetivo proposto, assim, objetivou-se construir uma ideia geral sobre as respectivas produções. Em seguida, terceiro momento, realizou-se “leitura seletiva”, no qual, a produção é estudada com maior rigor, buscando identificar a estrutura e desenvolvimento das produções (LIMA; MIOTO, 2007, p.37-45).

Seguindo para a fase mais analítica, desenvolveu-se a “leitura reflexiva ou crítica”. Nessa buscou-se responder à questão posta por essa pesquisa, como os textos científicos que apresentam como objetivo a interdisciplinaridade na PNAS, estão compreendendo a interdisciplinaridade? Nessa etapa, também se realizaram buscas nas produções selecionadas sobre os conceitos de interdisciplinaridade, trabalho interdisciplinar, bem como de totalidade e práxis, categorias essas essenciais para o debate da interdisciplinaridade na PNAS, abordadas nos próprios documentos de orientação dessa política. Por último, se realizou a “leitura interpretativa”, essa que exigiu um exercício de agregação entre os materiais analisados, no qual se comparou as ideias, situações, objetivos consolidando assim, uma síntese do processo investigativo realizado sobre o material em tela. (LIMA; MIOTO, 2007).

Além das fases metodológicas apresentadas acima, também foi desenvolvido um roteiro de leitura. Roteiro esse sistematizado no quadro a seguir e que contempla as indagações orientadoras deste processo de pesquisa.

Quadro 4- Roteiro de leitura para o estudo dos materiais selecionados:

Roteiro de leitura
Como a Política Nacional de Assistência Social é abordada?
Como a interdisciplinaridade é compreendida nas pesquisas?
Quais as principais referências utilizadas nas pesquisas?
Quais categorias são solicitadas com maior ênfase nas pesquisas?

Fonte: Elaboração do autor.

A título de exposição e análise, também foram definidos dois eixos analíticos. Em cada eixo, buscou-se revelar os questionamentos que orientaram a pesquisa. Assim, o primeiro eixo intitulado “Política Nacional de Assistência Social e a interdisciplinaridade”, objetivou apresentar como a Política Nacional de Assistência Social e interdisciplinaridade vem sendo compreendida em produções teóricas do Serviço Social, Psicologia e Pedagogia, ou seja, nesse eixo o que nos atentamos foi a compreensão em torno da PNAS nos debates sobre a interdisciplinaridade na assistência social.

O segundo eixo, que nomeamos de “interdisciplinaridade/trabalho interdisciplinar: fundamentos teóricos e práticas” buscamos evidenciar as principais bases teóricas utilizadas para dialogar sobre a interdisciplinaridade e o trabalho interdisciplinar. Assim, destacamos os autores solicitados por esses debates, como também as principais compreensões apresentadas nas pesquisas selecionadas. Em seguida, nos dedicamos a sublinhar nos trabalhos analisados, a prática interdisciplinar, ou seja, o que as pesquisas estão considerando como um trabalho interdisciplinar.

Desse modo, a partir dos dados selecionados, sistematizados e estudados, foram desenvolvidos diálogos com autores referenciais da área, intencionando construir conhecimentos que possibilitem aprofundar a compreensão sobre o trabalho interdisciplinar na Política de Assistência Social - PNAS. Cabe considerar que, “a riqueza de uma pesquisa é dada não apenas pela quantidade de fontes, mas pela amplitude do diálogo que o sujeito é capaz de produzir entre diferentes fontes e delas com a história, com a realidade” (EVANGELISTA, 2012, p. 60-61).

4.3 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A INTERDISCIPLINARIDADE

Um dos objetivos específicos dessa pesquisa se constitui em demonstrar como a Política Nacional de Assistência Social vem sendo compreendida em produções teóricas do Serviço Social, Psicologia e Pedagogia, que abordam a interdisciplinaridade nessa política. O eixo que apresentamos nessa seção, realizará uma exposição a fim de alcançar tal demonstração. Essa exposição conta com as considerações destacadas tanto nas dissertações quanto nos artigos encontrados e estudados sobre a interdisciplinaridade na Política Nacional de Assistência Social.

No entanto, antes de se iniciar as apresentações das análises realizadas, se faz necessário primeiramente, ponderar que tais análises não representam as três áreas profissionais aqui solicitadas como intencionou o estudo realizado, pois como apresentado nos quadros 1 e 2, as produções correspondem majoritariamente ao Serviço Social. Assim, não podemos dizer que essas considerações representam essas três áreas – Serviço Social, Pedagogia e Psicologia – pois, das cinco dissertações, apenas uma não é produção do Serviço social, sendo do programa em “Desenvolvimento Humano: formação, políticas e práticas sociais”, bem como os dois artigos selecionados também se referem a produções do Serviço Social.

Desse modo, essas considerações representam de fato uma compreensão do Serviço Social frente a Política Nacional de Assistência Social. Porém, podemos dizer também, a partir das várias buscas “gerais” realizadas sobre a temática, que mesmo ainda de maneira “tímida”, a Psicologia vem se apresentando no debate, pois foram localizados diversos trabalhos acadêmicos que abordavam sobre o psicólogo na assistência social, mas não faziam necessariamente referência a interdisciplinaridade na PNAS. Títulos como “Psicologia e Políticas Sociais: temas em debate”; “O trabalho dos psicólogos nas políticas sociais no Brasil”; “Atuação do Psicólogo no Sistema Único da Assistência Social”, entre outros.

Já em relação ao campo da Educação – Pedagogia - não foi encontrado uma produção tão consistente a respeito do debate da assistência social e da inserção desse profissional em tal política, aliás, pouquíssimas foram as produções encontradas dessa área, referente a PNAS.No entanto, foram localizados títulos como: “Pedagoga na assistência social?": um relato de experiência sob a perspectiva da

educação popular” e “A atuação do pedagogo no centro de referência da Assistência Social (CRAS)”.

Esse afastamento das áreas – psicologia e educação – em relação a Política de Assistência Social, reverberam em significativas consequências para a atuação desses profissionais na implementação de tal política, como, por exemplo, uma tomada acrítica da própria política, reduzindo-a uma “cartilha de orientação as práticas” do que um espaço de luta social por direitos. No entanto, esse afastamento, inicia-se nos próprios documentos orientadores da PNAS, os quais, ainda são poucas as referências documentais que tratam dos diversos profissionais que atualmente compõem a política de assistência. Além disso, além do assistente social, o único a também ser contemplado com uma orientação específica de sua atuação no SUAS, é o psicólogo, os demais profissionais ainda não contam com essas orientações.

Em relação aos trabalhos localizados sobre a temática em tela, de modo geral, podemos dizer que praticamente todos – uns com mais ênfase e outros com menos- tratam da Política Nacional de Assistência Social numa perspectiva crítica. Claro, que algumas pesquisas apresentam análises mais profundas, tratando, por exemplo, dessa política desde a consolidação das políticas sociais e principalmente suas implicações e relações ao modo de produção capitalista. Assim, como destacado na pesquisa de Rezende (2016), a mesma compreende que:

[...] a política social não pode ser dada como natural da evolução da sociedade, mas é fundamental entendê-la como um produto histórico do modo de produção capitalista, e assim assume diferentes formas em seus mais diversos estágios de acumulação, a partir da intervenção do Estado sobre as sequelas da “questão social” e principalmente o movimento da classe trabalhadora organizada que reivindica condições de vida melhores (REZENDE, 2016 p.69).

Jorge (2016), em suas problematizações sobre a política, ressalta ainda, ser:

Importante destacar que o entendimento sobre a “questão social” aqui adotado é baseado na crítica dialética, compreendida como uma categoria resultante da contradição capital/trabalho, sendo

expressão constitutiva das contradições presentes na sociedade capitalista contemporânea e que se expressam por meio de desigualdades sociais e pauperizações (JORGE, 2016, p.39).

A dialética é uma das categorias solicitadas nos debates sobre PNAS, já que com ela é possível compreender as contradições existentes nos processos de consolidação de tal política, sendo que, ao passo que possibilita efetivo reconhecimento e ampliação dos direitos, também é reconhecido à dependência as dinâmicas de ampliação e retiradas de garantias correspondentes as estratégias do mercado, no qual, o Estado desenvolve significativas ações. Assim, podemos dizer que de modo geral, há um reconhecimento dos limites da política social na sociabilidade capitalista, apresentado nas pesquisas analisadas. E desse modo, destaca-se que:

[...] ao mesmo tempo em que passa a ser organizada como direito social, na conjuntura da década de 1990 do século passado, o Estado brasileiro adota as políticas econômicas neoliberais, passando a desarticular algumas conquistas da política de assistência pós Constituição Federal (CF) e Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (JORGE, 2016, p.40).

Barbosa (2013) também reforça essa compreensão, para a autora “as políticas sociais em geral, e particularmente, a assistência social, são determinadas pelas mudanças produzidas nas relações entre Estado e a sociedade, especialmente a partir de 1990, quando o país adota o receituário neoliberal (BARBOSA, 2013, p.15). No entanto, a autora destaca que “apesar das contradições que atravessam as políticas sociais, a assistência social busca efetivar seus princípios e diretrizes deliberando normativas na direção da implementação dos direitos (BARBOSA, 2013, p.17).

Portanto, para a autora, “os serviços assistenciais, além de acesso a recursos para responder as demandas reais, contêm movimento tanto na direção da reprodução da alienação do trabalhador, quanto na direção do

reforço a consolidação dos interesses populares “(BARBOSA, 2013, p.48).

Por fim, a autora ressalta que:

Se percebe uma estreita relação entre os processos de financerização, reestruturação produtiva e reestruturação da proteção social na atual ofensiva capitalista no redirecionamento da produção social brasileira. Portanto, observa-se a relação entre as particularidades da proteção social, levando a hipertrofia da assistência social no Brasil, numa perspectiva de expansão focalizadora e seletiva, assentada nos programas de transferência de renda, o que reflete estratégias de redução de gastos sociais, desumanização dos direitos sociais e mercantilização das demais políticas da Seguridade Social (BARBOSA, 2013, p.133).

Como podemos perceber pela breve exposição, além do reconhecimento da necessidade de pensar a política de assistências social e as contradições postas as políticas sociais na sociabilidade capitalista, para então refletir-se sobre a interdisciplinaridade no SUAS, em grande parte das pesquisas, há o reconhecimento histórico das contradições que rodeiam a consolidação da Política Nacional de Assistência Social.

Assim, a partir da perspectiva crítica e dialética apresentada acima, no qual, mesmo reconhecendo os limites da PNAS, também se refletem as estratégias para enfrentar as contradições do modo de produção capitalista. Podemos dizer ainda, que seria de extrema importância, inclusive para o desenvolvimento do trabalho entre profissionais, que a política fosse vista e compreendida para além de uma normativa, e sim, tomada de maneira crítica, para que assim, possibilitasse possíveis mediações efetivas. Pois, como exposto por Dalmaso (2010):

As relações de trabalho entre profissionais que atuam nas Políticas Públicas, em especial da política de Assistência Social, não estão desvinculadas dos processos coletivos das lutas por garantias de um Estado democrático comprometidas com os direitos das classes trabalhadoras, tanto no que diz respeito a sua

intervenção profissional quanto nas atividades desenvolvidas por esses profissionais (DALMASO, 2010, p.80).

Considerando que a PNAS necessita, para sua implementação, de diferentes profissionais, além dos assistentes sociais, cabe nos perguntar se as demais profissões que compõe a PNAS compreendem a política em seu movimento contraditório. Ou seja, que essa tomada crítica dos documentos que compõe essa política social, seja realizada também por todos os demais profissionais envolvidos.

4.4 INTERDISCIPLINARIDADE E TRABALHO INTERDISCIPLINAR: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICAS

Interdisciplinaridade é de fato um conceito de múltiplas definições, e tanto esse movimento das várias formas de defini-lo, bem como sua imprecisão, é relatado em todas as pesquisas aqui analisadas. Sendo que, um dos fatos dessa imprecisão, se justifica pelo “estado” ainda de constituição de tal conceito. Assim, segundo Ediane (2016) “temos que considerar que os conceitos sobre a Interdisciplinaridade não são uníssonos, e, portanto, possuem contradições que passam, também, por campos que envolvem reflexões históricas, políticas, teóricas, metodológicas, epistemológicas e da prática profissional (JORGE, 2016, p.24). Dessa forma, no decorrer dessa exposição, além de apresentar as compressões destacadas nas pesquisas, também buscaremos ressaltar tais contradições. A título de exposição, apresentaremos, primeiramente, a compressão de cada pesquisa individualmente, numa sequência a partir dos anos de publicação dos materiais, ou seja, partimos das publicações mais antigas às mais recentes, sendo as dissertações primeiro, e posteriormente os artigos. Para então, depois, num segundo momento, dialogar sobre as compressões apresentadas, bem como as contradições ressaltadas. Abaixo, a título de introdução, se destaca os objetivos de cada pesquisa selecionada.

Quadro 5 - Autores e os respectivos objetivos de pesquisa.

Autor	Objetivo
Karla Dalmaso	Identificar e analisar os desafios na prática interdisciplinar na Política de Assistência Social, sendo mais especificamente nos Centros de Referências de Assistência Social-CRAS de Abaetetuba- PA
Maria de Lourdes Rodrigues	Analisar os sentidos da interdisciplinaridade na relação cotidiana de trabalho dos psicólogos e assistentes sociais que atuam nos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS), na cidade de São José dos Campos – SP, situada no vale do Paraíba
Juliana Alves Barbosa	Objetivou compreender a percepção dos trabalhadores sociais (assistentes sociais e psicólogos) acerca do trabalho socioeducativo realizado com as famílias nos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) no município de Pindamonhagaba/SP.
Ediane Moura Jorge	A presente dissertação trata das relações entre diferentes profissões e como acontece esse diálogo entre sujeitos profissionais que irão intervir numa realidade comum, no espaço de trabalho da Política de Assistência Social de Belém, o Centro de Referência Especializado da Assistência Social-CREAS.
Marina Juliette Grilo Rezende	Esta pesquisa realiza um estudo a respeito da temática da organização do trabalho em equipes interdisciplinares e transdisciplinares, a partir de uma perspectiva crítica fundamentada na concepção do materialismo histórico-dialético.
Solange Maria Teixeira	Este artigo discute parte dos resultados de uma pesquisa realizada com os membros técnicos da equipe interdisciplinar dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), no município de Teresima, com o objetivo de analisar as tendências do trabalho social e suas inovações no trato à pobreza.
Eliane Moura Jorge Reinaldo Nobre Pontes	O presente artigo trata das relações profissionais entre Assistente Social, Pedagogo e Psicólogo e estuda como se dá o diálogo entre esses sujeitos profissionais, no processo de intervenção da realidade comum no Centro de Referência Especializado da Assistência Social-CREAS em Belém.

Fonte: Elaboração do autor.

As primeiras observações que podemos fazer no quadro acima, e consequentemente no material de análise, é que, majoritariamente os equipamentos de serviço da Assistência Social, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), constituem o campo de pesquisa para a abordagem da interdisciplinaridade. Dos sete trabalhos analisados, apenas um, não toma para sua análise essa via. Outra questão a ser destacada nesse quadro são os profissionais destinados a análise, no qual, os

psicólogos e assistentes sociais acabam por serem considerados os únicos componentes da equipe interdisciplinar.

Após essas primeiras observações, seguimos numa apresentação mais pontual de cada pesquisa que se objetiva destacar como as mesmas expõem as categorias interdisciplinaridade e trabalho interdisciplinar.

Iniciamos pela pesquisadora Karla Dalmaso (2010), autora da dissertação intitulada “A prática interdisciplinar na política de assistência social: o caso do CRAS de Abaetetuba-PA”. No capítulo nomeado de “os mitos e verdades sobre a interdisciplinaridade”, a autora realiza exposição de algumas compreensões do conceito de interdisciplinaridade. Assim, inicia ressaltando, a partir de Japiassu (1974), que:

[...] a ideia de um saber unitário sempre existiu na história do pensamento. O mito para o homem pré-histórico, a ideia de cosmos, no mundo grego, e a aceitação de Deus criador, na idade média, sustentam a unidade do saber e conservaram a integridade epistemológica naqueles períodos, à qual correspondia uma pedagogia também unitária (DALMASO, 2010, p.63).

Esse reconhecimento da autora é de suma importância, pois, traz para o debate da interdisciplinaridade a constatação da existência na história da produção de conhecimento voltada para uma unidade. De modo que no decorrer do texto, a autora, a partir do já citado Japiassu (1974) e agregando as contribuições de Minayo (1994), expõe sobre o saber a partir da metodologia da totalidade na renascença e no iluminismo. E em seguida, adverte que “o advento da modernidade provocou um processo de desintegração crescente da unidade do saber” (DALMASO, 2010, p.64). Desintegração essa, que segundo a autora, irá possibilitar a expansão do positivismo enquanto paradigma hegemônico na produção de conhecimento, fazendo que as disciplinas se constituam no isolamento de suas questões.

Sendo assim:

[...] a ciência ocidental se desenvolveu com base na noção de especialização, a qual foi se valorizando cada vez mais e, no campo das práticas sociais, novas profissões foram criadas e um novo sistema de ensino se estruturando, com base na estratégia da disciplinaridade, caracterizada pela

fragmentação do objeto e pela crescente especialização do sujeito científico (DALMASO, 2010, p.65).

A autora ressalta ainda que é esse o contexto que despertará a interdisciplinaridade, pois como observado no decorrer da história, o:

[...] surgimento da interdisciplinaridade está diretamente ligada à fragmentação do saber que era “uno”, e passou a ser “múltiplo” e fragmentando-se em disciplinas, portanto, a interdisciplinaridade só poderá ser concebida a partir deste fenômeno, como vimos nas escolas gregas, medievais e ainda durante a renascença e o iluminismo utilizavam o conhecimento unificado, concluía-se então que neste período não se poderia falar em interdisciplinaridade, pois não haviam disciplinas, mas sim o conhecimento unificado (DALMASO, 2010, p.65).

Adverte a autora que, a fragmentação do saber também se dá a partir das necessidades da sociedade pré-industrial, que vão necessitar cada vez mais de uma mão de obra especializada que correspondessem as exigências do modo de produção daquele período. E assim, considera a autora:

[...] a interdisciplinaridade apesar de ser considerada um fenômeno moderno, tem suas raízes históricas na idade antiga, nos primórdios da ciência, e perdura até o surgimento da sociedade capitalista, quando há a necessidade da fragmentação do saber em função da divisão social do trabalho instituída nessa sociedade (DALMASO, 2010, p.66).

Para Dalmaso (2010), é com o esgotamento da racionalidade moderna, essa pautada na fragmentação, disciplinaridade e especialização que “se coloca a interdisciplinaridade que, ao invés de se apresentar como alternativa para a substituição de um jeito de produzir e transmitir conhecimento se propõe a ampliar a nossa visão de mundo, de nós mesmos e da realidade, no propósito de superar a visão disciplinar”

(DALMASO, 2010, 66). E assim, a interdisciplinaridade passar a compor os debates sobre a produção de conhecimento, no entanto, para a autora:

[...] conceituar esse fenômeno não é tarefa fácil, dada a vasta gama de autores que tratam do assunto cada um com uma forma de ver diferente, alguns acham que “ela” é a “salvação”, “a cura do saber”, uma forma de retornar as raízes do conhecimento unificado sempre numa perspectiva filosóficos e/ou epistemológica; outros “a” consideram como uma possibilidade de integração das disciplinas para um saber mais abrangente, mas ao mesmo tempo “a” veem como um instrumento da sociedade capitalista no sentido de satisfazer suas necessidades de profissionais especializados mas também flexíveis; outros autores consideram ainda a interdisciplinaridade apenas do indivíduo para que “esta” possa ser exercida (DALMASO, 2010, p. 66).

Após uma detalhada exposição sobre a interdisciplinaridade a partir de vários autores - ALVES, BRASILEIRO, BRITO (2004); DEMO (1998); FAZENDA (1996); JAPIASSU (1989); JANTSCH, BIANCHETT (1997); VASCONCELOS (1997); VEIGA NETO (2007) - Dalmaso (2010), pondera que “[...] os discursos da interdisciplinaridade, não conseguem superar a visão idealista proporcionada pela filosofia do sujeito, pois se baseiam na superação da compartimentalização dos conhecimentos e na perspectiva meramente dialógica entre as disciplinas” (DALMASO, 2010, p.70). A autora ainda ressalta, que se trata de um avanço poder realizar uma crítica a interdisciplinaridade como tema da moda, que principalmente incorpora as ideologias dominantes da globalização.

E desse modo, em contraponto a concepção de interdisciplinaridade a partir da filosofia do sujeito, a autora apresenta a perspectiva de debate sobre a interdisciplinaridade a partir da dialética marxista. Destacando assim, que essa perspectiva considera que as concepções de interdisciplinaridades com base na filosofia do sujeito são a-históricas e desse modo, não oferecem real substrato para a interdisciplinaridade. A autora ainda ressalta que para os autores da perspectiva dialética “a construção histórica de um objeto implica a

constituição do objeto e a tensão entre sujeito pensante e as condições objetivas (materialidade) para o pensamento (DALMASO, 2010, p.70).

Como já dito, para a autora conceituar a interdisciplinaridade é uma enorme dificuldade, porém é importante reconhecer que:

A interdisciplinaridade configura-se, portanto, como uma relação de reciprocidade de mutualidade que pressupõe uma atitude diferente a ser assumida frente aos problemas de conhecimento, insto é substituir a concepção fragmentária pela unitária do ser humano. Esta atitude, por sua vez não poderá ser preconceituosa, mas aberta onde todo conhecimento torna-se importante, pode ser fundamental na intersubjetividade e interação entre os saberes, mas não pode estar desligada do contexto onde ela ocorre (DALMASO, 2010, p.72).

Porém, Dalmaso (2010) reforça ser necessário:

[...] não perde de vista as forças que estão por trás do surgimento deste fenômeno, principalmente as questões de mercado e as necessidades dos meios de produção, assim como não se pode deixar de reconhecer que se trata de um fenômeno que permite ao profissional ampliar seus horizontes no sentido de ser capaz de obter visões diversificadas sobre seu objeto (DALMASO, 2010, p.73).

Em relação a efetivação do trabalho interdisciplinar, a autora pondera que:

[...] podemos considerar que a concretização de uma atuação interdisciplinar que se aproxima daqueles conceitos discutidos [...] seja no aporte do referencial teórico ligado a filosofia do sujeito, seja naqueles que se aproxima do materialismo histórico dialético, ainda está aparentemente comprometida, uma vez que não se conquistou todas as condições materiais mínimas necessárias

para que as equipes possam atuar de forma menos precarizada (DALMASO, 2010, p.87).

A autora segue refletindo que “a concretização das práticas interdisciplinares depende de diversos fatores, que vai desde as orientações técnicas para a atuação profissional, passando pelas condições físicas e materiais dos locais de trabalho até a efetivação das Normas Operacionais para a gestão dos Recursos Humanos do SUAS” (DALMASO, 2010, p.87). Além disso, é preciso compreender que:

[...] as relações de trabalho interdisciplinar de Psicólogos e Assistentes Sociais na Política de Assistência Social não se restringem apenas a uma práxis focalizada, direcionada ao atendimento exclusivamente, ao contrário, pretende ir para além disso, e requer desses profissionais postura crítica diante das condições postas pela economia política, pelas relações de trabalho estabelecidas, nas relações direta com os usuários da política, e na sua atitude diante de sua classe (DALMASO, 2010 p.89).

A autora ainda reforça dizendo que:

A relação de trabalho interdisciplinar é, portanto, uma nova forma de se posicionar diante do mundo, respeitando o saber do outro e associando-se a ele e a suas lutas, por melhorias nas condições e nas relações de trabalho e na implementação e execução de políticas públicas, voltadas à garantia de direitos e a autonomia de seus usuários (DALMASO, 2010 p.89).

Desse modo, para Damalso (2010), a base do trabalho interdisciplinar deve ser “a interdependência entre os profissionais envolvidos, reconhecendo a área particular de competência de cada um,

aliado à mútua compreensão e respeito, buscando a superação do conhecimento já existente da realidade social” (DALMASO, 2010, p.75). Em sua pesquisa, a autora realizou também um questionário com profissionais do CRAS, no qual, objetivou investigar as relações profissionais que tinham intenções de se constituírem como práticas interdisciplinares. Sendo que em nenhuma dos questionários essa intenção foi revelada, nas palavras da autora:

Observamos que em nenhum momento, nem assistentes sociais nem psicólogos mencionaram entre seus afazeres a relação entre essas duas profissões. Surgem apenas algumas expressões que mais parecem o cumprimento de mais uma atividade em que o psicólogo e assistente social devam realizar um atendimento em conjunto, sem ser questionado o objetivo ou os critérios para que esta atividade ocorra, ou seja necessário, não se trata portanto, de uma dinâmica constate desenvolvida nas unidades (DALMASO, 2010, p.109).

Analizou-se ainda nos questionários, que as atividades relatadas pelos profissionais são parecidas, chegando a ser idênticas em alguns momentos, no entanto, mesmo assim, não se relata sobre o trabalho interdisciplinar, aparecendo em um dos questionários apenas como modelo ideal, e não como intenção de prática. Por fim, a autora compreende que o trabalho interdisciplinar “exige dos profissionais uma reflexão epistemológica sobre a concepção de ser humano e de mundo que fundamenta a produção de conhecimento coletivo” (DALMASO, 2010, p.115).

Maria de Lourdes Rodrigues (2011) em sua pesquisa “Os Psicólogos e os Assistentes Sociais nas Políticas Públicas: sentido da interdisciplinaridade nos Centros de Referência de Assistência Social – CRASs, na Cidade de São José dos Campos/SP”, em seu terceiro capítulo e a partir do questionamento “interdisciplinaridade: afinal: do que se trata?” a autora desenvolve sua exposição sobre essa categoria. Partindo das contribuições de ALVES (2009); FAZENDA (1984); JAPIASSU (1976); GUSDORF (1987), compreende que a interdisciplinaridade “se realiza pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas, no interior de um projeto específico de

pesquisa” (RODRIGUES, 2011, p. 42). De modo que a interdisciplinaridade representa a:

[...] interação entre as disciplinas, um nível hierárquico superior, onde procede a coordenação das ações disciplinares. Há, portanto, uma organização e articulação voluntárias coordenadas das ações disciplinares orientadas por um interesse comum. Isto significa que na interdisciplinaridade há cooperação e diálogo entre os conhecimentos disciplinares (RODRIGUES, 2011, p.42).

Além disso, para a autora “as mudanças sociais hoje exigem profissionais que estejam também em constante mudança, no sentido de poderem acompanhar as transformações do mundo globalizado” (RODRIGUES, 2011, p. 43). E a partir de ações em conjunto, ou seja, na interação “[...] nesta troca, possibilitamos crescimento “intra-interpessoal”, favorecendo a visão mais ampliada, onde o uno e o múltiplo se compõem, possibilitando a superação de dicotomias, onde o compartilhar é possível” (RODRIGUES, 2011, p. 44).

Desse modo, a autora compreende que “[...] o trabalho interdisciplinar pode, quando constituído devidamente pela equipe de referência do CRAS, torna-se um instrumento de trabalho coletivo e político” (RODRIGUES, 2011, p. 51). Porém, segundo Rodrigues (2011), para que “a prática interdisciplinar se concretize, é preciso que as intervenções entre os profissionais da equipe do CRAS sejam desenvolvidas conjuntamente (RODRIGUES, 2011, p. 53).

A autora ainda ressalta que “[...] a prática interdisciplinar favorece espaços comuns, proporcionando reflexões e questionamentos da ação, promovendo campo de novas ideias, junção de pensamentos e saberes diferenciados [...]” (RODRIGUES, 2011, p. 54). E assim, “trabalho interdisciplinar acrescenta à equipe enquanto espaço de diferença, pois a junção de saberes propicia novos conhecimentos, novas posturas, novos modos de agir e interagir (RODRIGUES, 2011, p. 54).

Rodrigues (2011) expõe que nesse sentido, ou seja, nos princípios do trabalho interdisciplinar “saberes e conhecimentos se entrelaçam ante o espaço da diferença, que requer autoconhecimento, crescimento e postura profissional, para que as práticas sociais formem alianças direcionadas a objetivos comuns (RODRIGUES, 2011, p. 54).

Nessa pesquisa também são apresentados relatos dos trabalhadores do CRAS, no qual, ao serem questionados se “o serviço social e a psicologia trabalham na perspectiva da interdisciplinaridade, se há trocas de conhecimento, saberes e práticas entre os profissionais” (RODRIGUES, 2011, 56), expressam suas compreensões sobre o trabalho interdisciplinar. Assim, diferente da pesquisa anterior, aqui as falas revelam uma relação mais otimista referente ao trabalho interdisciplinar, não caberia aqui apresentar todas as falas expostas na pesquisa, mas, a título de exemplo, se apresenta algumas falas destacadas por Rodrigues (2011): no qual, entende-se “[...] a interdisciplinaridade como uma complementação de um trabalho com o outro [...] nesse sentido, com certeza dentro da perspectiva de trabalho do CRAS, o serviço social, a psicologia trabalham interdisciplinaridade [...] e existe sim troca de conhecimentos [...]” (RODRIGUES, 2011, p. 56).

No entanto, em outro relato, a perspectiva interdisciplinar é considerada ainda embrionária, ou seja, “a relação interdisciplinar é incipiente, não há sistematização, e não há um trabalho para a sua implantação já que nossas reuniões têm cunho mais administrativo e, algumas vezes, teórico. Mas, enquanto equipe é incipiente (RODRIGUES, 2011, p. 61). Para Rodrigues (2011), percebe-se, por meio das narrativas dos profissionais, que há intencionalidade para o desenvolvimento do trabalho em equipe na perspectiva interdisciplinar, no qual, compreende-se que “os questionamentos, quando em conjunto, ampliam olhares, possibilitando crescimento e beneficiando usuários como um todo. Ações que viabilizam a rapidez de processos e bem estar comum (RODRIGUES, 2011, p.66).

A autora ainda pondera que se manifesta fortemente, por meio das falas, uma separação entre objetividade e subjetividade, como nessa fala, que reconhece o ganho do trabalho entre psicólogo e assistente social, porém, considera que “o serviço social [...] ele às vezes, ele olha o todo, mas a psicologia, ela traz um benefício muito grande, porque ela tem um olhar às vezes, assim em coisas [...] mais particulares, então isso faz com que a gente consiga ver o todo” (RODRIGUES, 2011, 69).

Por fim, destacamos uma fala significativa para as nossas análises, fala essa que revela a contradição do trabalho interdisciplinar, a saber: “é um trabalho que você diz se interdisciplinar, mas na verdade não é, vocês estão sós no mesmo espaço, cada um faz a sua ação” (RODRIGUES, 2011, 75). Em suas ponderações, Rodrigues (2011) considera haver uma contradição nos relatos apresentados, compondo assim, duas equipes,

uma que compreende a efetivação do trabalho interdisciplinar e outra que considera o trabalho ainda de forma fragmentada.

A pesquisa de Juliana Alves Barbosa (2013), que tem como título “O Trabalho Socioeducativo no Sistema Único de Assistência Social: reflexões sobre o trabalho e o agir dos trabalhadores sociais” em seu tópico “Esclarecendo Conceitos: interdisciplinaridade e multidisciplinaridade” realiza uma exposição sobre esses dois conceitos, pois, compreende que a “PNAS propõe para o CRAS uma equipe multidisciplinar que desenvolva ações interdisciplinares” (BARBOSA, 2013, p.66). E para a autora “isto significa que o trabalho [...] nesse novo contexto exige do profissional um posicionamento interdisciplinar, que respeite a especificidade de cada profissional, mas, que não expresse ações fragmentadas” (BARBOSA, 2013, p.66).

A autora apresenta uma exposição sobre algumas definições de interdisciplinaridade, porém ressalta que:

[...] são os trabalhos de Fazenda (2002, 2003); Cavalcante e Mortara (2004); Eidelwein (2007); Ortiz (2011) e Pombo (s.d) que subsidiam as análises na sua totalidade, já que autores trabalham a concepção do diálogo, refletem que o indivíduo está inserido em uma realidade social problemática sob números aspectos (BARBOSA, 2013, p. 68).

Barbosa (2013), ainda adverte que é fundamental uma busca mais aprofundada pelos conceitos de multidisciplinaridade e interdisciplinaridade, já que esses apresentam diferenças entre eles, que mesmo sendo essas diferenças antagônicas, elas se complementam. E assim:

[...] a diferença entre interdisciplinaridade e multidisciplinaridade estaria na busca da integração da metodologia e conteúdos, ou seja, a multi não abriria espaço para tais integrações, somente para compartilhar saberes. Já a interdisciplinaridade, a partir de Domigues (2005) [...] apresenta três características básicas: aproximação de campos disciplinares diferentes para a solução de problemas específicos; compartimento de metodologia; geração de novas

disciplinas após muita cooperação e fusão entre campos (BARBOSA, 2013, p.69).

Desse modo, para a autora “o amadurecimento sobre tais conceitos é pertinente, uma vez que proporcionará melhor entendimento do seu significado e uma melhor adequação a metodologia no desenvolvimento da pesquisa” (BARBOSA, 2013, p.69).

Referente ao trabalho interdisciplinar, a mesma compreende que a intervenção dos profissionais pensada:

[...] interdisciplinarmente conseguiria romper com o ordenamento social do capital, bem como com o mundo especíalístico que fragmenta o sujeito, pois parte-se do pressuposto de que a interdisciplinaridade permite que um profissional conheça qual é a concepção de mundo, de homem e de sociedade, que outro profissional tem para poder identificar possíveis pontos de diálogos e de intercessão no trabalho em conjunto (BARBOSA, 2013, p.126).

Nos relatos apresentados em sua pesquisa, observa-se novamente uma relação otimista frente ao trabalho interdisciplinar, no qual, como destacado por Barbosa (2013), os conceitos mais citadas foram, “falar a mesma linguagem”; “troca de figurinhas”; “um complementa ou outro”; “conhecimentos unidos e não saberes separados”; “unir forças, não haver competição profissional e não haver divisão, coisa de psicólogo e coisa de assistente social” (BARBOSA, 2013, 128). Além disso, a autora apresenta como pertinente nas falas, a necessidade de compreender o sujeito como um todo, e assim, a interdisciplinaridade como uma perspectiva que permite a concretização dessa compreensão da totalidade.

Por fim, a autora salienta que:

O trabalho interdisciplinar nunca deve propor a contribuição que vem de uma disciplina; - e na articulação entre as disciplinas, é preciso que cada uma das áreas apresente conceitos e teorias capazes de ampliar e complexificar a compreensão do objeto. Logo, assistentes sociais e psicólogos devem compartilhar de conceitos fundamentais, como o direitos, autonomia, emancipação e

cidadania, para executar um trabalho interdisciplinar (BARBOSA, 2013, p.130).

A pesquisa de Ediane Moura Jorge (2016), a autora aborda o conceito de interdisciplinaridade em seu primeiro capítulo, intitulado de “A interdisciplinaridade nas ciências sociais”. Para a autora, a interdisciplinaridade nasce a partir de uma crise de paradigma, no qual:

Alguns conceitos ligados à filosofia do sujeito e ao campo da pós-modernidade consideram a Interdisciplinaridade como uma ponte entre as fronteiras das disciplinas, pontes que proporcionam interações, incorporam conhecimentos de outras disciplinas absorvendo outros instrumentos e métodos, que levam os conhecimentos específicos a integrarem-se e convergirem, resultando na Interdisciplinaridade (JORGE, 2016, p.22).

E a partir das contribuições de Jantsch; Bianchetti (1995), a autora esclarece que seu enfoque sobre a:

[...] Interdisciplinaridade será de que a mesma precisa ser pensada a partir de uma totalidade histórica (crítica histórico-dialética), onde são necessárias condições objetivas, sociais e históricas para o seu desenvolvimento. Não há como determinar uma forma do interdisciplinar, visto que ela se desenvolve em particularidades da história social, na materialidade, não é conhecimento absoluto, mas princípio norteador a uma realidade (JORGE, 2016, p.22).

Assim, a autora esclarece que as abordagens em torno do conceito de interdisciplinaridade são muitas e, desse modo:

[...] estudá-la exige trabalhar algumas outras concepções importantes, exige discorrer sobre algumas formas de apreensão de outras perspectivas vinculadas a ela, como a Multidisciplinaridade ou Pluridisciplinaridade e a Transdisciplinaridade. O exame de tais concepções

será necessário para chegar ao que seria uma aproximação ou consenso sobre a Interdisciplinaridade (JORGE, 2016, p.22).

Jorge (2016), também ressalta que há um descuido e até mesmo um uso abusivo da palavra interdisciplinaridade, muitas vezes com interpretações equivocadas, no qual, se apresentam a palavra como:

[...] algum tipo de relação mais próxima; e a equivocada interpretação empírica de que basta um grupo de diferentes profissionais para se formar um trabalho interdisciplinar, ou de que basta formar um grupo de pesquisa com diferentes áreas do conhecimento para se fazer interdisciplinaridade, levando-nos a uma não compreensão do que seja, exatamente, essa Interdisciplinaridade [...] (JORGE, 2016, p.25).

Em sua exposição, a autora segue com uma longa explanação sobre os diversos conceitos de interdisciplinaridade, a partir autores como: (JAPIASSU, 1976); (JANTSCH; BIANCHETTI, 1995); (SEVERINO, 2002); (POMBO, 2004); (FAZENDA,1996); (NICOLESCU,1999); que apresentam as compreensões em torno desse conceito. A autora ressalta ainda, sobre a necessidade de se compreender a transdisciplinaridade e assim, segue a tecer sobre esse conceito, principalmente a partir das contribuições de (VASCONCELOS, 2002).

Cabe ressaltar, que para autora, nas ciências pode-se considerar que os profissionais e também os cientistas fazem uma apropriação do uso da interdisciplinaridade a partir e “[...] de acordo com as representações teóricas e ídeo-políticas que adotarem à sua produção de conhecimento”, sendo assim, a autora esclarece que em sua pesquisa, desenvolve-se “um raciocínio que se apropriará da Interdisciplinaridade pelo viés de uma crítica-dialética, refletindo a mesma como uma práxis política no campo das Ciências Sociais” (JORGE, 2016, p.30).

E desse modo, a problematização dos conceitos de multidisciplinaridade/pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, “leva a discussão para o campo da ontologia do saber, da epistemologia, uma exigência à totalidade, ao entendimento que os saberes dialogam, se comunicam” (JORGE, 2016, p.31).

Sendo que as definições sobre esses conceitos:

[...] surgem durante amplos debates na metade do século XX, quando se considerava a existência de uma crise da Ciência Moderna ou crise de paradigmas da modernidade. Quando conceitos e pressupostos metodológicos da Ciência Moderna eram questionados nas suas grandes referências teóricas: o positivismo, o funcionalismo e o marxismo (JORGE, 2016, p.32).

Dada a necessidade de uma análise crítica desses conceitos, para Jorge (2016):

Analisar na perspectiva crítica-dialética o viés destes fundamentos significa tratar a Interdisciplinaridade dentro do tecido histórico que produz o conhecimento, é considerar além da capacidade de integrar, reunir, fundir as dimensões particulares de uma intervenção harmônica, há que se considerar as mediações constituintes da base histórico-social destas relações e superar um processo histórico através de uma práxis revolucionária (JORGE, 2016, p.32).

E assim, a proposta da autora foi uma tentativa de aprofundar teoricamente o conceito de interdisciplinaridade, buscando uma “compreensão da Interdisciplinaridade baseada na perspectiva dialética como produção de conhecimento necessário da realidade, considerando que esta realidade, una e múltipla, deve ser conhecida por meio de suas mediações e determinações múltiplas” (JORGE, 2016, p.32).

Destaca ainda que:

Japiassu (1976) ressalta que ainda está por ser construída uma teoria do interdisciplinar, em suma relata que, a interdisciplinaridade não é apenas um conceito teórico, cada vez mais parece impor-se como uma prática. Logo, Japiassu (1976) escreve sobre a interdisciplinaridade na década de 1970, e, ainda hoje, parece atual a sua reflexão ao dizer que ela aparece como “uma prática individual”, uma espécie de desejo pelo diferente, uma curiosidade subjetiva e uma intenção de abertura; e ao dizer que ela aparece como “uma prática coletiva”, significa dizer uma prática onde todos devem estar abertos

ao diálogo entre diferentes disciplinas (JORGE, 2016, p.33).

Sobre o trabalho interdisciplinar, Jorge (2016), pondera que o mesmo “pressupõe um objeto comum de intervenção, e para definir o objeto de intervenção comum ao trabalho social no CREAS, são necessárias intencionalidade e instrumentação baseadas em métodos teóricos” (JORGE, 2016, p.52). Demonstra ainda em sua pesquisa em relação ao trabalho interdisciplinar que:

As profissionais ao serem indagadas se no CREAS existia um espaço para a Interdisciplinaridade informaram que existia alguns momentos de encontro para discussão e conversa sobre os casos atendidos; informaram que esse espaço se traduz nos momentos de conversa sobre os serviços, discussão de casos, reuniões de trabalho, momentos de discussão sobre as dificuldades de relacionamento da equipe, atendimento psicossocial. Esses momentos foram considerados como interdisciplinares. Momentos em que as profissionais persistem e se colocam em disponibilidade para a interação e que esse tempo só é possível com a insistência ou perseverança das profissionais que se dispõem para preservar esses momentos de “conversa” (JORGE, 2016, p.85).

Em suas considerações, Jorge (2016) conclui ter encontrado “[...] aproximações de práticas interdisciplinares no espaço de trabalho do CREAS” (JORGE, 2016, p. 95), e assim:

[...] adotar a perspectiva de Interdisciplinaridade é possível quando se constroem condições objetivas para seu exercício. No caso específico do CREAS em Belém, considero que a principal perspectiva adotada ainda é a multidisciplinaridade, ficando ainda no campo de uma interação não sistematizada, as cooperações e trocas de conhecimentos ficam nos limites das fronteiras e no campo da superficialidade (JORGE, 2016, p. 95).

Pois é necessário analisar a:

[...] interdisciplinaridade como um fazer-como-outro, uma forma de compreender e explicar o mundo. Portanto, não sendo fixas as relações homem e mundo, as relações em um dado espaço profissional, também, requerem um olhar múltiplo e uno sobre a realidade na qual se pretende intervir (JORGE, 2016, p. 100).

E assim, para a autora, se faz necessário compreender que:

[...] há uma coexistência entre conhecimentos sobre o mundo. E estes, mesmo sendo diferentes, contrários, e mesmo contraditórios, poderão desenvolver uma unidade na multiplicidade. A interdisciplinaridade possibilita essa coexistência, sendo o lugar onde o uno se torna múltiplo, e o múltiplo, também, volta a ser uno (JORGE, 2016, p. 100).

As quatro pesquisas apresentadas até aqui, expuseram além de uma pesquisa documental sobre matemática, relatos dos profissionais da assistência social sobre a interdisciplinaridade e o trabalho interdisciplinar. Relatos que revelam as contradições vivenciadas por esse paradigma, reforçando a necessidade de ampliação do debate sobre interdisciplinaridade e apontando questões para o desenvolvimento de algumas reflexões. Podemos dizer que nessas pesquisas há uma predominância da vertente social crítica, aquela classificada por Almeida; Melo; Porto (2000), pois, de fato há constância nas análises de um tensionamento numa perspectiva histórica e social da produção de conhecimento, pautando principalmente, sua relação subordinada à lógica da divisão sócio técnica do trabalho. Porém, nas considerações para a efetivação do trabalho interdisciplinar, se caracteriza a perspectiva da interdisciplinaridade pautada, ou melhor, fundamentada na filosofia do sujeito.

O trabalho apresentado a seguir, se constitui uma pesquisa de cunho teórico, diferentes das pesquisas anteriores, essa não apresenta relatos, e sim, uma exposição e problematização a interdisciplinaridade. A pesquisadora Marina Juliette Grilo Rezende (2016) aborda o conceito de interdisciplinar em seus tópicos intitulados de “O estado de carência

das ciências e a interdisciplinaridade”, “A interdisciplinaridade a partir da divisão social do trabalho na atualidade”, “A interdisciplinaridade e a flexibilização das especialidades”. Em cada item a autora desenvolve sobre as considerações de um autor sobre a interdisciplinaridade.

Sendo assim, a autora inicia sua exposição a partir das considerações de Japiassu (1976), no qual entende que:

[...] a interdisciplinaridade se coloca com papel de importância, como uma exigência das ciências para o melhor conhecimento da realidade. Ele compreende que a fragmentação das disciplinas é um fato presente nas ciências na atualidade, como resultado das experiências objetivas. Assim, afirma que “o saber chegou a tal ponto de esmigalhamento, que a exigência interdisciplinar mais parece, em nossos dias, a manifestação de um lamentável estado de carência” (REZENDE, 2016, p.81).

Seguindo o autor, Rezende (2016) apresenta que

Desta maneira, a perspectiva interdisciplinar apresenta-se como uma reflexão a fragmentação do conhecimento em disciplinas compartimentadas. Para ele, a interdisciplinaridade vem para dar resposta à necessidade de criar um fundamento para o surgimento de novas disciplinas, associada a demandas estudantis contra um saber fragmentado, a partir da noção de que a realidade é global e multidimensional (REZENDE, 2016, p.81).

A mesma ainda destaca que para Japiassu (1976) pode-se considerar diferentes níveis de desenvolvimento “do trabalho em equipe, marcando como disciplinaridade a exploração científica de determinado domínio de estudo e sinônimo de ciência. Assim, ele classifica multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade” (REZENDE, 2016, p.82).

Nessa perspectiva, ou seja, a partir de Japiassu (1976), “a *interdisciplinaridade*, então, “se caracteriza pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas, no interior de um projeto específico de pesquisa” (REZENDE, 2016, p.82).

Já no tópico titulado de “A interdisciplinaridade a partir da divisão social do trabalho na atualidade”, a autora parte das contribuições de Severino (2010), compreendendo assim, que “a interdisciplinaridade é uma tentativa de unidade do saber no ensino, pesquisa e prática social. Com uma compreensão de que a atividade da consciência está associada ao agir, entende que a atividade da consciência é guiada por uma exigência de unidade. No qual, segundo Rezende (2016) “[...] podemos observar no autor sua orientação histórico-crítica, considerando a consciência e a atividade prática como uma unidade constituinte do homem (REZENDE, 2016, p.83).

E desse modo, para Severino (2010):

[...] a interdisciplinaridade implica um confronto com o positivismo. O trabalho interdisciplinar não deve se constituir pela substituição das especialidades pelas generalidades, nem o saber específico por um saber geral, sem especificações e delimitações. Segundo o autor, a unidade na interdisciplinaridade está na substituição “de uma ciência fragmentada por uma ciência unificada, ou melhor, pleiteia-se por uma concepção unitária contra uma concepção fragmentária do saber científico” (REZENDE, 2016, p.83).

Seguindo nessa abordagem crítica a interdisciplinaridade, Rezende (2016) apresenta as contribuições de Mangini e Mioto (2009), no qual problematizam a subordinação do conhecimento ao mundo do trabalho, sendo que para Rezende (2016):

As autoras identificam que o marco inicial para as pesquisas a respeito da interdisciplinaridade data do Congresso de Nice em 1970 na França, no momento em que pensa em uma reforma universitária. Desta maneira, os conflitos nas universidades da década de 1960 e a crise do *Welfare State* na década de 1970 promovem uma mudança no paradigma de produção, bem como o lugar e papel do conhecimento na sociedade contemporânea (REZENDE, 2016, p.84).

A partir das contribuições dessas autoras, Rezende (2016) destaca que foi:

[...] a partir da crise da década de 1970 e a substituição do taylorismo pelo modelo de produção toyotista, há um interesse do capital também pelo trabalho interdisciplinar. De acordo com as autoras, a formação profissional centrada nas especializações não combinou com a flexibilidade deste novo modelo de produção e de dar respostas eficientes as suas demandas (REZENDE, 2016, 86).

E desse modo, destaca que “a interdisciplinaridade como modo de conhecimento está associada a este novo trabalhador polivalente exigido pelo mercado” (REZENDE, 2016, p.86). Além disso, a autora conclui que a partir dos três autores citados acima, se observa:

[...] uma visão de que o trabalho interdisciplinar, seja nas ciências ou nas profissões, requer um confronto com o paradigma positivista e do conhecimento produzido por ele. Neste sentido, os autores defendem um trabalho interdisciplinar como uma proposta de dar conta da fragmentação da realidade dentro da racionalidade burguesa (REZENDE, 2016, p.86).

Rezende (2016), em concordância com os autores citados em seu segundo item, compreende:

[...] que pensar a organização do trabalho em equipes interdisciplinares significa considerar que os profissionais envolvidos estão subordinados a divisão social e técnica do trabalho e submetidos a lógica de produção capitalista em seu cotidiano profissional. Assim, concordamos com os autores que, diante desta conjuntura, o trabalho interdisciplinar vem principalmente dar conta de superar a fragmentação da realidade inerente ao modo de produção de conhecimento capitalista, com vistas a fornecer um serviço mais qualificado no que diz respeito ao campo de atuação das profissões. Para, além disso, entendemos ser necessário a qualquer trabalho que busque romper com a racionalidade burguesa por meio de

organização em equipes, um direcionamento ético no sentido de superar a fragmentação e assim chegar a construção de um trabalho pautada pela perspectiva da totalidade social (REZENDE, 2016, p.86).

Já no item “A interdisciplinaridade e a flexibilização das especialidades”, Rezende (2016), toma de suporte a exposição as constituições de Vasconcelos (2010). Segundo Rezende (2016), “A *interdisciplinaridade* é compreendida pelo autor como um sistema de dois níveis com objetivos múltiplos, havendo uma reciprocidade e enriquecimento mútuo, com a tendência a horizontalização das relações de poder entre os campos disciplinares” (REZENDE, 2016, p.87). Ainda de Vasconcelos (2010), a autora destaca a diferenciação entre totalidade e totalitarismo, no qual:

[...] a totalidade buscada na interdisciplinaridade, não pode ser confundida com uma noção a totalitarismo, como informa ter visto presente em alguns autores que defendem o pós-modernismo. Compreende que a proposta interdisciplinar reconhece a complexidade dos fenômenos da atualidade, assim como o pós-modernismo e que preconiza, ao “reconhecer a complexidade dos fenômenos, está, de modo implícito, reconhecendo dialeticamente a necessidade de olhares diferenciados para um mesmo objeto e, dessa forma, não pode prescindir da especialização” (REZENDE, 2010, p.88).

Além disso, a autora destaca que Vasconcelos (2010) “afirma que o profissionalismo, bem como o processo de inserção histórica da divisão do trabalho e das relações de poder entre os saberes e profissões, é uma barreira e limite as práticas interdisciplinares” (REZENDE, 2016, p.88). E desse modo, Vasconcelos (2016) orienta que para um efetivo exercício do trabalho interdisciplinar é preciso:

[...] flexibilizar os mandatos sociais das profissões, além de mecanismos de discussão e decisão dentro do espaço institucional de forma horizontalizada, com uma valorização de mecanismos de escuta e participação ativa dos usuários da política de saúde

mental e seus familiares, além da apropriação e uso das habilidades extra profissionais de seus trabalhadores (REZENDE, 2016, p.88).

A partir do estudo realizado e dos autores apresentados, Rezende (2016), mesmo com tantas contradições, compreende que:

No que se refere ao trabalho interdisciplinar, mesmo diante do que foi exposto, compreendido como um trabalho favorável a diálogos entre campos de saberes e profissões e trocas de conhecimentos, contribui para um trabalho mais qualificado e orientado por uma perspectiva de totalidade que visa de fato superar a lógica da racionalidade burguesa, além do planejamento de ações coletivas entre os profissionais inseridos nas equipes (REZENDE, 2016, p.91).

A autora ainda lembra que a discussão do trabalho interdisciplinar também nasce como uma demanda a partir dos movimentos sociais no período da constituinte, sendo que “o modelo de proteção social da Constituição Federal de 1988 tem como princípio a integralidade e com isso a interdisciplinaridade e intersetorialidade, influenciada por estes movimentos sociais com uma leitura mais crítica da realidade social “(REZENDE, 2016, p.91), e:

Assim, a organização do trabalho em equipes interdisciplinares orientados por esta perspectiva podem proporcionar para além de uma qualificação nos serviços prestados, o atendimento integral aos usuários das políticas sociais. Entretanto, ter uma postura profissional que busque o atendimento integral do usuário não significa a diluição das especificidades profissionais, onde todos possam realizar as mesmas coisas. Neste sentido, compreendemos que a organização do trabalho em equipes interdisciplinares não deve necessariamente romper com as particularidades de cada profissão e ser um espaço em que as direções políticas e sociais dos projetos profissionais fiquem em segundo plano (REZENDE, 2016, p.91).

Por fim, a autora conclui que a participação dos assistentes sociais em equipes interdisciplinares “[...] os possibilita a aproximação de uma perspectiva plural, que vai ao encontro ao que é preconizado pelo projeto ético-político da profissão, ao mesmo tempo em que acentua tensões numa conjuntura de desregulamentação e apagamento de fronteiras profissionais (REZENDE, 2016, p.97). Para tanto, a mesma compreende:

[...] ser preciso que no trabalho realizado em equipe, o profissional saiba se posicionar de maneira a garantir o seu espaço de saber dentro da equipe e possa contribuir com aquilo que é capacitado a realizar, de forma que cada profissional possa contribuir com aquilo que lhe é particular de sua formação (REZENDE, 2016, p.97).

Nos artigos também destacamos questões importantes. Sendo assim, no artigo “Trabalho Interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza?”, de Solange Maria Teixeira (2010), no qual, teve como objetivo apresentar discussões de dados empíricos sobre o trabalho interdisciplinar nos CRAS do município de Teresina. O entendimento do que está se considerando interdisciplinaridade é localizado nas considerações da autora sobre o trabalho interdisciplinar, sendo que para autora é necessário:

[...] romper as dicotomias e unir conhecimentos específicos – ideal, se na mesma perspectiva teórica e metodológica –, para o trabalho interdisciplinar, guiados por uma perspectiva de totalidade que: supere a psicologização das relações e problemas sociais; ultrapasse a dimensão conservadora, disciplinadora, normatizadora e, principalmente, de julgamento, culpabilização das famílias pelo não cumprimento de funções tradicionalmente e funcionalmente atribuídas às famílias; procure romper com os referenciais teóricos funcionalistas das famílias “desestruturadas”, “disfuncionais”, “incompletas” pelo não atendimento ao modelo padrão, ideal de família; ultrapasse o âmbito da realidade familiar e do território, para entendê-los como inseridos em determinações mais amplas, parte de um todo, o

que leva ao entendimento de que os problemas e dificuldades familiares são decorrentes de múltiplos processos sociais; fortaleça a dimensão preventiva dos problemas sociais, atuando em dificuldades cotidianas, buscando dar sustentabilidade à família, suporte, apoio, cuidados, serviços e ações outras necessárias para não chegarem a vivenciar situações extremas, o que pressupõe o Estado assumir responsabilidade pública pelo atendimento de suas necessidades; articular serviços e/ou, criar novos serviços, projetos e programas para atender as necessidades e demandas levadas pelas famílias (TEIXEIRA, 2010, p.296).

E desse modo, pode-se considerar que:

Trabalhar dialeticamente as questões internas e externas às famílias, de forma articulada e numa perspectiva de totalidade, é o grande desafio do trabalho interdisciplinar, como recomendação de “não dar à questão social um tratamento de exterioridade à vida pessoal cotidiana” (SAWAYA apud CAMPOS, 2004, p. 33), mas sem supervalorizar as questões subjetivas ou internas às famílias, cujo objetivo deve ser sempre o alargamento da percepção das situações pessoais e sociais e a luta pela garantia dos direitos (TEIXEIRA, 2010, p.296).

O artigo “A Interdisciplinaridade e o Serviço Social: estudo das relações entre profissões” de Ediane Moura Jorge e Reinaldo Nobre Pontes (2017), é referente a Dissertação de Mestrado que trata de analisar e compreender a relação do Serviço Social como profissão mediatizada pela intervenção profissional do assistente social, durante a atuação conjunta com outros profissionais da área social, em uma perspectiva de interdisciplinaridade no espaço de trabalho do Centro de Referência Especializado da Assistência Social- CREAS, em Belém-Pará/Brasil, que já foi apresentada na análise das dissertações. No entanto, aqui será exposto mais algumas considerações explanadas no artigo.

Em relação à interdisciplinaridade, os autores consideram que se constitui “um conceito de análise porque trata de como o assistente social utiliza ou incorpora esse conhecimento à sua prática profissional, e como

acontece a relação e encontro com outros sujeitos profissionais (JORGE; PONTES, 2017, p. 176). E desse modo:

Refletida a práxis como emancipação humana, temos um exercício profissional que por meio da Interdisciplinaridade aproxima diferentes conhecimentos disciplinares separados pelas especializações das ciências. Implica dizer, então, que há uma intencionalidade e uma finalidade às práticas interdisciplinares, e isso nos leva ao campo da Ética; e acrescentando a reflexão de uma finalidade ética e política para a Interdisciplinaridade por meio da práxis profissional Consideramos, então, que as profissões em práticas interdisciplinares adquirem uma finalidade ético-política, é a *emancipação humana* como uma finalidade da Interdisciplinaridade (JORGE; PONTES, 2017, p. 180).

Por fim, segundo os autores:

A relação entre diferentes profissões requer uma prática que possibilita o exercício de Interdisciplinaridade no espaço de trabalho e que proporcione aos seus sujeitos profissionais apreender em que são sujeitos trabalhadores, que exercem suas profissões numa divisão social e técnica do trabalho numa sociedade de relações capitalistas, e que ao se apropriarem da perspectiva de Interdisciplinaridade na sua práxis profissional buscam uma forma de emancipação para as necessidades de outros sujeitos, público de seu exercício de trabalho (JORGE; PONTES, 2017, p. 180).

Acima, nos limitamos a construir uma apresentação que revelasse as compreensões em torno da interdisciplinaridade destacadas nas pesquisas aqui analisadas. Na próxima seção, nos dedicamos em desenvolver uma síntese das compreensões aqui apresentadas.

4.4.1As produções científicas e o objeto de pesquisa: interdisciplinaridade na PNAS

Em relação as produções analisadas, de modo geral, podemos dizer que as pesquisas ultrapassam a conceituação da interdisciplinaridade, claro, que esse processo de conceituação é visto em todos os trabalhos, ou seja, de algum modo, se caracteriza a interdisciplinaridade. No entanto, a grande maioria não se limitou a caracterizar, mas, também teceram críticas a base da interdisciplinaridade, problematizando suas metodologias e principalmente colocando no debate o fato de que na base da interdisciplinaridade se encontra a filosofia do sujeito como fundamento.

Lembrando que no segundo capítulo deste estudo, problematizamos na exposição referida, algumas questões em torno da problemática do conhecimento referente a relação objeto/sujeito, no qual, verificou-se que a objetividade recebe prioridade ontológica nessa relação, devido ao fato de que há objetividade sem consciência, porém, não a sujeito sem objetividade. Vimos também, que a relação de polaridade nessa relação, acarreta significativas consequências a produção de conhecimento.

No quadro a abaixo, sistematizamos as considerações dos autores sobre interdisciplinaridade e trabalho interdisciplinar, destacando alguns trechos de cada autor referente a essas categorias.

Quadro 6 - Conceituação da interdisciplinaridade e do trabalho interdisciplinar nas pesquisas analisadas:

Autor	Interdisciplinaridade	Trabalho interdisciplinar
Karla Dalmaso	<ul style="list-style-type: none"> ▪ relação de reciprocidade; ▪ substituir a concepção fragmentária pela unitária do ser humano 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ postura crítica; ▪ uma nova forma de se posicionar diante do mundo, respeitando o saber do outro; ▪ interdependência entre os profissionais; reflexão epistemológica sobre a concepção de ser humano e de mundo
Maria de Lourdes Rodrigues	<ul style="list-style-type: none"> ▪ interação entre as disciplinas; ▪ um interesse comum; cooperação e diálogo entre os conhecimentos disciplinares; ▪ visão mais ampliada 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ instrumento de trabalho coletivo e político; ▪ espaços comuns; novas ideias; ▪ junção de pensamentos e saberes diferenciados; ▪ alianças direcionadas a objetivos comuns
Juliana Alves Barbosa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ compreender o sujeito como um todo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ articulação entre as disciplinas; compartilhar de conceitos fundamentais
Ediane Moura Jorge	<ul style="list-style-type: none"> ▪ fazer-como-outro; ▪ uma forma de compreender e explicar o mundo; ▪ coexistência, sendo o lugar onde o uno se toma múltiplo, e o múltiplo, também, volta a ser uno 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ objeto comum de intervenção; ▪ intencionalidade e instrumentação baseadas em métodos teóricos

Fonte: Elaboração do autor.

Observamos no quadro acima, uma relação positiva a interdisciplinaridade e ao trabalho interdisciplinar, no qual, a relação entre profissões, esse “fazer com o outro” apresenta possibilidades de uma intervenção mais efetiva na realidade. Porém, como já sinalizado no início deste texto, essas concepções de troca, reciprocidade, relação entre disciplinas, etc, fazem alusão a concepção de interdisciplinaridade baseada na filosofia do sujeito. Assim, identificamos que, mesmo as pesquisas, em sua maioria, fazendo um reconhecimento histórico da

fragmentação do conhecimento e se propondo a uma perspectiva crítica nas análises sobre a interdisciplinaridade, se realizam considerações as quais ainda demonstram compreender que a fragmentação do conhecimento está apenas no âmbito epistêmico. Assim, se considera, por exemplo, que a *“interdisciplinarmente conseguiria romper com o ordenamento social do capital, bem como com o mundo especializado que fragmenta o sujeito”*, já que ela *“permite que um profissional conheça qual é a concepção de mundo, de homem e de sociedade, que outro profissional tem para poder identificar possíveis pontos de diálogos e de intercessão no trabalho em conjunto”*

Novamente retomamos as nossas considerações teóricas na qual abordamos sobre a especialidade, concluindo que essa decorre do próprio processo de complexificação do ser. Além disso, também constatamos que a fragmentação não decorre apenas na separação das disciplinas. Mas, antes disso, na divisão social do trabalho, no qual trabalho intelectual e manual são divididos, numa sociedade pautada na propriedade privada e dividida em classe, onde, o próprio ser é “fatiado” nos processos de trabalho. Assim, mais uma vez repetimos que sua superação não ocorre apenas no campo epistêmico, mas, necessita de uma mudança radical dessa sociedade.

A interdisciplinaridade é descrita então como a *“articulação entre as disciplinas”*, por onde *“cada uma das áreas apresenta conceitos e teorias capazes de ampliar e complexificar a compreensão do objeto”*. Verificamos que a compreensão do objeto em sua totalidade se resume a uma junção de “olhares”, assim, não necessariamente se realiza ou se compreende a tomada do objeto em sua totalidade, ou seja, em seu processo dialético e histórico, pois, mesmo a perspectiva da totalidade sendo pautada como objetivo, como já dito em outro momento, a categoria totalidade não se caracteriza apenas por essa junção de disciplinas.

Referente a caracterização da interdisciplinaridade, ou melhor, a conceituação da interdisciplinaridade, é constatado um mesmo grupo de intelectuais, ou seja, há uma hegemonia como base teórica para os debates da interdisciplinaridade. No qual, mesmo se fazendo críticas, em última instância, a interdisciplinaridade compreendida é aquela exposta pelos primeiros percussores desse debate no Brasil, como Hilton Japiassu e Ivani Fazenda.

Outra consideração importante a ser feita, trata-se da questão referente as produções encontradas e suas áreas correspondentes, sendo que, mesmo com a consolidação da inserção de outros profissionais na

área da assistências por meio resolução nº 17, de 20 de junho de 2011, que ratificou a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social, se constata que os debates sobre a Política Nacional de Assistência Social, tanto em questões de implantação como de implementação, os debates sobre a assistência social, ainda se concentram somente no campo do Serviço Social. Assim, podemos dizer, que a problemática do trabalho em equipe interdisciplinar, concentra nos debates desenvolvidos pelo Serviço Social.

É importante destacar também, que a interdisciplinaridade e o trabalho interdisciplinar são conceituados, na sua grande maioria como “sinônimos”, ou seja, há um entendimento de que, ao se falar sobre interdisciplinaridade, necessariamente já está se caracterizando o trabalho interdisciplinar. Assim, não se localiza com clareza uma compreensão que há, claro de maneira interligada, duas dimensões. Sendo no caso da interdisciplinaridade a dimensão relativa construção do conhecimento, e, referente ao trabalho interdisciplinar a dimensão da ação, ou melhor, interventiva, ou ainda, como caracterizado por Nogueira (2003, p.42), “uma que diz respeito ao universo epistemológico e outra a práxis interventiva.

Em relação ao trabalho em equipe na perspectiva interdisciplinar, as pesquisas consideram como possível e necessário. Sendo que, mesmo ainda de maneira incipiente, esse trabalho vem se desenvolvendo. Além disso, compreende-se por esse trabalho, ou seja, por trabalho interdisciplinar as práticas coletivas, como reuniões, avaliações em conjuntos, estudos de caso, partilha de ideias entre profissionais, entre outras ações que os profissionais estejam juntos na ação. Compreendem ainda que “*o trabalho interdisciplinar vem principalmente dar conta de superar a fragmentação da realidade inerente ao modo de produção de conhecimento*”.

A categoria de totalidade é acionada em todas as pesquisas, no entanto, em apenas duas pesquisas essa categoria é desenvolvida em sua compressão ontológica, a qual, supera a perspectiva limitada que a caracteriza apenas como uma “ampliação do olhar” por várias partes (ciências). Mas, sim, compreendida como uma categoria que parte do trabalho como fundante do ser social, e assim, totalidade é a compreensão dialética e histórica do desenvolvimento dos complexos sociais que estão sempre diretamente ou indiretamente inter-relacionados com o trabalho, ou seja, com o mecanismo de produção e reprodução da vida. Por fim, consideramos que as pesquisas contribuíram e contribuem para

suscitar importantes e necessárias reflexões. No entanto, ao se falar em interdisciplinaridade e trabalho interdisciplinar, ao nosso juízo, é indispensável que a problemática do conhecimento seja abordada em seus pormenores, perspectiva que se constatou em apenas uma pesquisa (REZENDE, 2016). Além disso, considerando que o trabalho em equipe intenciona uma prática transformadora, também ponderamos fundamental que a categoria práxis seja acionada com maior ênfase ao se falar em trabalho em equipe, ou trabalho interdisciplinar, já que, essa categoria pode direcionar importantes reflexões acerca da intervenção.

5 CONSIDERAÇÕES

Esta pesquisa centrou suas atenções para compreender como a interdisciplinaridade, pautada na Política Nacional de Assistência Social, vem sendo compreendida nos trabalhos científicos que tomam esse recorte – interdisciplinaridade e PNAS – em sua análise. Bem como, se tentou apreender como a política é “tratada” nesses debates, ou melhor, como os debates abordam a referida política. Além disso, buscou-se identificar as práticas profissionais compreendidas como práticas interdisciplinares, ou seja, o trabalho interdisciplinar. Tais indagações se direcionaram a três campos profissionais, sendo, serviço social, psicologia e pedagogia, no entanto, foram encontradas matérias correspondentes a esse recorte feito apenas no serviço social.

O “caminho” deste estudo iniciou-se pela revisão documental, no qual, buscou nos documentos gerais de orientação da PNAS, a compreensão de interdisciplinaridade apresentada na e pela referida política. Mas, antes de se adentrar aos documentos, buscou-se primeiro compreender, ou melhor, localizar a PNAS nos debates sobre a política social, bem como suas possibilidades e limites numa sociedade de classe.

Desse modo, a partir das categorias emancipação política e emancipação humana, tecemos considerações ao esclarecimento das diferenças entre essas duas categorias. Considerando que as políticas sociais estão no movimento da emancipação política, essa pautada na sociedade capitalista, pontuou-se alguns de seus limites. Bem como, ressaltou-se o papel ativo da classe trabalhadora na constituição e desenvolvimento das políticas sociais.

Para assim, em seguida, tecer uma exposição histórica da constituição, primeiro das políticas sociais em geral e, posteriormente, uma exposição específica da Política Nacional de Assistência Social. Na primeira exposição, sobre as políticas sociais, pudemos identificar a dependência das políticas sociais aos interesses do mercado, que segundo suas necessidades, regulam tanto a expansão como o direcionamento que essas recebem. Desse modo, em cada fase do capital, se acompanha um direcionamento de intervenção do Estado por meio das políticas sociais, a fim de atender as demandas tanto das necessidades do mercado, como de conformidade da classe trabalhadora aos ideais capitalistas.

Sendo a Política Nacional de Assistência Social uma política social e pública, está também se constituindo nesse movimento contraditório. Assim, sua consolidação, além de caracterizar um movimento de lutas

sociais, também se mostra como uma tomada do Estado as exigências do capitalismo em sua fase neoliberal. No qual, se acompanhou um significativo construto legal, mas, também uma “onda” de desmonte e descaso com o SUAS, ficando clara a necessidade de que as políticas sociais devam ser compreendidas nessa correlação de forças, exigindo assim, uma compreensão crítica tanto de seus direcionamentos quanto de sua efetivação.

Em relação a interdisciplinaridade na PNAS, pode-se concluir, que os documentos mais gerais não apresentam uma compreensão consistente sobre interdisciplinaridade. Sendo encontrada essa compreensão mais definida apenas nos documentos de formação e orientação dos profissionais. Além disso, se verificaram que se contempla nas orientações apenas dois profissionais, sendo o assistente social e o psicólogo.

Segundo esses documentos, a interdisciplinaridade corresponde a uma tomada, por parte dos profissionais, de uma perspectiva que responda as demandas individuais e coletivas, que busque a construção de uma sociedade livre de todas as formas de violência e de exploração de classe, gênero, etnia e orientação sexual. Para tanto, é preciso superar a visão fragmentada do conhecimento, construir uma relação de diálogo e cooperação entre os profissionais, bem como, que os mesmos construam uma compreensão e um posicionamento frente ao mundo.

E assim, o trabalho interdisciplinar deve adquirir um carácter ideológico, político e técnico, e necessariamente vinculado organicamente a uma das classes sociais. Para que se possa desenvolver uma compreensão da “questão social” na perspectiva da totalidade.

Dadas as categorias aludidas nos documentos da política para explicitar sua compreensão sobre a interdisciplinaridade. No segundo momento dessa pesquisa, aprofundou-se teoricamente tais categorias, como: a problemática do conhecimento, fragmentação e totalidade.

Partindo de uma perspectiva otológica do ser, buscou-se além de constatar a fragmentação do conhecimento, tecer considerações acerca do seu fundamento e desenvolvimento. Nessa perspectiva, o trabalho é o ato fundante do ser, já que ele imprime o processo pelo o qual o ser se tornou ser social. Sendo que, pelo trabalho o homem não só transformou a natureza para satisfazer suas necessidades, mas, em seus processos de objetivação dessas necessidades, desenvolveram novas e mais complexas necessidades, se tornando cada vez mais afastado de seu ser natural e constituindo uma realidade social mais complexa.

Tomar o trabalho como categoria fundante revela também que a complexidade do ser, é algo ontologicamente pertencente ao seu desenvolvimento, bem como a necessidade de especializações, tamanha é a produção de conhecimento ao logo de seu desenvolvimento, assim, tanto a complexificação como as especializações fazem parte da natureza do ser em seu processo de reprodução. No entanto, isso não quer dizer que a fragmentação seja natural também, essa se dá na consolidação da sociedade de classes, onde ocorre uma significativa cisão entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Cisão essa que se fortifica com a consolidação da sociedade capitalista, assim, por meio da categoria decadência da ciência, identificou-se o desenvolvimento da ciência moderna, bem como a materialização de um conhecimento cada dia mais descolado da realidade, e aliado aos projetos de desenvolvimento e manutenção da ordem capitalista. Concluindo-se assim, que a fragmentação não é uma problemática apenas de ordem epistêmica, ou seja, da ordem da ciência, mas, essa tem seus fundamentos no processo de reprodução da vida, ou seja, no trabalho. Assim, sua superação não é possível apenas no campo teórico.

No entanto, como também discorrido no decorrer desta pesquisa, isso não significa a impossibilidade do desenvolvimento de um conhecimento comprometido com a verdade e os imperativos humanas. A partir das categorias totalidade e práxis, vimos a necessidade de um conhecimento de fundamento otológico, que compreenda a totalidade enquanto a tomada histórica e dialítica da realidade. Além disso, que parta de uma compreensão da práxis como ação a qual, assim como no trabalho, há uma ação teleológica, ou seja, há conhecimento crítico e intencionalidade.

Em “As indagações”, o poeta Mario Quintana discorre a seguinte sabedoria: “A resposta certa, não importa nada: o essencial é que as perguntas estejam certas”. Dada essa sabia alusão do poeta, insistimos em dizer que a pergunta a se fazer em torno da problemática do conhecimento e consequentemente do paradigma interdisciplinaridade é: que mundo é esse que produz um conhecimento que não corresponde as necessidades humanas? E assim, repetimos a compreensão apresentada no segundo capítulo dessa dissertação, a qual nos diz que, “a crítica da interdisciplinaridade não é a crítica da interdisciplinaridade, mas a crítica do mundo que produz e necessita dessa forma de produção do saber. A questão inicial e fundamental, então é: que mundo é este?” (TONET, 2012). Ao logo desse estudo, buscou-se pautar o debate do objeto aqui em

tela, em suas relações com a totalidade, tentando em última instância, contribuir com significativas reflexões para o trabalho em equipe entre profissionais na PNAS.

Como apresentado pelas pesquisas analisadas, a prática interdisciplinar, o trabalho em equipe, ou seja, o trabalho entre diferentes profissionais não só é possível, como também apresenta significativos ganhos no desenvolvimento das intervenções e práticas profissionais. Assim, conscientes dos complexos sociais que envolvem as intervenções profissionais, bem como, de suas limitações dentro da sociabilidade capitalista, que possamos juntos, construir relações na perspectiva da superação de toda a exploração do homem pelo homem, que em nossas ações coletivas, possamos gritar “desperta América do Sul”. E mais, que possamos ser coletivos em nossos interesses, em nosso entender-se nas relações, pois como diz a poesia da música “o homem coletivo sente necessidade de luta”. Para tanto, consideramos ser necessária a reivindicação de um conhecimento de fundamento ontológico, na qual, as considerações mais gerais do ser, pautem todo processo de investigação e intervenção no mundo.

Talvez a exposição do parágrafo acima possa parecer utópica demais, e se assim for, que também possamos seguir com as utopias, entendendo-as a partir da instigante definição de Eduardo Galeano “A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.” E que no caminho, além de olhar, ver e contemplar, também posamos reparar, sobretudo, reparar as necessidades humanas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. 41. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

_____. **Lei n. 8.742 de 7 de dezembro de 1993 dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências**. Disponível em: Acesso em: 28 mar 2013.

_____. **PNAS. Política Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome**. Brasília, 2004.

_____. **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013.**

_____. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS**. Brasília, DF: MDS/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

_____. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais Brasília (DF) – 2011.

_____. **Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social** / Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília, CFP/CEFESS, 2007.

_____. **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS** / Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília, CFP, 2007.

BRAGA; RIZZOTTI. **Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta**/Organizador: José Ferreira da Cruz. et al. - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2014.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006 (Biblioteca básica de serviço social; v.2).

BIANCHETTI, Lucídio (Orgs). **Interdisciplinaridade para Além da Filosofia do Sujeito**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2011.

BOSCHETTI, I. **Abertura/O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional /Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta**. – Brasília: CFESS, 2011.

BOSCHETTI, I. **Abertura/O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional /Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta**. – Brasília: CFESS, 2011.

COUTO; YAZBEK; RAICHELIS. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento/** (orgs.) Berenice Rojas Couto...[et al.]. – 4.3d.-São Paulo: Cortez, 2014).

EVANGELISTA, Olinda. **Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional**. In: ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson S. (Orgs.) A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais. Campinas: ed. Alínea, 2012.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 14.ed. Campinas/SP: Papirus, 1994.

FILHO, R, S. **Apontamentos sobre o materialismo dialético**. Libertas. Juiz de Fora: n.3, 2003.

PEREIRA, Potyara A. P. **Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania**. Temporalis. Brasília: ABEPSS, Grafile, ano 2, n. 3, p.51-61, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 5ºed.- São Paulo: Cortez, 2011.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro, Imago, 1976.

JUNQUEIRA, S. M. **Interdisciplinaridade entre os cursos do CSE e CCJ/UFSC: possibilidade ou realidade?** 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

LUKÁCS, G. **El asalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler.** Traducción de Wenceslao Roces. México-Bueno Aires: Fondo de Cultura Económica, 1959.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I.** Tradução de: Carlos Nelson Coutinho; Mario Duayer; Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social II.** Tradução de: Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

LARA, RICARDO. **Notas lukacsianas sobre a decadência ideológica da burguesia.** R. Katál., Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 91-100, jan./jun. 2013.

_____, **Histórias e práxis social: introdução aos complexos categoriais do ser social.** Bauru: canal 6, 2017.

MARX, K. e ENGELS. **A ideologia Alemã.** São Paulo, Hucitec, 1984.

MARX, K. **O capital.** Rio de Janeiro, L1, v.1, 2001.

MANGINI, F. N. da R.; MIOTO, R. C. T. **A interdisciplinaridade na sua interface com o mundo do trabalho.** In.: Rev. Katál. Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 207-215, jul. /dez., 2009

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

NETTO, J. **Lukács e a crítica da filosofia burguesa.** Lisboa, Seara Nova, 1978.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, J.P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social, 1).

NOGUEIRA, V. M. R. **A importância da equipe interdisciplinar no tratamento de qualidade na área de saúde.** Revista Katálysis, Departamento de Serviço Social da UFSC, n. 01, junho/1997, Florianópolis, p. 40-48.

TONET, Ivo. **Interdisciplinaridade, Formação e Emancipação Humana.** IN: Serviço Social e Sociedade, n. 116, 2013.

_____, **Método científico– uma abordagem ontológica.** São Paulo, Instituto Lukács, 2013.

_____. **A Crise das Ciências Sociais, Serviço e Sociedade.** São Paulo: Cortez. n.41, 1993.

SPOSATI, A. **Assistência Social em Debate: Direito ou Assistencialização? O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional / Conselho Federal.** 2005.